

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – O Largo, a Praça e o “Menor”.....	17
CAPÍTULO 2 – a História que nasce na rua.....	35
2.1. A visibilidade dos “meninos de rua”.....	35
2.2. A Pastoral do Menor.....	43
2.3. A Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé.....	48
2.4. A Secretaria do Menor e a FEBEM.....	53
2.5. Institucionalização da Equipe.....	59
2.6. O CEDECA-SÉ.....	65
2.6.1. Os Convênios com o Poder Público.....	72
2.7. O Projeto Bem Comer e a Comunidade Terapêutica.....	78
2.8. A AAMM Atualmente.....	80
CAPÍTULO 3 – Vidas nas Ruas - Análise das entrevistas.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
Anexos.....	115
Anexo 1.....	116
Anexo 2.....	117
Anexo 3.....	118

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação de mestrado está ligado diretamente à minha história pessoal e da minha trajetória profissional. Em Salvador, cidade onde nasci, desde pequeno conviviam com relatos sobre crianças, que já muito pequenas são obrigadas a trabalhar para sobreviver. Recordo-me de muitos dos meus amigos de infância que trabalhavam vendendo picolé no centro da cidade ou na região da orla de Salvador. Até hoje, os meninos vendedores de picolé fazem parte do cenário urbano da capital baiana, como também fazem parte da acústica da cidade as suas vozes gritando: “olhe o picolé, quem vai querer”.

Os meus pais não permitiam que nem eu nem meus quatro irmãos trabalhássemos quando crianças, o que era um luxo para a nossa realidade naquela época. Faziam todo esforço do mundo para que estudássemos. Confesso que eu morria de inveja daqueles meninos trabalhadores. Queria muito sair para as ruas, ganhar dinheiro e principalmente ir para a “cidade”. Ainda hoje é muito comum ouvir o pessoal da periferia referir-se à região central dessa forma: “vou pra cidade”. A periferia não é a cidade, é aquilo que é longe, distante... Somente com o tempo é que fui percebendo o quanto eles estavam perdendo. Muitos eram obrigados a largar logo a escola e a ficar expostos, de sol a sol, a todo tipo de violência nas ruas. Com o passar do tempo, alguns iam enfraquecendo os laços com a família.

É importante lembrar que, para as classes mais empobrecidas da sociedade, o trabalho vai muito além do aspecto material. Ele aparece como a única opção contra a marginalidade. E a educação deve passar pelo trabalho, mais até do que pela escola. É o trabalho que “dignifica” o indivíduo, e tal compreensão alimenta um sentimento de tolerância frente à exploração infantil, o que torna mais difícil ainda a superação dessa realidade.

No meu bairro, na periferia de Salvador, era forte a presença da Igreja Católica nas questões sociais devido à influência da Teologia da Libertação. Havia na época uma grande articulação entre a Igreja e os movimentos do bairro como: associação de moradores, grupo de mães, escolas públicas, etc. Na paróquia eram desenvolvidos cursos profissionalizantes, encontros de formação sobre temas variados (Política, Direitos Humanos, Saúde, Educação e outros), e no início dos anos noventa começou uma atividade com as crianças e adolescentes trabalhadores provenientes do bairro. O objetivo era fazer uma reflexão sobre o mundo do trabalho, tendo como referência a experiência desses meninos e meninas empobrecidos.

A equipe que desenvolveu esse trabalho era formada por jovens de comunidade, sob orientação da Irmã Enedina Cardoso, religiosa que morava no bairro, com o apoio de algumas professoras das escolas públicas, que há muito tempo mostravam-se preocupadas com o êxodo de alguns estudantes da sala de aula. Foi realizado um primeiro levantamento do número de crianças, adolescentes e jovens que desenvolviam alguma atividade remunerada, idade, sexo, tipo de ocupação, etc. Nesse momento, mais uma vez, tive contato com a relação entre esses meninos e meninas e o universo das ruas e tudo que isso pode significar, e foi possível fazer, mesmo que de forma não muito elaborada, várias correlações entre pobreza, rua, trabalho infantil, violência familiar, educação, etc.

Todos nós, oriundos das classes trabalhadoras, cuja origem está ligada às regiões da periferia das grandes cidades conhecemos de perto, muitas vezes de muito perto, as mais variadas formas de violência que atingem crianças e adolescentes em situação de pobreza.

A partir da minha militância nas pastorais e movimentos sociais desde a adolescência, fui orientando a minha vida profissional, com o intuito de, através do meu trabalho, colaborar para a transformação social. O meu envolvimento com a área social tem uma raiz político-ideológica, o que me levou a tentar, já em São Paulo, uma vaga para atuar como educador social com crianças e adolescentes em situação de rua. Foi dessa forma que, em julho de 1998 comecei a trabalhar na Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé¹ (AAMM). A missão da AAMM é promover a defesa e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua e em risco social.

Passei a fazer parte da equipe de educadores do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “Mariano Cleber dos Santos” – CEDECA-SÉ, um dos projetos desenvolvido por essa organização não-governamental (ONG). Após um ano, ingressei na equipe de Coordenação Geral da AAMM.

O interesse pelo tema dessa pesquisa surgiu a partir da constatação de que, apesar dos vários anos de história e de uma vasta experiência acumulada na área da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente daqueles submetidos à situação de rua, não havia quase nenhuma sistematização de tudo que foi vivido e experienciado por

¹ Esse é o nome oficial da instituição, conforme Ata de Fundação datada de 03 de novembro de 1993.

todos que de forma ativa vem construindo no decorrer desses quase quinze anos a Associação de Apoio as Meninas e Meninos da Região Sé.

Quando falamos da importância da sistematização estamos nos referindo às experiências práticas concretas, experiências vitais carregadas de uma enorme riqueza acumulada: de elementos, valores e crenças que, em cada caso, representam processos inéditos e irrepetíveis (SIMON, 2007, p. 541).

Segundo Oscar Jara Holliday:

A sistematização é a interpretação crítica de uma ou várias experiências que, quando ordenadas e reconstruídas, revelam a lógica do processo vivido, os fatos que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (1996, p. 14).

Ao sistematizar é possível que se recupere de maneira ordenada o que já se sabe sobre sua experiência e também descobrir o que ainda falta saber sobre ela. A sistematização produz um novo conhecimento e permite, através do processo de reflexão, questionar a própria prática, superar o ativismo, a repetição rotineira de certos procedimentos e a perda de perspectiva em relação ao sentido de nossa prática (SIMON, 2007, p. 542). Todo esse processo pode ser um valioso objeto de transformação. Por outro lado, é fácil perceber, a partir do que já foi exposto até agora que a ausência de sistematização das experiências vividas pode gerar diversas dificuldades. Uma delas, e talvez a principal, é a perda da própria história e das motivações que levaram ao surgimento do próprio grupo.

A memória histórica é essencial para orientar o futuro e evitar a repetição dos mesmos erros do passado. É o caminho para a superação dos limites, pois é necessário conhecer e compreender os processos passados para se fazer a passagem para algo novo e transformador.

Se não conhecemos nem nos apropriamos da nossa própria história, fica difícil compartilhar com os outros o nosso aprendizado e, mais do que isso, deixamos de aprender mutuamente dentro da mesma organização.

A falta de sistematização põe em risco os próprios valores e crenças, elementos fundantes de qualquer entidade social, pois são eles que devem orientar as nossas práticas e iluminar as opções que fazemos no decorrer do caminho. Não que não seja possível mudar, inovar, transformar algumas posturas no decorrer do tempo, todavia, existem princípios e valores que devem ser “inegociáveis”, imutáveis, sob o risco de perder a identidade.

A ausência de sistematização das experiências vivenciadas é algo muito comum entre as organizações sociais de origem popular, porém a cada dia torna-se uma prática cada vez mais necessária. Segundo Holliday:

Qualquer projeto de trabalho popular, organizativo ou comunitário, precisa ser avaliado e sistematizado. O que acontece é que se avalia, mas não se sistematiza. E o que quer dizer isso? Nós temos um plano, e nele temos metas, resultados e atividades. Mas entre o planejamento e o processo há diferenças. Então uma avaliação permite que você verifique se o resultado obtido é o que se pretendia. Porém uma sistematização permite descobrir o caminho por onde se chegou a esse resultado. A sistematização é interpretação crítica da aprendizagem desse processo. Não é somente ordenar e classificar as informações e os registros feitos ao longo da experiência, mas principalmente extrair lições dessa caminhada, das decisões tomadas, das opções e razões pelas quais as coisas saíram daquele jeito e não de outra maneira (Entrevista concedida à Universidade Aberta do Nordeste em 26/02/2007).²

O objetivo principal dessa pesquisa é o de sistematizar os dados e de recuperação histórica dos processos vividos pela AAMM, desde sua origem até hoje. Para isso, foi necessário recorrer às pessoas que fizeram parte dos diversos momentos da entidade, ouvir os seus relatos e memórias e, ao mesmo tempo, ter como fonte de informação os documentos e relatórios disponíveis nos arquivos da Associação. A análise de periódicos e o contato com pesquisas acadêmicas na área da criança e do adolescente ajudaram a compreender o contexto sócio-político no qual se insere a história da AAMM. Muito foram as pessoas que auxiliaram nesse levantamento histórico (fundadores, jovens que foram atendidos no passado, funcionários e ex-funcionários, amigos e crianças e adolescentes que hoje freqüentam os projetos da AAMM) e muitos documentos também foram analisados.

Conhecendo a história da AAMM e toda sua experiência acumulada na área da defesa dos direitos das crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, pode-se colaborar para

² Extraída do site: <http://200.194.97.7/desenvolvimento/includes>, visitado em 15/01/08

um maior conhecimento da situação dos meninos e das meninas em situação de rua hoje e a partir daí contribuir na construção de intervenções mais humanas e eficazes que levem em consideração os diversos fatores que compõem essa realidade e se evite repetir as mesmas práticas equivocadas do passado.

Durante essa pesquisa, realizamos entrevistas com cinco adolescentes atendidos pelo CEDECA-SÉ (três meninos e duas meninas). As entrevistas foram realizadas durante as atividades no espaço das oficinas pedagógicas, conhecido como Casa 20. A Casa 20 funciona na Rua Djalma Dutra, 20, na Luz, e as oficinas com as crianças e adolescentes em situação de rua são desenvolvidas sempre as terças e quintas-feiras, das quatorze às dezessete horas.

Nos dias das entrevistas participei das atividades na Casa 20. As atividades começam sempre com uma roda formada entre os educadores e as crianças e adolescentes antes da entrada na casa. Ali todos são acolhidos e sempre que existe algum menino ou menina novo (que nunca frequentou a Casa 20), são passadas para ele as regras da casa pelos próprios meninos que já conhecem o espaço. Os educadores reforçam as informações. Todos entram na casa para o banho, exceto os novos, que devem antes acompanhar um educador que irá preencher a ficha de atendimento inicial.

Para esse primeiro momento do banho todos recebem sabonete, uma toalha, xampu, pasta e escova de dente, e roupas limpas. Depois do banho é fundamental que todas as crianças e adolescentes lavem as suas roupas usadas. Depois de lavadas e secas elas serão guardadas separadamente, com o nome do dono de cada roupa, em prateleiras na sala dos pertences. A sala dos pertences é um espaço da Casa 20 onde são guardados além de roupas dos meninos e meninas que frequentam as oficinas, todo o material de higiene pessoal que será utilizado por eles. A lavagem das roupas sujas é condição para se pegar roupa limpa na casa.

Depois do banho e da higienização das roupas, é dado início às atividades lúdico-pedagógicas com os meninos e as meninas. Em um dos dias da realização das entrevistas, a proposta era a apresentação do filme “Eragon” para em seguida abrir uma discussão sobre o filme apresentado.

Nesse dia eram nove educandos que haviam comparecido na Casa 20. Os educadores falaram da minha presença e eu expliquei para o grupo o motivo da minha visita e, ao mesmo tempo, pedia a autorização e a colaboração daqueles que quisessem contribuir com a minha pesquisa. Durante as atividades, numa sala reservada foi possível entrevistá-los.

No final da tarde, como de costume, após a oficina todos se preparam para a refeição. A comida é preparada no CEDECA-SÉ, que funciona na mesma rua, no número 70, pela Margarida, Auxiliar de Serviços Gerais que há oito anos trabalha na AAMM. Sem dúvida a comida servida na Casa 20 é um atrativo para os meninos e as meninas que freqüentam o projeto, e quando perguntados durante a entrevista sobre o que eles mais gostavam na Casa 20, três dos cinco entrevistados, citaram dentre outras coisas o “almoço” servido pelos “tios”.

Todas as atividades desenvolvidas na Casa 20 têm como intenção o fortalecimento do vínculo entre o educador e o educando, e a partir daí construir com essa criança ou adolescente possibilidades reais de encaminhamentos.

O fato de a Casa 20 não abrir todos os dias para o atendimento das crianças e dos adolescentes em situação de rua, através das oficinas lúdico-pedagógicas, faz parte da estratégia e da compreensão a respeito do trabalho com essa população. É preciso tomar o cuidado para não criar uma estrutura que acabe favorecendo a permanência desses meninos e meninas nas ruas. As lacunas características da vida nas ruas, muitas vezes são o gancho para que se construam possibilidades fora das ruas.

Além dos dados coletados nas entrevistas, foi possível ter acesso às fichas de acompanhamento dos adolescentes entrevistados e dos relatórios mensais do CEDECA-SÉ, o que enriqueceu ainda mais a análise e favoreceu uma aproximação ainda maior das histórias de vida de cada um dos adolescentes.

A escolha pela realização das entrevistas no espaço da instituição se justifica pelo fato de ser um lugar mais seguro e tranquilo, longe das interferências e da agitação características do espaço das ruas.

Para realização das entrevistas foi traçado previamente um roteiro de perguntas dirigidas aos adolescentes. Os entrevistados tinham idade entre 14 e 17 anos. Não foi possível

entrevistar crianças, isto é, pessoas com idade de até 12 anos, pois no momento da realização das entrevistas, não havia crianças na Casa 20.

Ouvir os adolescentes, sobre quais os motivos que os levaram a viver em situação de rua, quais suas preferências ou descontentamentos sobre as atividades na Casa 20, permitiu ampliar o conhecimento sobre a realidade dessa população, objeto de estudo da pesquisa. Sendo assim, através dos relatos dos adolescentes, acreditamos que houve uma significativa valorização da sistematização do trabalho realizado no CEDECA-SÉ.

Os adolescentes sujeitos desta pesquisa e suas famílias pertencem a um universo atingido diretamente pelas altas taxas de desemprego, realizam atividades precárias e marginalizadas na tentativa de sustento. As famílias dos meninos em situação de rua do centro da cidade de São Paulo moram geralmente na periferia em condições de extrema precariedade. Além disso, enfrentam dificuldades para terminar os estudos, diante de inúmeras barreiras na busca pela sobrevivência.

Ademais, cabe dizer que busquei considerar a experiência acumulada durante os meus dez anos de trabalho na AAMM, valendo-se dos registros de todas as atividades ali desenvolvidas – plantões de rua, oficinas pedagógicas, atendimento jurídico-social, apoio psicológico, análise de projetos etc., que serão mencionados oportunamente.

* * *

O trabalho encontra-se constituído da seguinte forma: o primeiro capítulo, *O Largo, a Praça e o “Menor”*, relata sobre a existência de meninos e meninas em situação de rua na cidade de São Paulo, desde os tempos mais antigos, e como o Estado e a sociedade tem enfrentado o “problema do menor”. A história da Praça da Sé é o ponto de partida para essa análise.

O segundo capítulo, *A História que nasce nas ruas*, apresenta as lutas sociais pela ampliação da democracia e da cidadania no país, principalmente a partir dos anos oitenta, e em especial a luta dos movimentos em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Nesse capítulo está presente toda a sistematização da história da AAMM.

O terceiro capítulo, *Vidas nas Ruas*, é a análise das entrevistas com os meninos e meninas em situação de rua. Apresenta os seus discursos, que expressam suas histórias e trajetórias pelas ruas, seus sonhos e seus medos. Os nomes dos adolescentes cujo depoimento enriquece essa análise são fictícios, com o intuito de preservar a sua privacidade.

CAPÍTULO 1 - O Largo, a Praça e o “Menor”

Durante o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada tive contato com inúmeras pessoas que fizeram parte da história de lutas em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo. Algumas delas diretamente ligadas à trajetória da Associação de Apoio as Meninas e Meninos da Região Sé (AAMM), outras que mesmo não tendo uma relação direta com a história da entidade, influenciaram de alguma maneira e em algum momento a Associação.

Durante a trajetória dessa pesquisa, acompanhei relatos de pessoas que, no passado, bem no início do projeto, foram atendidas e acompanhadas por aqueles que deram os primeiros passos para iniciar um trabalho na rua. A partir daí tentei cotejar todas essas histórias e fatos relatados, considerando os sentimentos e as impressões que cada uma dessas pessoas traz nos seus relatos sobre algumas situações que tiveram a oportunidade de vivenciar.

Para concluir esse primeiro momento da pesquisa e para conseguir descrever como se deu a gênese de todo o trabalho, recorri aos poucos relatos escritos pelos fundadores da AAMM, no seu primeiro ano de existência e, como encontrei apenas um número reduzido de materiais, escritos de forma bem fragmentada e geralmente por uma única pessoa da equipe de fundação dessa entidade, tentei relembrar, juntamente com os funcionários mais antigos da Associação, de algumas histórias que ouvimos sobre o seu início.

Todo esse processo de busca das origens me deu acesso a um número significativo de informações sobre pessoas, fatos e lugares que foram aparecendo em todos os relatos. Muitos deles foram repetidos por diversas pessoas e a partir desses dados convergentes, surgiu em mim a curiosidade de buscar em outras fontes o que elas diziam a respeito desses fatos e acontecimentos. Recorri a jornais e revistas que relatavam os trabalhos realizados por parte da equipe de fundação da AAMM, nos idos de 1992.

Alguns trabalhos acadêmicos me auxiliaram na compreensão de situações que fizeram parte do contexto da época. O confronto das informações adquiridas através das reportagens e das pesquisas realizadas no início da Associação ou sobre aquele período, com os depoimentos das pessoas envolvidas com a história de seu projeto, ao mesmo tempo em

que puderam confirmar alguns dados históricos, revelaram também visões e posicionamentos diferentes sobre esses fatos e situações. Dependendo do lugar de onde se fala, se é da militância, da rua, da academia ou da redação de um grande jornal, encontraremos olhares diferentes, até mesmo opostos sobre os mesmos aspectos.

Uma das primeiras histórias que ouvi quando ingressei como educador social no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Mariano Cléber dos Santos (CEDECA-SÉ)³, em meados de 1998, e que relatava o começo do trabalho, foi feita por Maria Cecília Garcez Leme, uma das fundadoras do projeto. Ela dizia que tudo começou na Praça da Sé e que as escadarias da Catedral foi a primeira sede da entidade, assim como um “orelhão” telefônico próximo dali, que recebia chamada, foi o primeiro telefone da AAMM. Os educadores, todos ainda voluntários, se comunicavam através daquele orelhão e trocavam informações sobre a rua, os meninos e o dia de trabalho na praça. Eles “roubavam” o cafezinho que ficava na sala do fundo da Catedral Metropolitana da Sé e dessa forma passavam o dia por ali, se revezando e amadurecendo o contato com os meninos e com as meninas que viviam pela praça.

A Praça da Sé aparece como um lugar recorrente em quase todos os relatos. A Sé desponta como sendo o espaço dos encontros e dos desencontros, de convivência e de violência, do lazer e da amizade. É também o lugar de risco, do abandono, mas também da celebração. Como relatou o jovem Jefferson de Jesus, que conheceu os educadores em 1993, no início do projeto, e que hoje, aos 30 anos, se recorda desse encontro:

Eu conheci a Cecília e a Inês na Praça da Sé. Elas vinham falar com a gente, dos nossos direitos e a gente confiava nelas, porque sabíamos que eram da Pastoral. O pessoal defendia a gente da polícia que não queria que a gente ficasse na Praça. Na Sé a gente tinha muitos amigos e um protegia o outro. O pessoal da Pastoral sempre estava por lá, pela Praça e foi lá que a gente fez amizade. (Entrevista concedida em 16/10/07)

Lembrei-me de que também para mim a Sé tem um sentido um tanto quanto especial, ambíguo. Nesses doze (12) anos em que moro na cidade de São Paulo sempre mantive contato com a Praça e com os seus moradores. Até hoje, todos os meus trabalhos, exceto a atividade

³ O CEDECA-SÉ é um projeto da AAMM. É formado por uma equipe multidisciplinar e tem como objetivo, atuar na luta pela defesa, garantia e promoção dos direitos das crianças e adolescente.

docente na Universidade, que assumi recentemente, ocorreram na região da Sé, onde vivi também as mais variadas experiências, de maior ou menor alegria, e algumas bem tristes.

São velhos os amigos da Praça, alguns que até hoje encontro nas mesmas situações, outros que saíram das ruas e mudaram de vida. Há sempre aqueles que, quando encontro, passam a notícia sobre quem morreu, quem foi preso ou quem voltou para casa. São comerciantes, camelôs, policiais, evangélicos e artistas de rua. São tantos personagens, que, juntamente com as palmeiras-reais, a rosa dos ventos e o chafariz, sob a imponência dos olhares da Catedral e do Tribunal de Justiça, este sempre bem guardado, compõem o cenário dinâmico e muitas vezes confuso da Praça, do centro da cidade.

Como pode-se perceber, tomarei como ponto de partida neste capítulo a história da Praça da Sé, ícone da cidade e das suas tradições, e a partir daí tentarei contar o lugar da criança e do adolescente na história da cidade de São Paulo até o início da década de oitenta, marco na história da luta pela redemocratização do país e período de grandes mobilizações sociais.

A imagem da Praça da Sé como lugar de começo da Associação remonta um pouco à idéia desse local a partir do qual a própria cidade se expandiu. O marco zero de São Paulo, espaço do encontro e do convívio, onde as pessoas se “cruzam” e se conhecem, desencontram-se, estranham-se, mas todas tentam seguir seu caminho. A Praça da Sé pode ser tomada – e é – como um velho coração da cidade, que pulsa freneticamente e que, ao mesmo tempo, esconde os seus abissais descompassos, aliás emblemáticos da desigualdade que vigora por todos os rincões do país.

Apesar de não haver nenhum dado estatístico oficial que aponte o número de pessoas que circulam pela região da Praça da Sé, qualquer observador que se coloque por alguns minutos sobre as escadarias da Catedral da Sé perceberá o quão dinâmica e movimentada é a Sé, e isso sem esquecer de que a praça abriga a maior e a primeira estação da Companhia Metropolitana de São Paulo (Metrô).

Segundo o Metrô, por ela passam por dia, em média, cerca de 2,5 milhões de pessoas. Todos os dias, essa massa de pessoas, que depende do transporte público – trabalhadores, vendedores de todos os tipos de produtos, populares, turistas, policiais – e

advogados, que se deslocam apressadamente para chegar ao Fórum Central na Praça João Mendes, atrás da Catedral da Sé, além dos fiéis, que caminham em direção à escura igreja da praça, formam o cenário característico desse que é o ponto central da cidade de São Paulo.

Porém, um dos “elementos” que empresta uma maior identidade à Praça da Sé e que está sempre presente na maioria dos textos e comentários sobre ela, é a presença dos pobres que fazem do local seu espaço de sobrevivência e moradia. Em síntese: meninos e meninas em situação de rua, homens e mulheres sem teto, desabrigados de toda espécie compõem e revelam a realidade contraditória e ambígua da praça e da própria cidade.

A história da Praça da Sé se confunde com a própria história de São Paulo, pois remonta à fundação da cidade e sempre foi um espaço muito prestigiado, entre outras coisas, por ser o ponto de partida e de chegada das procissões religiosas desde o final do século XVI, num país até então tido como prioritariamente católico. O largo da Sé, como era chamada a praça até o advento da República era o “marco zero” da cidade, de onde eram medidas as distâncias para todas as estradas de São Paulo, conforme relato de Antônio Rodrigues Porto. (PORTO, 2006, p. 182)

Era na Sé que se reunia o povo para as grandes deliberações, para saber notícias vindas do Reino e resolver as pendências familiares na época do Império. Sempre tendo como referência a Igreja Matriz, o largo da Sé era o centro de manifestações religiosas e dos momentos cívicos, mas já era também na Sé que os pobres buscavam uma maneira de sobreviver.

Era lá também que os negros libertos exerciam o comércio informal, aproveitando o grande fluxo de pessoas que circulavam no centro da cidade, através da venda de frutas e de doces, tentando manter-se naquela estrutura social escravocrata (CADERNOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, 1996 p. 11).

Ao analisar o histórico da Praça da Sé é possível perceber que ela é o retrato das desigualdades características da sociedade brasileira em vários momentos da sua história. Era o lugar onde ficavam as melhores casas paulistanas, onde morava a aristocracia rural, vizinha ao Pátio do Colégio, o berço da cidade, como lembra Carla Caffé no seu artigo “Cidade Nua”, publicado na *Revista Folha* de 13 de fevereiro de 1994. Mas era também nas vielas vizinhas

ao Largo da Sé que existiam os “mal afamados bares de inferior categoria, reduto de meretrizes e freqüentados por malandros e vagabundos, muitos deles de pouca idade”.

Essa é também a impressão deixada por alguns estrangeiros que viajaram pelo Brasil e relataram em seus escritos impressões sobre os lugares brasileiros, como foi o caso do francês Saint Hilaire, que passando por São Paulo no início do século XX, escreveu: “o Largo da Sé é um local onde se encontram muitas prostitutas à noite, prostitutas de baixa classe que ali estão para atender aos servidores livres e roceiros” (REVISTA VISÃO, 09/01/1978, p. 9).

Da mesma forma, referências são feitas à crianças e adolescentes de ambos os sexos, que perambulavam pela região da Sé, atrapalhando a ordem pública e ferindo os bons costumes, como é noticiado no Diário Popular de 1886, que denunciava a presença de um bando de meninos “insuportáveis” na Ladeira da Tabatingüera, dedicando-se a práticas de ações vergonhosas, como agredir crianças indefesas e assaltar pobres vendedores, roubando-lhes frutas e doces, além de realizar “exercícios de capoeiragem” (DIÁRIO POPULAR, 26/07/1916).

Boris Fausto diz:

A correlação entre a menoridade e a quebra dos bons costumes estabeleceu-se há muito tempo na cidade de São Paulo, pelo menos desde o início do século XIX, como demonstram as referências a menores vadios, mendigos e meninas prostitutas. Em seu relatório referente a 1871, o chefe de polícia Sebastião José Pereira aludiria às crianças que vagam pelas ruas e entregam-se à prática de “atos torpes”. (2001, p. 95)

Mas também são várias as crônicas e os relatos de diferentes autores que enaltecem o centro como marco principal da cidade, onde ocorrem as festividades religiosas e são celebrados solenidades cívicas. É tanto que as casas onde passavam as procissões tinham um preço maior e eram símbolo de *status* social. As procissões que tinham como ponto de partida e de chegada a igreja do Largo da Sé ditavam também através do seu percurso os valores dos imóveis e a posição social daqueles que neles habitavam (DIÁRIO POPULAR, 15/01/1978).

A presença de pobres, meninos abandonados, prostitutas, mendigos e delinqüentes, que fazem do centro da cidade um local de moradia e de sobrevivência, revela uma realidade que além de ser contraditória é por muitas vezes conflitante. E não se pode imaginar uma

convivência tranqüila entre a elite e as camadas mais subalternas da sociedade nessas condições. Aliás, a repressão por parte do Estado contra essa população pobre só pode servir, de forma inquestionável, aos interesses das classes dominantes e isso é uma constante na nossa história.

Ou seja, a Praça da Sé é também uma referência enquanto espaço de manifestações:

A história da Sé confunde-se com a história da repressão policial em São Paulo. No início do século passado, lembram as crônicas da época, a polícia era constantemente chamada para desalojar os “malandros” que ficavam sentados na praça. No início desse século a polícia foi chamada várias vezes para retirar os anarquistas que lá se reuniam (FOLHA DE S. PAULO, 25/01/1984).

O combate aos considerados vadios e à vadiagem pelo poder público irá encontrar um significado novo a partir da implantação da República. A virada dos séculos XIX para XX marcou profundamente a história de São Paulo, que sofreu uma rápida transformação de pequena vila em cidade industrial. Cresciam paulatinamente a indústria, o comércio e o mercado de serviços, ao mesmo tempo em que também aumentava a violência e a pauperização de várias camadas da população, que, como lembra Marco Antônio Cabral dos Santos, estavam excluídas do universo formal da produção e do consumo. São Paulo viu-se mergulhada num cenário de um intenso esforço de contenção e repressão das classes populares (SANTOS, 2006, p. 114).

Bóris Fausto recorda que na década de 1890-1900 a cidade de São Paulo caracterizou-se pelo crescimento populacional a uma taxa geométrica de quase 14% ao ano, sinal de sua passagem à maioria e indicador também do surgimento de novos problemas, além do agravamento de tantos outros problemas na cidade. A necessidade de controlar e de classificar estava ligada aos objetivos das elites de instituir uma ordem urbana (FAUSTO, 2001, p.21).

Sobre esse assunto, Marco César Alvarez fala:

A inquietação diante da pobreza urbana, presente desde o limiar da República, levou as elites políticas e intelectuais da época a buscarem estratégias diversas que visavam não apenas criar novos instrumentos de controle social dessas populações, mas também adequar suas formas de conduta às exigências colocadas pela marcha da civilização e do progresso

do país. Neste sentido, a ação de setores significativos das elites intelectuais republicanas parece ter convergido tendo em vista promover uma ampla estratégia de moralização dos modos de vida das populações urbanas (ALVAREZ, 2003, p. 158).

É preciso controlar segmentos da população como as prostitutas, os menores vadios e os operários, que, como diz Bóris Fausto, são facetas diversas reunidas em um caleidoscópio regulador (FAUSTO, 2001, p. 21). Neste contexto, a célebre frase “A questão social é uma questão de polícia”, cuja autoria é atribuída a Washington Luiz, então primeiro Secretário de Segurança Pública, deixa transparecer a tônica que pretendia ser atribuída à questão social.

O ócio e a vadiagem aparecem como sendo a antítese do modelo daquela nova sociedade calcada na produção capitalista industrial e no agronegócio (SANTOS, 2006, p. 115), por isso a atuação do Estado e das elites intelectuais e financeiras é no sentido de criar o que Luzia Margareth Rago irá chamar de uma “empresa de moralização, a fim de criar uma nova figura de trabalhador, dócil, submisso e produtivo” (RAGO, 1985, p.12), condizente com essa nova sociedade pretendida.

A atuação da polícia, como braço armado do Estado e que detém o uso legítimo da força é essencial para implementação de um projeto liberal relacionado com os interesses e aspirações modernizadoras das elites, onde para isso é importante a manutenção da ordem pública.

Fizeram-se necessárias medidas de contenção da enorme massa de trabalhadores urbanos, muitos deles sem ocupação formal, visando enquadrá-los nos padrões desejados pela elite: restrição ao pequeno comércio ambulante, controle sobre a circulação de pessoas, vigilância sobre os hábitos populares que se chocavam com os padrões aceitos pela “civilização”, exortação de mendigos, loucos e vadios, e o estreito controle sobre a permanência e a circulação de garotos pelas ruas centrais da cidade (SANTOS, 2006, p.118).

Os novos ares “modernizadores” que marcam a mudança para o regime republicano, no final do século XIX, não se restringem apenas aos hábitos e costumes da população. Na verdade, são transformações que atingem toda a organização espacial da cidade. São Paulo começa a sofrer grandes interferências no seu espaço urbano e são introduzidas melhorias, tais como o alargamento das ruas, os calçamentos, a iluminação pública e a canalização de água.

As ruas que antes tinham nomes ligados ao Império recebem novas denominações apropriadas à nova situação de poder (CADERNOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, 1996, p. 13). O Largo da Sé passa por várias reformas para adequar-se com novos tempos. Em 1911 a antiga Igreja do Largo da Sé e a Igreja de São Pedro da Pedra, que ficava próxima ao largo, juntamente com dois quarteirões totalmente edificadas, são demolidos para dar lugar a uma grande praça e uma nova catedral, como conta Maria Luiza Marcílio:

Templos novos, monumentais, começaram a surgir na paisagem da urbe, logo nos primeiros anos do século XX, como a própria catedral, planejada em estilo gótico eclético e com sua construção iniciada em 1913, numa Praça da Sé enormemente ampliada (MARCÍLIO, 2005, p. 109).

É um momento em que se definem com maior precisão as funções do poder público municipal e a valorização dos espaços urbanos. Nesse novo processo de urbanização e modernização, o centro histórico é atingido enormemente e a sua feição é diretamente alterada, com a demolição das velhas casas de taipas e dos velhos comércios e a construção de novas edificações com estilo europeu (MARCÍLIO, 2005, p. 109).

São criadas novas leis, que vão regular e dar uma nova ordem para a cidade a partir de um novo padrão de urbanização, mas que também irão garantir uma transformação no modelo de segregação espacial, que resultará mais tarde na expulsão da classe trabalhadora do centro da cidade em direção à periferia. O plano de avenidas, criado por Francisco Prestes Maia, a pedido do Prefeito José Pires do Rio, propunha mudar o sistema de circulação da cidade abrindo uma série de avenidas que partiam do centro até os subúrbios, o que exigiu uma considerável demolição e remodelação da região central. Houve uma expansão da área comercial no centro da cidade, o que estimulou a especulação imobiliária e o aumento no valor dos aluguéis.

Nesse novo padrão de cidade moderna, o controle sobre as camadas mais pobres da população era essencial para a garantia da ordem pública. Porém, segundo Caldeira (2003), além de controlar os pobres, a elite começou a separar-se deles. Identificava os pobres e suas condições de vida com doenças e promiscuidade, assim, os membros da elite começaram a mudar-se para regiões um pouco afastadas das áreas mais povoadas da cidade. Bairros ostentando luxo surgiram ao redor do centro, como Vila Buarque, Campos Elíseos e o novo

bairro com nome bem sugestivo de Higienópolis (CALDEIRA, 2003, p. 215; MARCÍLIO, 2005, p. 109).

Alvarez (2003) e Rago (1985) analisam os esforços empreendidos pelas elites intelectuais e políticas da época da República, na virada dos séculos XIX para XX, no sentido de criar um saber normalizador que servirá para fundamentar as ações moralizantes desenvolvidas por autoridades públicas, médicos, educadores, filantropos, empresários e juristas, que tinham como objetivo principal a criação de um senso moral adequado às necessidades da sociedade e capaz de controlar os modos de vida das populações urbanas.

Essa política de “purificação da cidade”, em nome da civilização e do progresso, além de criar novos instrumentos de controle social das populações mais pobres, estabelecerá os novos padrões do que deve ser considerado normal nesse novo contexto, bem como, quais as relações que a sociedade terá com aqueles que fogem a esse novo padrão: os “anormais”. Essa é a característica dessa modernização, como argumenta Octavio Ianni:

Simultaneamente, os setores dominantes e as agências do governo adotam medidas modernizantes. Criam e aperfeiçoam instituições, de modo a garantir o controle sobre o jogo das forças sociais e a continuidade das políticas de crescimento, desenvolvimento, progresso ou modernização. Colocam-se em prática medidas destinadas a aperfeiçoar o *status quo*: reformar alguma coisa para que nada se transforme. Isto é, modernizar instituições para que grupos e classes permaneçam sob controle, não ponham em causa a “paz social” ou “a lei e a ordem” (IANNI, 1992, p. 100).

Os novos ares da República são marcados por essas situações ambíguas e até mesmo contraditórias, onde apesar de haver toda uma movimentação no sentido de mudança e renovação a partir dos princípios e de promessas positivistas, avanço do progresso e de um novo modelo de homem e de sociedade, no caso, como aponta Ianni, o intuito principal era o de preservação do *status quo*, o que Roberto Bianchetti ao explicar as bases do liberalismo irá chamar de tendência conservadora, que significa justamente a sustentação da continuidade política, entendida como continuidade dos fatores de poder e não de regime político, que permita a “evolução natural” das instituições que por sua própria dinâmica estabelecerão o equilíbrio da sociedade (BIANCHETTI, 2005, p. 45).

Nesse contexto de implementação de novas técnicas de controle social, através da transformação dos hábitos cotidianos, o saber médico ocupou um papel essencial. Os médicos

higienistas aparecem como portadores de uma autoridade inquestionável e são orientados por diversos estudos e pesquisas de médicos como Lamarck e Étienne Saint-Hilaire, sanitaristas do século XVIII, que acreditam ser o meio-ambiente responsável pela saúde do corpo social e, ao mesmo tempo, de cada indivíduo.

Os médicos higienistas recebem então a incumbência de examinar esse corpo social, vistoriando minuciosamente as ruas e as habitações populares, incentivando o asseio e impondo autoritariamente a execução de medidas higiênicas, a fim de curá-lo, mesmo que para isso fosse necessário extirpar as partes consideradas doentes. É o controle médico das populações pobres da cidade que se dará, seja nos espaços públicos, seja no espaço doméstico, e a pobreza passa a ser relacionada com a origem de todos os males e epidemias, o que justificará a segregação espacial, através da demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais (RAGO, 1985, p. 164). O Código Sanitário do Estado, decretado em 1894, é a grande prova desse esforço das elites no sentido de corrigir e controlar as condições de vida dos pobres.

É importante lembrar que o poder médico viu na infância o objeto privilegiado para a implantação do seu projeto de purificação da sociedade. Era preciso “preservar a infância” e dessa forma seria possível garantir uma sociedade saudável no futuro. Vários saberes científicos foram produzidos voltados para a condição da infância: a pediatria é introduzida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no final do século XIX, com o intuito de formar um corpo de especialistas capazes de resolver não somente um problema médico, mas também social, como cita Rago:

Percebendo a criança como corpo produtivo, futura riqueza das nações, este discurso econômico procurava alertar os governantes para o deprimente quadro da infância desamparada e para a taxa de mortalidade infantil no país, indicando que só com o apoio da medicina o Brasil poderia fazer frente a estes problemas e suprir a necessidade de produzir um maior número de trabalhadores sadios no futuro. Mas era ao mesmo tempo um discurso político: dar assistência médica e proteção à infância significava também evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes. Confinando o menor abandonado, os pequenos mendigos, os órfãos, que perambulavam às soltas pelas ruas, fumando, jogando, fazendo Deus sabe o que! Nas instituições assistenciais, a nação estaria salvando-os do perigo das ruas (...) (RAGO, 1985, p. 121).

No discurso do poder médico, a rua era o lugar do crime, a grande escola do mal e por isso era necessário que o Estado criasse lugares apropriados para garantir a proteção da “infância pobre, desamparada e moralmente abandonada”. É nesse momento que surgem as primeiras instituições de assistência e proteção à infância. Em São Paulo surge o Instituto Disciplinar de São Paulo, em 1902, com a missão de “incutir hábitos de trabalho” e educar profissionalmente os pequenos mendigos, vadios, viciosos e abandonados. Médicos, pedagogos e governantes, através do controle da infância buscaram formar um “cidadão”, submetido aos interesses das elites, produtivo e que não ameaçasse a ordem social.

As primeiras escolas primárias do Estado foram fundadas a partir de 1890, logo após a proclamação da República e em 1919 já existiam 4.417 unidades, o que indica o interesse pela educação das crianças como forma de implantar mais rapidamente o projeto político considerado moderno.

Também no campo jurídico, a partir da República, houve significativas alterações. Novos Códigos e Leis são criados com o objetivo de se tornar cada vez mais claras as situações daqueles que escapassem aos princípios considerados normais e moralmente aceitos. Era preciso definir o *status* jurídico daqueles sujeitos que não se enquadravam na noção de cidadania plena da República (ALVAREZ, 2003, p. 159).

O trabalho de Fernando Torres Londonõ sobre a origem do conceito de menor indica que é justamente nesse momento que a palavra “menor” passa a fazer parte do vocabulário jurídico brasileiro, para referir e indicar a criança e o adolescente em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os seus direitos (LONDOÑO, 1991, p. 129). Isabel Cristina da Cunha Fontana, na sua pesquisa sobre as crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo, ao falar desse contexto diz que:

Na concepção jurídica, o abandono da população infantil significava uma ameaça à sociedade que estava se modernizando, uma vez que as crianças desamparadas, tanto material como moralmente, ficavam entregues às suas próprias vontades, totalmente vulneráveis e predispostas a serem conduzidas para fora da lei, do convívio social, propensas ao vício, à desordem e ao crime (FRONTANA, 1999, p. 52).

E a rua aparecia, segundo essa visão, como sendo o espaço da desagregação e dos vícios que ameaçavam a sociedade. Londoño cita Cândido Nogueira da Motta, que falava da situação da infância em São Paulo e do aumento da criminalidade infantil na cidade em 1895:

A criminalidade dos menores aumentou a olhos vistos. Em 1894 o número de criminosos de 9 a 20 anos era apenas de 59, ao passo que neste ano se elevou a 97, isto é a 60% a mais! E como não ser assim? É extraordinário o número de menores que vagam pelas ruas (MOTTA IN LONDOÑO, 1991, p. 137).

Os juristas reforçam o coro dos que faziam eco à idéia de que a rua é o espaço de proliferação dos males e fábrica de delinqüentes, ao mesmo tempo em que culpabilizam a família pela situação de abandono, na qual as crianças e adolescentes se encontram. São os pais que, cedendo aos vícios do álcool e do jogo e que, propensos à vadiagem, não exercem a sua autoridade e acabam corrompendo seus filhos. São as mulheres que, por não possuírem um equilíbrio moral, acabam aceitando as propostas indecorosas dos homens e gerando para o mundo filhos sem pai e, dessa maneira, minam as bases que garantem a ordem moral da sociedade. A idéia da família como sendo a célula mãe da sociedade é defendida e propagandeada pelos especialistas, que pretendem dessa forma interferir no modo de conduta das classes mais pobres, apresentando-lhes um novo modelo de família que deveria ser seguido.

Esse novo discurso jurídico, em consonância com o discurso de outros especialistas (médicos, pedagogos e filantropos), serve para alimentar uma nova proposta para o enfrentamento do “problema do menor” e o papel do Estado nesse contexto. Esses saberes, estruturalmente bem elaborados e inter-relacionados, são essenciais para a legitimação de um novo modelo político e econômico e de uma nova ordem social, mas ao mesmo tempo são alimentados por eles, indicando uma reciprocidade entre essas instituições, que compõem o cenário republicano do início daquele século.

Em São Paulo, desde 1902, juristas defendiam a necessidade de mudança na atuação do Estado, que deveria deixar de tratar a infância abandonada como questão de polícia e sim criar uma estrutura específica de proteção do menor. A elaboração do Código de Menores, em 1927, é o sinal da efetivação dessa nova política de atendimento da infância pobre e marginalizada. Pelo menos na letra da lei, a questão do “menor abandonado” deixou de ser uma questão de polícia e passou a ocupar lugar na área de assistência e proteção, que deveria

ser garantida pelo Estado, por meio de instituições, com o apoio de profissionais das mais diversas áreas da sociedade, como aponta Londoño (1991, p. 140).

A proteção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos. Isso significa a participação de saberes como os do higienistas, que deviam cuidar da saúde, da nutrição e da higiene; os saberes dos educadores, que deviam cuidar da disciplina e da instrução, tornando o menor apto a reintegrar-se à sociedade; e os saberes dos juristas, que deviam conseguir que a lei garantisse essa proteção e essa assistência.

Nessa mesma linha, ao analisar o Código de Menores de 1927, Walter Ferreira de Oliveira diz que esse foi o primeiro instrumento de regulação das políticas públicas para crianças e adolescentes e institucionalizou a assistência a menores de 18 anos no país. A percepção, por parte do poder constituído, refletida na forma que o Código regulava a assistência, era da inabilidade das famílias dos menores necessitados de proverem a subsistência e o desenvolvimento dos seus filhos. A Lei promulgava basicamente a institucionalização das crianças e dos adolescentes que eram órfãos ou produtos das irresponsabilidades de seus pais. Essas instituições teriam a missão de educá-los e discipliná-los do ponto de vista físico, moral e civil. A assistência governamental era vista como uma maneira de remediar os problemas da orfandade ou as falhas produzidas pela incompetência das famílias pobres (OLIVEIRA, 2004, p. 60).

Alvarez (2003) revela como se deu a consolidação desse novo modelo de assistência à infância abandonada, que pode ser caracterizada como uma nova institucionalização a partir dos princípios científicos e racionais que deverão orientar o atendimento e o tratamento do “menor abandonado”, e cita o discurso do médico Arthur Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, para descrever como deve se dar essa nova institucionalização:

(...) uma institucionalização muito mais ampla do que as antigas formas, e que passa a visar a todos os menores em estado de perigo de abandono, o que aumenta efetivamente a clientela visada para todo o contingente de crianças das classes pobres e, virtualmente, para todas as crianças da sociedade. Uma institucionalização que tem em seu horizonte não apenas assistir gratuitamente aos desafortunados, mas também combater a delinqüência, fruto do abandono, e criar assim cidadãos saudáveis, tanto

moral como fisicamente. Uma institucionalização que define o menor como o conhecemos ainda nos dias de hoje: aquele que, em decorrência das condições de abandono que o distanciam da educação e do trabalho, é sempre considerado um delinqüente em potencial (ALVAREZ, 1989, p. 141).

O descompasso entre a proposta de uma instituição ideal, nos moldes do Código de Menores de 1927, e o que efetivamente se concretiza é muito grande. As instituições que serão criadas a partir da década de vinte, sob a responsabilidade do Estado, não são capazes de cumprir o seu papel de ressocialização dos “menores”, segundo o modelo da época, e se tornarão em depósitos onde serão jogadas crianças e adolescentes, não havendo muitas vezes nem o respeito à separação entre carentes e infratores, como determinava a lei.

A política intervencionista do Estado em relação às crianças e aos adolescentes pobres, sob o estigma da categoria menor, terá o seu ápice com a criação do Serviço de Assistência do Menor (SAM), no início da década de quarenta, e é uma resposta do Estado face as críticas às instituições de assistência na época. Subordinado ao Ministério da Justiça, o SAM foi a primeira instituição nacional de assistência pública a crianças e adolescentes. Porém, apesar da propaganda inicial, em pouco tempo as “escolas modelos” do SAM adquiriram uma péssima reputação e passaram a ser conhecidas como lugares onde eram comuns a prática de violência e abuso contra crianças e adolescentes, além da corrupção administrativa (OLIVEIRA, 2004, p. 60; FRONTANA, 1999, p. 68).

Essa questão será um dos pontos que ocasionará a criação da Semana de Estudos do Problema de Menores, uma iniciativa do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Teodomiro Dias, com o apoio da Igreja Católica e de outras autoridades da área da “assistência ao menor”. A Primeira Semana de Estudos do Problema do Menor aconteceu de 26 a 30 de julho de 1948 e se repetiu todos os anos até meados da década de setenta, sempre no Palácio da Justiça, na Praça da Sé.

No primeiro dia de trabalho da Semana de Estudos, o juiz de Direito de Menores da Capital, Ulisses Dória, ao apresentar a situação do “menor” em São Paulo, aponta como sendo um dos aspectos mais desoladores, sob que se apresenta o fenômeno do abandono, é o da mendicância e cita os “meninos de rua” da Praça da Sé, os “moleques” que são símbolos do abandono moral e material.

A presença de “menores” na Praça era um aspecto que manchava o *glamour* da Sé, que na década de quarenta era ponto intelectual da cidade, lugar de encontro de pintores e artistas plásticos, como informou Benedito Lima de Toledo, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* de 03 de julho de 1991.

Ao falar dos tempos de glória da Sé, nos anos 40, Toledo relembra da imponência dos edifícios Santa Helena, em estilo neoclássico, onde ficava o mais importante cinema da cidade, e Mendes Caldeira. A Praça da Sé abrigava os mais importantes escritórios de São Paulo. Era também uma referência de locomoção, uma vez que ali se concentravam os pontos das principais linhas de ônibus da cidade. A permanência de meninos e meninas nas ruas centrais, num momento de grande progresso, revela as contradições da cidade e a resposta do Estado, que tem como base, em coerência com o Código de Menores, a institucionalização do “menor”.

No seu discurso, o Dr. Ulisses Dória, apresentou toda uma análise sobre os fatores econômicos que levam ao abandono, e conclui a sua primeira fala culpabilizando a família pela situação do “menor”:

(...) Ele, [o abandonado] se traduz pela inércia e desleixo dos pais, na fiscalização sobre a conduta dos filhos. Eles próprios nem sempre dão os melhores exemplos. Os próprios costumes se modificaram. A mulher não é mais a “dona de casa”, a guardiã do lar. Ela se converteu na operária, na funcionária pública, na competidora do homem, por necessidade ou por ambição. O homem por sua vez, com encargos que o afastam do lar de sol a sol, ganhando muito menos do que necessita para viver, ou também por vícios ou paixões, vai decaindo num estado de inércia física e mental. A desagregação familiar, por motivos econômicos ou morais, constitui, portanto, a causa fundamental do abandono, e por vezes, da delinquência juvenil. (Anais das Semanas de Estudos do Problema de Menores de 1948-1951, São Paulo: Imprensa Oficial, 1952, p. 78)

Feita essa primeira análise, o magistrado apresenta, como providência ideal para resolver a situação de abandono, a entrega do “menor abandonado” a família idônea para ampará-lo, mas completa que não havendo, e isso é sabido, um número suficiente de famílias de boa índole capazes, material e moralmente, de cuidar de todos os abandonados da cidade, é preciso que hajam abrigos capazes de acolhê-los e, no caso dos delinquentes, é essencial que existam reformatórios que cumpram o papel de reeducar esse “desviado”, como determina o Código de Menores. Porém, a realidade presente nas instituições é de extrema promiscuidade

e, em muitos casos, esses adolescentes acabam sendo internados em presídios comuns, como o da Ilha Anchieta e o Cruzeiro do Sul.

Tanto na Chácara Cruzeiro do Sul, como na Ilha Anchieta, ficam os menores com delinquentes adultos em completa promiscuidade. Voltam desses recolhimentos em condições deploráveis, sujos e maltrapilhos, portadores de moléstias parasitárias, conseqüentes à longa reclusão e à falta de higiene. A mesma crítica é feita em relação aos abrigos femininos, ao Asilo Bom Pastor e ao Instituto Feminino da Penha.

É importante perceber que todo o processo, que culminou na elaboração e na aprovação do Código de Menores de 1927, já trazia como um dos pontos principais a revisão das instituições que eram responsáveis pelo acolhimento e pela ressocialização de crianças e adolescentes, a crítica ao aspecto repressivo dessas instituições e a necessidade de construção de um modelo que elevasse a questão da infância abandonada e delinqüente de um caso de polícia para um problema da justiça. Quase três décadas se passam e os especialistas da “causa do menor” ainda apresentavam os mesmos problemas, deixando claro que o novo modelo não surtiu o efeito esperado.

A extinção do SAM se dará logo após a ascensão dos militares ao poder em 1964 e fazia parte do plano de modernização e moralização do setor público, defendido pela junta militar e que, segundo eles, fazia parte da estratégia para o desenvolvimento do país. As ações do Estado nas áreas política, econômica e social eram definidas a partir da Doutrina de Segurança Nacional, criada pela Escola Superior de Guerra (ESG) com o binômio “desenvolvimento e segurança” (FRONTANA, 1999, p. 71).

Como forma de organizar e moralizar a situação do “menor”, e de dar uma resposta à opinião pública, que acompanhava sistematicamente as denúncias de mau funcionamento do sistema do SAM, os militares anunciaram já em dezembro de 1964 o Plano Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), em substituição ao SAM. Esse plano tinha como ponto central a criação de uma instituição normativa, em nível central, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Essa instituição tinha como objetivo elaborar e implementar políticas públicas de bem-estar, fixando as bases para uma nova estratégia de atendimento para o chamado “problema do menor”, em consonância com a imagem de eficiência e modernidade

do Estado brasileiro propagada pelos militares⁴, e redistribuiu os recursos orçamentários, dando suporte financeiro para as instituições comissionadas em nível estadual. Em seguida, cada unidade da federação cria a sua fundação, que era denominada Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Tais fundações, embora estivessem subordinadas diretamente aos respectivos governos estaduais, deveriam seguir o modelo teórico-prático repassado pela FUNABEM (OLIVEIRA, 2004, p. 61).

O Estado, por meio da FUNABEM, deveria passar uma imagem segundo a qual a opinião pública reconhecesse a sua eficiência na área social e a sua preocupação com o “homem de amanhã”, afirma Luiz C. Bazílio (1985, p. 64).

O Código de Menores, que vigorou até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, sofreu a sua mais significativa alteração ainda em plena ditadura militar. No ano de 1979, foi adotada a Doutrina Jurídica de Proteção ao Menor em Situação Irregular. De acordo com o Código de 1979, todas as classificações que caracterizavam o estado de abandono material e moral da criança e do adolescente, seriam consideradas como situação irregular. Era considerado em situação irregular o “menor”:

I- Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II- Vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

⁴ O pronunciamento de Mário Altenfelder, presidente da FUNABEM, ilustra bem o espírito da época: “E para que se avalie o que isso significou em nosso país, é preciso dizer que o Governo Federal teve a coragem de extinguir uma repartição pública, do Ministério da Justiça, em seu lugar criando uma fundação autônoma, administrativa e financeiramente, com a velocidade da resposta que o problema social do menor exigia. [...] E foi uma vitória da Revolução de 31 de Março. Não fosse essa Revolução, acredito que nunca poderia ter feito tal obra em nosso país, porque há mais de quarenta anos as pessoas de bem clamavam por providência dessa profundidade, sem que ela fosse concretizada. Eram as repartições que Ministros do Supremo Tribunal chamaram de “nódoas”, “universidade do crime”, “fábrica de bandidos”? Foi a Revolução de 31 de Março que acabou com isso, elevando o tratamento do menor ao nível de problema do campo psicossocial, que merece estudos da Escola Superior de Guerra e dos excelentes cursos das Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. [...] Proclamava-se, nessa área, o Brasil inteiro caminha certo. Em qualquer Estado se encontra uma mentalidade diferente. Uma Revolução pode não derramar sangue, mas tem que derramar idéias, tem de mudar rotinas, quebrar mentalidades retrógradas que impedem o progresso e não permitem que o desenvolvimento social se estabeleça. E isso a Revolução fez e está fazendo em diversos setores, inclusive no campo do menor”. ALTENFELDER, Mário, “*Bem-estar e promoção social*”, in *Criança e Adolescentes nas ruas de São Paulo*, apud FONTANA, op. cit., p. 92.

III- Em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contraditório aos bons costumes; b) exploração em atitude contrária aos bons costumes;

IV- Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V- Com desvio de conduta em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI- Autor de infração penal.⁵

O sistema FUNABEM/FEBEMs igualou-se, em pouco tempo, ao antigo SAM, tornando-se um símbolo de desrespeito aos direitos humanos dos adolescentes e jovens.

No final da década de setenta, o grande número de fugas na FEBEM de São Paulo ocupa os noticiários e a presença de meninos e meninas nas ruas do centro da cidade persiste, passando a receber a atenção de vários movimentos, que lutam pela redemocratização do país e denunciam as situações de desigualdade social e exigem mudanças.

No mesmo período, a “velha” Praça da Sé é totalmente transformada. Em 1978, o então Presidente da República, General Ernesto Geisel, reinaugura a Praça com os seus jardins suspensos, o chafariz e a principal estação de Metrô da cidade deve ser a marca da modernização da cidade de São Paulo. Porém, mesmo de cara nova, a Sé, com os seus velhos personagens, não esconde as contradições e ambigüidades da grande cidade.

⁵ MACHADO, Antônio L. Ribeiro, Código de Menores comentado, São Paulo: Saraiva, 1987, p.6

CAPÍTULO 2 - A História que nasce na rua

2.1. A visibilidade dos “meninos de rua”

Apesar da presença de crianças e adolescentes nas ruas sempre ter feito parte da história do Brasil, desde a época do Império, será a partir do final da década de 70 que esse fenômeno ganhará uma maior atenção em todo país. Este período foi marcado por um gradual enfraquecimento do regime ditatorial, instalado com o golpe militar de 1964, favorecendo assim a proliferação de movimentos sociais e democráticos. O país, que nesse período crescera numa média histórica de 8,99% ao ano, entrava na década seguinte com um crescimento médio de 2% ao ano, gerando um novo fenômeno dentro da realidade da economia brasileira, a inflação sem crescimento econômico, que foi denominado por alguns economistas como sendo o fenômeno da “Estagflação”. A estagnação econômica dos anos 80 fez com que esse período ficasse conhecido como a “década perdida”, onde se acentuava cada vez mais as desigualdades sociais.

A crise econômica dos anos oitenta fora um aspecto importante de desestabilização do regime militar, uma vez que um dos principais trunfos do sistema político da época era justamente o crescimento da economia, denunciando os resultados de um modelo de desenvolvimento com base em acumulação sem redistribuição. A famosa frase do então ministro da fazenda, Delfim Netto, de que “era preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”, revela bem a lógica desse modelo econômico que gerou uma forte dívida social com os segmentos mais pobres da sociedade, como é possível perceber até os dias atuais, já que o Brasil continua firme na liderança do ranking de países com maior desigualdade de distribuição de renda.⁶

A década que alguns economistas consideram “perdida” será, sem dúvida, um período de grande crescimento dos movimentos sociais e de organização de grupos que lutam pela redemocratização do país. As situações de pobreza e de violência que atingiam grande parte da população são denunciadas por esses movimentos sociais emergentes.

⁶ Sobre esse assunto ver o estudo: A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil - Barros, Ricardo Paes de; Henrique, Ricardo; Mendonça, Rosane. IPEA, 2001.

A realidade das crianças e adolescentes que viviam nas ruas das grandes cidades ganha visibilidade e, de certa forma, elas se tornam um símbolo da situação das crianças e adolescentes no Brasil em geral (RIZZINI, 2003).

Walter Ferreira de Oliveira, ao falar sobre os primeiros atores deste novo movimento social em defesa dos meninos e meninas em situação de rua diz:

O movimento que se formou em torno da causa da criança e do adolescente tinha uma forma especial por congregar uma grande diversidade de pessoas e profissionais. Eram trabalhadores de instituições para “menores”, inclusive das “FEBEMS” e de instituições não-governamentais conveniadas com o sistema FEBEM; intelectuais ligados à educação, ciências sociais, jornalistas, saúde e ciências da saúde mental; pais, líderes comunitários, cidadãos comuns e defensores dos direitos humanos; e um número significativo de líderes religiosos e outros formadores de opinião. Unia esses agentes uma profunda indignação com as condições desumanas a que eram submetidas as crianças pobres, enquanto o país, ainda sob a embriaguez do “milagre brasileiro”, alardeava sucesso econômico e abundância de recursos materiais (OLIVEIRA, 2004, p. 66).

Esses diversos agentes, unidos sob uma mesma bandeira, denunciavam a pobreza em que meninos e meninas estavam inseridos, como também o colapso geral das redes de proteção social e dos serviços públicos que agiam e, em muitos casos, ainda continuam agindo, a partir do velho estilo já tradicional e repressor que marginaliza e tenta criminalizar a criança e o adolescente, ao invés de protegê-los.

A respeito da mobilização na época observa Rosemary Ferreira Pereira:

A partir da metade dos anos 70, foram criadas novas articulações, movimentos e entidades de defesa dos direitos da infância e da adolescência com ações voltadas à combinação *denúncia / melhoria do atendimento / proposições*. Tais entidades, em sua maioria, de expressão política nacional, fazem parte do movimento social urbano, que na década de 80 assume um novo espaço no cenário social (PEREIRA, 1998, p. 12).

Dentre as entidades que se destacaram nesse processo de luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente e, em especial, dos meninos e meninas que viviam nas ruas, encontramos o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR e a Pastoral do Menor. Outros grupos e articulações tiveram lugar nesse período, como o movimento de Defesa do Menor, constituído por políticos e profissionais ligados ao direito, jornalismo,

assistência social, educação e psicologia; o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância); o Movimento Sindical, que instituiu comissões e grupos de trabalho para discutir as demandas, como direito à saúde, educação e assistência para a infância (PEREIRA, 1998, p. 17). No campo acadêmico foram produzidos inúmeros estudos e pesquisas, tendo como foco as questões relativas a essas crianças e esses adolescentes. Foram várias as iniciativas para construir uma nova compreensão sobre a condição da criança e do adolescente e propor práticas alternativas, com o propósito também de fortalecer um processo de articulação entre a sociedade civil e os grupos de defesa na área da criança e do adolescente.

Durante o processo constituinte, meados dos anos de 1980, apesar das divergências de conteúdo e da forma como encaravam a gestão das políticas sociais, esses grupos articularam-se em torno da inclusão de novos direitos à população infanto-juvenil.

Em 1988 foi criado o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), composto por várias organizações não-governamentais, dentre elas a Pastoral do Menor, o MNMMR, a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Associação dos ex-alunos da FEBEM.

As forças integrantes do movimento social em defesa dos direitos da criança e do adolescente, aliando-se a outros movimentos, visando construir a cidadania das pessoas nesses períodos de desenvolvimento, trouxeram para o debate nacional duas bandeiras de luta: Criança - Constituinte (julho de 1986) e Criança Prioridade Nacional (junho de 1987). Foi realizada uma ampla mobilização da sociedade, com coleta de assinaturas e *lobby* junto ao Congresso Nacional (PEREIRA, 1998, p. 18).

Esses grupos organizados apresentaram aos constituintes mais de um milhão de assinaturas que recomendavam as emendas relativas aos dos Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CF/1988).

Através dessa articulação foi possível a aprovação de todas as emendas propostas, sendo incorporadas na redação dos artigos 204, 227 e 228 da CF/1988. Como recorda Flávia Piovesan:

O processo de democratização vivido pelo Brasil na década de 80 acessou a reinvenção da sociedade civil, mediante formas de mobilização, articulação e organização, bem como propiciou a adoção de um novo pacto-político-jurídico-social. Nascia, assim, a Carta de 1988, considerado o texto constitucional da história brasileira que melhor incorporou as demandas e reivindicações da sociedade civil e da pluralidade de seus atos sociais. (...) A Constituição Federal de 1988 introduziu diversos dispositivos que tratam da criança e do adolescente de forma consonante com as diretrizes internacionais de direitos humanos e com os padrões democráticos de organização de Estado e da sociedade (PIOVESAN, 2003, p. 283).

O artigo 204 trata da descentralização político administrativa dos programas e da participação da população na elaboração e no controle da política de atendimento à criança e ao adolescente:

Assim, as ações governamentais na área da assistência social deverão ser realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

“I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (CF/1988, Capítulo III, artigo 204).

O artigo 227 é o grande exemplo do inequívoco resultado da mobilização dos movimentos em defesa dos direitos da infância e da adolescência, pois eleva a criança e o adolescente à categoria de cidadão ao afirmar que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o **direito** à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF/1988, artigo 227, negrito nosso).

Nesse sentido, a Constituição Federal:

(...) ao elencar o feixe de direitos de cidadania no conjunto de crianças e adolescentes brasileiros, faz uma revolução na setorialização das políticas brasileiras. Deixa claro que a proteção integral, direito de cidadania, é incompatível com a setorialização, que só podemos chegar à proteção integral com políticas integradas intercomplementares, com uma política integral. Deixamos de falar em políticas setoriais e passamos a falar em direitos de um segmento populacional, crianças e adolescentes. (AMENCAR/ FUMURS/ FEBEM-RS IFMSS, in Plano da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997, p. 13).

O artigo 227 aparece como sendo a síntese dos anseios de todos os agentes envolvidos na causa da infância e da adolescência, inclusive das próprias crianças e adolescentes que, de forma atuante, se mobilizaram em todo o país em prol da formalização e do reconhecimento dos seus direitos. Assim, a CF/1988 inaugura um novo momento de avanço democrático no país e torna-se um precioso instrumento para os defensores dos direitos humanos, em especial no que diz respeito às garantias de direitos nessa área. Além de ser um marco, devido ao grande grau de participação popular, sem precedentes na história brasileira, a CF/1988 introduz no ordenamento jurídico um novo paradigma para o direito infanto-juvenil: A doutrina da proteção integral.

A doutrina da proteção integral tem início em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Para Neidemar José Fachinetto (2003), essa doutrina está fundada em três princípios básicos: crianças e adolescentes são sujeitos de direito, o que significa dizer que elas não são mais objetos da norma jurídica e sim depositárias de direitos fundamentais e especiais. Do ponto de vista da lei, não existe mais a distinção entre “menores”, crianças e adolescentes pobres e abandonados e em conflito com a lei e as crianças de famílias bem posicionadas na sociedade. Existe um princípio de dever geral, onde todos: Estado, família e sociedade devem fazer a sua parte e são responsáveis para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. As crianças e adolescentes estão na peculiar condição de pessoas em desenvolvimento. Estão em processo de desenvolvimento rumo à maturidade física, moral, psíquica e intelectual, de crescimento da sua personalidade e de convivência e participação familiar, social e coletiva.

Crianças e adolescentes possuem necessidades especiais e urgentes, devido às circunstâncias objetivas da idade, que devem ser satisfeitas de maneira imediata, não podendo ser postergadas, sob o risco de comprometer o seu desenvolvimento. O princípio da prioridade absoluta determina claramente a precedência das necessidades das crianças e

adolescentes sobre as dos adultos. Tanto as famílias quanto a sociedade e o Estado devem organizar-se para garantir os direitos da infância e da adolescência e o Estado deve destinar os primeiros, os melhores e os maiores recursos às políticas sociais, aos programas voltados às famílias, às crianças e aos adolescentes (BIANCHINNI, 2005, p. 9).

A CF/1988 é um marco essencial no desenvolvimento da compreensão sobre o direito da criança e do adolescente no país, e indica uma superação da doutrina da situação irregular, o Código Mello Mattos de 1927 e o Código de Menores de 1979. É esse avanço conseguido a partir da mobilização social que dará suporte para a construção e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

O ECA inova, pois se aplica a todos os indivíduos com idade inferior a dezoito anos, diferentemente do antigo Código de Menores, que deveria ser aplicado ao “menores” em situação irregular, criando assim uma dicotomia jurídica entre crianças e adolescentes que viviam no seio da família considerada normal, célula-mater da sociedade (FRONTANA, 1999, p. 56) e que por isso estavam em situação regular, e aqueles que se encontravam fora desses padrões considerados regulares pela legislação e pela interpretação jurisprudencial e doutrinária dessa legislação (PIOVESAN, 2003, p. 284).

O ECA, em consonância com a CF/1988 e com a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1989, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, dando-lhes prioridade absoluta e definindo como responsabilidade de todos (Estado, família, e sociedade em geral) assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à liberdade, ao respeito, e à dignidade, ao convívio familiar e comunitário, à cultura, ao esporte e lazer, e o direito à profissionalização e a proteção no trabalho para as crianças e adolescentes (ECA, Título I, Artigos 1º a 5º).

Aparecida Eliane Nicoletti argumenta que o ECA constitui-se num novo paradigma na área da criança e do adolescente e aponta como um grande avanço desse instrumento legal o fato de que, a partir dele, foram definidas as formas de participação popular na implementação, no atendimento e no monitoramento das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente, com a participação da sociedade civil na criação de Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, na manutenção do Fundo Nacional, Estadual e Municipal, dentre outras ações descentralizadoras. Assim, a responsabilidade pelas políticas públicas

nessa área, que antes estava concentrada nas esferas nacional e estadual, com a descentralização, transferiu-se parte dessa responsabilidade aos municípios (NICOLETTI, 2006, p. 33).

Apesar de todos os avanços conseguidos com o ECA, sua aprovação não significa garantia de superação dos problemas que, historicamente, e não por acaso, atingem a população de crianças e adolescentes no Brasil.

A promulgação do ECA, em 1990, foi um grande passo na história de defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes, porém muitos outros devem ser dados. As estatísticas que informam a situação da infância no Brasil revelam que uma grande parte da população até dezoito anos vive abaixo da linha de pobreza. Segundo os dados do UNICEF, seção Brasil, o país possui 62 milhões de pessoas com menos de 18 anos de idade e, enquanto o índice de pobreza da população brasileira é de 27,6%, entre as crianças esse índice chega a 44%. As crianças negras tem 78% mais chance de viver na pobreza do que as crianças brancas, e as das áreas rurais estão duas vezes mais expostas à pobreza do que as que vivem nas regiões urbanas. No semi-árido brasileiro vivem cerca de 13 milhões de crianças e adolescentes, sendo que 75% desse total é classificada como pobre (Unicef, 2007)⁷.

A respeito de todos os pontos garantidos pelo Estatuto, tanto os que se referem aos direitos fundamentais (vida, alimentação, saúde, educação, convivência familiar e comunitária, cultura, segurança, esporte e lazer, profissionalização, liberdade, dignidade e respeito), quanto os relativos às garantias especiais, que compõem a segunda parte da lei (Sistema de garantia de direitos, ECA, artigos 86-89), vivenciamos, constantemente, situações de total desrespeito a essas determinações legais, o que nos coloca diante de uma realidade paradoxal. De um lado, temos um instrumento jurídico avançado e considerado por muitos como sendo uma das mais modernas leis sobre o tema do direito infante-juvenil no mundo e, de outro lado, testemunhamos o mais completo descumprimento por parte do Estado e da sociedade das suas obrigações básicas para com a população infante-adolescente.

A permanência de meninos e meninas vivendo e trabalhando nas ruas submetidos a condições desumanas, pois expostos às mais variadas situações de vulnerabilidade, é um exemplo maior de reconhecimento de direito sem a sua correspondente efetivação. Dessa maneira, perpetuam-se as desigualdades e, como diz Flávia Schilling, “o reconhecimento sem

⁷ Dados retirados do sitio <http://www.unicef.org/brazil/> em 10 de outubro de 2007.

a redistribuição é um horror”.⁸ Talvez esse seja realmente o pior dos mundos, pois vive-se a ilusão de que o país está no caminho certo, de que por meio do reconhecimento do direito o problema social está resolvido. A afirmação da igualdade de todos perante a lei deveria por fim às desigualdades presentes na nossa sociedade e a promulgação da lei ser a garantia da cidadania, isto é o que se espera de um Estado democrático de Direito, mas não é isso que tem ocorrido no Brasil.

As pessoas e as organizações envolvidas na luta pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes, que até a aprovação do Estatuto estavam envolvidos com a sua construção, logo após a promulgação da lei, em julho de 1990, já se sentiram desafiados a continuar articulados, agora com o forte sentido de fazer valer as determinações legais contidas no ECA e na Constituição, como bem lembra Sueli Maria Camargo, da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo:

O que nos motivava nos anos noventa era justamente se mobilizar para denunciar todas as situações de injustiças cometidas com as crianças e adolescentes e o ECA era a nossa grande arma nessa luta. Mas não era fácil vencer as resistências dos governos e da grande parte da sociedade. Havia uma cultura, e ainda há, onde era muito forte a idéia de que os “meninos” são culpados por todo o mal da sociedade e de que o remédio é a violência. São os resquícios do Código de Menores. A gente queria tirar o ECA do papel, não deixar virar uma “letra morta”. (Entrevista concedida em 21/05/07)

É possível identificar o período pós-aprovação do ECA como o marco de uma nova fase na história do movimento em defesa dos direitos da infância e da adolescência. As organizações devem se reestruturar e encontrar seu espaço de inserção num novo cenário sócio-político de forma a garantir os avanços alcançados na área da criança e do adolescente, o que significa, por exemplo, ocupar os lugares nas instâncias deliberativas, como os Conselhos de Direitos e fiscalizadores, como os Conselhos Tutelares e também nas instâncias governamentais, e estar atentos para situações de violência sofridas por crianças e adolescentes que, mesmo sempre existindo não possuíam tanta visibilidade e não eram encaradas como um problema específico que merecesse a atenção especial dos pesquisadores e militantes do movimento.

⁸ Essa citação foi feita durante a aula na disciplina Educação, Poder e Resistência na FEUSP, no dia 18/05/2005.

A partir desse momento, outras frentes de luta foram se abrindo e novas discussões e ações foram acontecendo. O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e aos grupos de extermínio de jovens são exemplos de novos desafios enfrentados no contexto da década de noventa. Era urgente trazer para o público, como responsabilidade do Estado e de todo o conjunto da sociedade, questões que sempre estiveram circunscritas ao espaço do privado, da família, ou que eram encaradas como sendo problemas de polícia, resolvidas com repressão e rigor próprios dos regimes anti-democráticos. Era urgente vencer o descompasso entre o discurso vigente no Brasil, como um Estado democrático de Direito, onde as instituições que o compõem devem comportar-se com base em princípios legais e visar ao bem comum, e a realidade injusta e desumana que segrega e marginaliza um grande número de pessoas, em especial crianças e adolescentes, mantidas longe dos seus direitos mais elementares.

2.2. A Pastoral do Menor

A Pastoral do Menor da Igreja Católica no Brasil, juntamente com mais dez segmentos correlatos,⁹ compõe o Setor Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com a Cartilha da CNBB, tais pastorais são: “serviços específicos a categoria de pessoas e ou grupos em situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, como por exemplo, a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante (CNBB, 2003, p. 18).

Alfredo José Gonçalves, do Setor Pastoral Social da CNBB, explica que a Pastoral do Menor, como as outras ligadas ao mesmo setor, está integrada na dimensão “sócio-transformadora” da Igreja e tem como finalidade dar uma resposta da Igreja frente às situações de pobreza e marginalização das pessoas nas quais está inserida uma parcela muito grande da população. Gonçalves apresenta os eixos que orientam a atuação das Pastorais Sociais:

⁹ As outras pastorais sociais são: Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Pastoral Carcerária, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Conselho Pastoral dos Pescadores, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral do Povo de Rua, Pastoral dos Nômades e Serviço Pastoral dos Migrantes (Cartilha da CNBB, 2003, p. 18)..

VII- Ser uma presença junto aos setores mais marginalizados da população;

VIII- Ser um serviço, ação social, que multiplica atividades de conscientização, organização e transformação, as quais levam à conversão pessoal, e as mudanças concretas de ordem social, econômica e política;

IX- Ser um alerta à Igreja e a sociedade civil sobre a existência de realidades desumanas de marginalização e pobreza, os “sub-mundos”;

X- Uma articulação parceira das demais Igrejas Cristãs e não Cristãs e com as “forças vivas” da sociedade; (CNBB, 2003, p. 22).

Nesse contexto a Pastoral do Menor assume a missão de promover a defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais (CARTILHA DA PASTORAL DO MENOR, 2005, p. 10).

A Pastoral do Menor teve início no ano de 1977, na cidade de São Paulo e foi criada pelo então bispo da Região Episcopal Belém, Dom Luciano Mendes de Almeida para atender aos meninos trabalhadores.

É importante destacar o compromisso da Arquidiocese de São Paulo com as questões sociais. O fato de a Pastoral do Menor ter nascido nessa cidade, num período tão complexo do ponto de vista político e social, revela bem o envolvimento da Igreja da cidade de São Paulo nas lutas sociais e políticas, especialmente na defesa dos direitos humanos em pleno regime ditatorial.

Sob a orientação do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, a Arquidiocese de São Paulo torna-se um marco na defesa dos direitos humanos e uma referência na luta pela redemocratização do país. Dom Paulo soube utilizar a influência da Igreja para denunciar situações de injustiça e acolher na própria Catedral da Sé inúmeros movimentos sociais que, devido à repressão militar, não poderiam se reunir em outro local. Chocou muita gente logo que assumiu a Arquidiocese de São Paulo em 1970, quando vendeu o Palácio Episcopal por 5 milhões de dólares e empregou todo o dinheiro na construção de mais de 1200 centros comunitários na periferia da cidade. Com esse ato, ao desfazer-se do Palácio, símbolo do poder do arcebispo e investir todo o recurso na periferia, o Cardeal já sinalizava claramente a direção que iria tomar o seu trabalho frente àquela que era a maior arquidiocese do mundo.

A linha de atuação da Arquidiocese de São Paulo está em consonância com as transformações que ocorreram em toda a Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II¹⁰, que segundo Ione Buyst foi o momento da Igreja assumir o seu papel profético, no sentido de denunciar as injustiças e lutar pela transformação social.

De modo particular, alguns bispos e lideranças da Igreja Católica na América Latina, motivados pela abertura trazida a partir desse Concílio, passaram a construir suas práticas muito mais sintonizadas com as causas populares, criticando sistematicamente a realidade política e as fortes desigualdades econômicas e sociais dos seus países. Na 2ª Conferência dos Bispos Latino-Americanos, ocorrida entre 26 de agosto e 06 de setembro de 1968, em Medellín, na Colômbia, os bispos afirmaram que a Igreja deve se colocar a serviço da transformação do continente e que essa transformação passa pela libertação sócio-político-econômica e cultural. A ação da Igreja deveria partir, não da sua realidade interna, mas da realidade da sociedade na qual está inserida (BUYST, 1988, p. 862).

Essa nova visão de libertação, diferentemente daquela espiritualizada, relacionada com a conversão ou a salvação dos pecados, recebe uma conotação mais concreta, que motiva alguns bispos e lideranças a assumirem uma postura mais clara de oposição às situações de injustiça e de desrespeito à dignidade humana.

Ricardo Ramirez, ao falar da 3ª Conferência dos Bispos Latino-Americanos, na cidade de Puebla, México, em 1979, recorda que nesse momento a Igreja reafirma a defesa da dignidade da pessoa humana, contra a injustiça social e assume a opção preferencial pelos pobres (RAMIREZ, 1988, p. 834).

Esse pano de fundo da história da Igreja Católica na América Latina e no Brasil, tem como objetivo auxiliar na compreensão do papel que essa instituição passa a ocupar em várias lutas sociais a partir da década de setenta, sendo que a questão da criança e do adolescente é uma delas. Nesse contexto, é importante salientar também a influência da Teologia da Libertação, como sendo a base ideológica que incentivava a ação da Igreja junto aos setores sociais mais subalternizados. Essa teologia é uma corrente dentro da Igreja Católica, que tem como principal característica a relação entre a fé e a vida concreta das pessoas, em especial

¹⁰ O Concílio Vaticano II foi o encontro de Bispos Católicos do mundo todo, realizada em Roma entre 1962/1965.

das mais pobres. A Teologia da Libertação acredita que a Igreja deve ser um agente de transformação social.

Rubens César Fernandes, ao falar sobre a Teologia da Libertação¹¹, aponta para a aproximação que a Igreja passa a ter com os pobres:

Ao invés da ênfase nos ritos tradicionais, a Igreja deveria ser reconstruída a partir de suas bases locais, enraizadas na experiência popular e numa nova leitura da Palavra de Deus. Insatisfeitos com a estrutura paroquial, estes agentes preconizam a multiplicação de pequenas comunidades de fé, denominadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (...) A religiosidade das CEBs deve concentrar-se no entendimento da Bíblia e o seu significado para o drama histórico atual. Implicava, portanto, uma associação estreita entre as linguagens da Teologia e da Sociologia, sobretudo de orientação Marxista. Envolvia também, uma aproximação entre as pastorais especializadas e os movimentos sociais. (FERNANDES, 2000)

Essa nova relação da Igreja com outros movimentos sociais e sindicatos, no campo e na cidade, à luz da Teologia da Libertação, será o terreno fértil para o surgimento das Pastorais Sociais, dentre elas a Pastoral do Menor. Segundo Fernandes:

Missionários foram estimulados a contribuir para as lutas indígenas pela terra e pela sobrevivência cultural. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tornou-se uma referência para a causa social dos índios brasileiros. A Pastoral da Terra recuperou a afinidade com o mundo rural, característica da Igreja Católica, distanciando-se das oligarquias locais e animando a organização dos camponeses e de lavradores sem terra. A Pastoral da Favela contribuiu vigorosamente para os movimentos sociais urbanos. A Pastoral do Menor mobilizou-se em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os meios sindicais ganharam uma nova corrente de agentes católicos que participaram da formação do Partido dos Trabalhadores (PT). (idem)

A atuação da Pastoral do Menor na luta pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes passa a ter maior visibilidade a partir do início dos anos oitenta com a realização das Semanas Ecumênicas do Menor, sendo a primeira realizada em novembro de 1981, em São Paulo. Segundo a entidade:

A finalidade esteve bem expressa. A “semana” se realizaria para que se modificasse e ampliasse a visão do mundo, frente à problemática do menor,

¹¹ Extraído do texto “Teologia da Libertação”, p. 01, disponível no site: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/religiao/tlibert/index.htm> consultado em 23/10/07.

e fossem revistos os conceitos de menor abandonado, carente e infrator... a que, também, da “semana” em diante, houvesse aprofundamento, conversão, e uma nova atitude social, política e educacional, frente ao menor. (CARTILHA DA PASTORAL DO MENOR, 2003, p. 19)

As Semanas Ecumênicas foram, entre outras iniciativas, um instrumento utilizado no sentido de favorecer a construção de uma nova compreensão sobre a condição da criança e do adolescente e propor práticas alternativas, que também visassem a fortalecer um processo de articulação entre a sociedade civil e os grupos de defesa na área da criança e do adolescente (NICOLETTI, 2006, p. 31).

A partir dessa iniciativa da Pastoral do Menor a reflexão foi ganhando força e se enraizando em outras cidades e estados brasileiros. Com o apoio da CNBB, que em 1987 promoveu a Campanha da Fraternidade, trazendo como tema “Fraternidade e o Menor” e como lema “Quem acolhe o menor a mim acolhe”, fez com que os problemas de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco fossem debatidos dentro e fora da Igreja. Matérias e pesquisas foram desenvolvidas e um texto base foi elaborado com o intuito de orientar o debate nas comunidades, nas escolas, na sociedade em geral.

A Pastoral do Menor introduziu o trabalho pioneiro com meninos em situação de rua. A atuação dos agentes da pastoral na Praça da Sé, a partir do final dos anos setenta, serviu de referência para muitos grupos que, posteriormente, aderiram ao trabalho direto com essa população. Nasce a partir dessa experiência na Praça da Sé a ação dos Educadores Sociais de Rua, como apresenta Oliveira:

Mais precisamente se pode dizer que a ida às ruas ocorreu em 1979. Um grupo de uma dúzia de jovens, a maioria graduados em Antropologia, Sociologia e Teologia, e trabalhando sob os auspícios da Pastoral do Menor da Igreja Católica, começou a trabalhar, de forma maior organizada, nas ruas e praças do centro de São Paulo, sobretudo na Praça da Sé. Esse grupo de agentes de Pastoral foi o primeiro no mundo a se intitular como Educadores Sociais de Rua (OLIVEIRA, 2004, p. 68).

Esses primeiros Educadores Sociais de Rua, sem qualquer formação específica e de uma forma voluntária, aproximam-se de crianças e adolescentes em situação de rua, na Praça da Sé. Suas principais referências foram a Pedagogia do Oprimido, do educador Paulo Freire, e a Teologia da Libertação. Seus princípios de atuação estavam diretamente vinculados à Mística da Pastoral do Menor:

A Mística é a força do Espírito da Vida, agindo em nós, que dá entusiasmo e ânimo para o trabalho. É uma espécie de motor secreto do compromisso do agente com as meninas e meninos empobrecidos, que sustenta sua esperança e dá força para continuar agindo... A Mística da Pastoral do Menor é esse motivo escondido que responde à pergunta: “Porque faço aquilo que faço?”. É através de sua Mística que a Pastoral do Menor se manifesta como presença da Igreja na defesa da vida (CARTILHA DA PASTORAL DO MENOR, 2005, p. 10).

A experiência dos Educadores Sociais de Rua na Praça da Sé foi a base para a criação de uma metodologia própria para a abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua. A metodologia criada pela Pastoral do Menor serviu de parâmetro para orientar o trabalho sócio-educativo em meio aberto (nas ruas e nas comunidades da periferia) e passou a exercer uma influência muito grande no pensamento sobre a questão da educação social (OLIVEIRA, 2004, p. 71).

Mesmo para os grupos que discordam dessa abordagem, por considerá-la assistencialista ou voluntarista, há um reconhecimento do pioneirismo dos agentes da Pastoral junto à meninas e meninos em situação de rua. A Pastoral do Menor foi fundamental para a discussão dos problemas enfrentados por crianças e adolescentes em todo país e é responsável por uma rede de serviços presente em vinte e um (21) estados brasileiros.

2.3. A Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé

No ano de 1992, algumas pessoas resolveram retomar o trabalho da Pastoral do Menor na região Sé junto a crianças e adolescentes em situação de rua, pois o mesmo estava paralisado. Essas pessoas, todas já ligadas à causa da defesa dos direitos dessas crianças, formaram uma nova equipe. Eram elas: Maria Cecília Garcez Leme, que na época era religiosa da Congregação das Irmãs de São José de Chamberry; João Drexel, padre norte-americano, naturalizado brasileiro, membro da Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada, que há mais de quarenta anos vive no país; Maria Inês Rondello, psicóloga, na época trabalhava no escritório da Pastoral do Menor; Jonas Beltrão Oliveira, formado em Filosofia e que também fazia parte da equipe da Pastoral do Menor; e Marco Antonio Papp, que na época era religioso salesiano, e veio transferido para São Paulo onde deveria estudar Teologia e também envolver-se com a atuação da Pastoral do Menor na cidade.

Esses cinco voluntários se reuniram pela primeira vez no espaço da Pastoral do Menor, que ficava na Praça da Sé, número 184, décimo andar, bem ao lado da Catedral Metropolitana. Sobre o começo do trabalho, o padre João Drexel recorda:

Foi na Pastoral do Menor Nacional, naquele prédio em cima da Livraria Paullus na Praça da Sé, mais ou menos em meados de 1992 que nos reunimos. Aí nosso primeiro passo era simplesmente ser educadores de rua e nós começamos, por incrível que pareça, a aumentar voluntários para fazer plantão de rua. O nosso trabalho era na rua, mais nada, não tínhamos telefone, nem bip, nem mesa, nada! Nosso telefone era o da farmácia Onofre (risos), lá na Praça da Sé. (Entrevista em 18/04/2007)

Ao falar sobre esse início, Marco Antonio Papp lembra que, antes da retomada do trabalho por parte dessa nova equipe, havia na Praça da Sé um trabalho desenvolvido por uma educadora de rua chamada Elilda, também da Pastoral do Menor. Porém, mesmo tendo sido convidada para participar das reuniões do grupo, ela preferiu continuar o seu trabalho independentemente. Elilda era alguém bem comprometida com as crianças e os adolescentes, e muito respeitada por eles. Com ela, Papp teve os seus primeiros contatos na rua:

Na época, a única educadora envolvida com essa Pastoral era Elilda, uma leiga consagrada, ligada à Arquidiocese. Foi ela quem me iniciou no trabalho de rua. Depois, a Irmã Maria do Rosário, da Pastoral do Menor Estadual, me apresentou a Maria Inês, depois ao Pe. João, à Cecília e ao Jonas. Após algumas reuniões prévias, decidimos reanimar a Pastoral do Menor com essa equipe. Como Elilda não se afinava com a metodologia do grupo, acabou não participando dele, mas continuei indo à rua com ela, pois sempre tinha muito a aprender com ela. (Entrevista em 16/06/2007)

A nova equipe continuou reunindo-se e desenvolvendo o trabalho nas ruas do centro da cidade, principalmente na Praça da Sé, junto a meninos e meninas em situação de rua. As reuniões ocorriam ora na Catedral da Sé, ora na casa do Pe. João Drexel, próxima dali, na Rua Tabatinguera, ora no Colégio Salesiano, no Largo do Sagrado Coração de Jesus, bairro de Campos Elíseos. Na maioria das vezes, as atividades eram desenvolvidas à noite, pois durante o dia todos estavam ocupados, trabalhando e estudando, só à noite é que podiam desenvolver uma ocupação voluntária. Por isso, muitas vezes, para aproveitar o tempo, a equipe também se reunia na própria rua.

Maria Cecília Garcez Leme escreve sobre o início do trabalho:

Sem nenhuma estrutura de apoio, a nova equipe reiniciou os plantões de rua – diurnos e noturnos – realizando um trabalho voluntário com o intuito de conhecer as crianças e os adolescentes; criar vínculos afetivos com eles e tomar conhecimento de suas necessidades mais urgentes. (Histórico da Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé, 2004)

Em pouco tempo, a atuação dessa nova equipe atraiu a atenção de outras pessoas e novos voluntários foram se aproximando e passando a fazer parte do grupo. Houve até cinco noviças da Congregação do Bom Pastor que assumiram também o desafio de fazer os plantões nas ruas do centro, que muitas vezes adentravam a madrugada. Essas noviças moravam na Zona Norte da cidade e, como diz o Pe. João Drexel, “andavam nas ruas assustadíssimas, mas eram fiéis”, ficavam nas ruas à noite mais ou menos um ano trabalhando como educadoras.

Esse relato serve para ilustrar o momento em que a Igreja Católica, em especial a de São Paulo, estava vivendo um grande envolvimento com as questões sociais. É importante notar que, diferentemente das décadas anteriores, a luta dessa Igreja contra as desigualdades sociais e a pobreza enxerga no modelo neoliberal a raiz de todos os males da sociedade. O neoliberalismo gera a “exclusão” de grande parte da população mundial e essa é agora a “nova questão social”, segundo Clodovis Boff:

Eis, pois, onde está o verdadeiro problema atual. A “nova questão social”. A exclusão é a grande contradição dos tempos atuais. A grande dor. Mas que não pode ser “gritada”. Ou cujo grito é sufocado. Pela gritaria acadêmica, mediática e parlamentar dos neoliberais (BOFF, 1998, p.79).

A luta não é mais contra os regimes políticos antidemocráticos e corruptos, nem somente contra a ganância da elite nacional, mas sim contra um modelo político, econômico e ideológico global.

É a partir do início dos anos noventa que, na ala mais progressista da Igreja Católica, ligada à Teologia da Libertação, o termo “excluído” passa a ser utilizado para designar o empobrecido.

Segundo Boff, os pobres são excluídos, são os que sobram no sistema formal, os que não cabem na sociedade oficial (BOFF, 1998, p.81). A idéia de oprimido; muito em voga a partir da década de sessenta, cede espaço para a de excluído e a sua crítica ao sistema

neoliberal. A situação de crianças e adolescentes empobrecidos, que vivem nas ruas, é uma faceta dessa **nova questão social**: a exclusão social.

No ano de 1994, as Pastorais Sociais da Igreja organizam um dia de luta contra a exclusão social, que passa a ser chamado de “Grito dos Excluídos”. Desde então, o Grito dos Excluídos acontece em várias cidades do país, sempre no dia sete de setembro, tendo como objetivo a denúncia das situações de desigualdade social e de subserviência do sistema político frente aos interesses econômicos. A cartilha de Pastoral Social o caracteriza:

Constitui, antes de tudo, um grito de protesto. Os movimentos sociais, entidades, organizações de base e Igrejas Cristãs protestam contra uma independência que, historicamente, se revelou apenas formal, uma independência de fachada. O país continua economicamente dependente das decisões e exigências do mercado financeiro internacional, capitaneado pelo FMI e Banco Mundial. A filosofia neoliberal comanda o modelo sócio-político-econômico (PASTORAL SOCIAL, nº1, 2003, p. 65).

A atuação das Pastorais Sociais da Igreja Católica é no sentido de denunciar a existência dessa realidade desigual, dos “dois Brasis”, o dos incluídos e o dos excluídos (BOFF, 1998).

É necessário perceber que, muitas vezes, visões dicotômicas de mundo como essa não ajudam a compreender a complexidade da realidade objetiva e podem levar-nos a atitudes que, apesar de bem intencionadas, não são capazes de provocar as mudanças eventualmente pretendidas. Por exemplo, quando corremos o risco de ficar apenas na denúncia de que os empobrecidos são vítimas, sem perceber que nesse universo cheio de contradições há “brechas” potencialmente geradoras de ações significativas, que podem alavancar o inconformismo dos mais pobres, seu papel de sujeito e sua participação transformadora.

José de Souza Martins menciona a existência de vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes e lembra que não existe rigorosamente uma exclusão, porque essas reações conflituosas não se dão fora dos sistemas econômicos e do sistema de poder. Elas acontecem dentro de tais sistemas e são partes deles. As relações não ocorrem de fora para dentro, elas estão no interior da realidade problemática (MARTINS, 2003, p. 16).

O trabalho da equipe seguia sempre a partir dos princípios que norteiam a Pastoral do Menor. O grupo foi crescendo com a chegada de novos voluntários. O Pe. João Drexel lembra:

Aí de repente nós começamos a multiplicar. Em alguns dias éramos até quinze pessoas e nos dividíamos em mais ou menos quatro ou cinco grupos. Reuníamos-nos às oito ou oito e meia da noite na escadaria da Praça da Sé, aí decidíamos qual grupo iria para o Vale do Anhangabaú, qual grupo para República, ou Rua Direita e qual ficaria na Praça da Sé (Entrevista em 18/04/07)

Adriana Venâncio, que na época era adolescente e vivia em situação de rua, na Praça da Sé, comenta como era a abordagem dos agentes da Pastoral:

Eu conheci a Cecília e a Inês na Praça da Sé. Naquela época eu ficava na Sé durante o dia, mas à noite eu e a Meire dormia num mocó lá no Glicério. Quem me apresentou para o pessoal da Pastoral foi a Meire. O pessoal protegia a gente. Eles ficavam conversando, queria saber como a gente estava e sempre tinha o pessoal da Pastoral na Praça (Entrevista em 13/08/07).

Nesse período (1992), a grande concentração de meninos e meninas era na Praça da Sé. Muitos deles inalavam cola de sapateiro, sendo essa a principal droga utilizada por eles. Segundo relatam as pessoas entrevistadas, ainda não era grande a utilização de esmalte e muito menos de crack, hoje comuns entre crianças e adolescentes em situação de rua.

Era muito difícil a relação com a polícia e com parte da sociedade, no que se refere ao tratamento a ser dado àqueles que estavam sujeitos a viver nas ruas. Apesar de o ECA já estar em vigor, sempre os educadores se deparavam com situações de violência contra os meninos e meninas por parte da polícia, de seguranças e ambulantes. Os próprios educadores também eram vítimas de situações dessa natureza. Eles eram taxados de “defensores de pivetes e protetores de marginais”.

Se a relação entre os defensores dos direitos humanos e a polícia nunca fora tranqüila, no ano de 1992 era ainda pior devido ao acontecimento que chocou a todos e que virou manchete no Brasil e no exterior: **O massacre do Carandiru**. Muitos grupos e instituições, como a Igreja Católica, condenaram a ação militar que resultou na morte de cento e onze presos na Casa de Detenção do Carandiru. Revoltados com as críticas, muitos policiais

militares passaram a agir ainda com maior truculência. Além do massacre do Carandiru, aquele ano foi marcado por várias fugas de adolescentes das unidades da FEBEM.

2.4. A Secretaria do Menor e a FEBEM

Para entender melhor o contexto em que se deu o grande número de fugas de adolescentes da unidade da FEBEM, na cidade de São Paulo, no ano de 1992, é necessário voltar um pouco no tempo, retornar aos finais dos anos oitenta. Essa década, como já foi citado anteriormente, foi significativamente marcada pela mobilização da sociedade civil em torno da efetivação de seus direitos fundamentais e pela redemocratização do país.

Foi nesse período, também, que a questão da criança e do adolescente empobrecidos, principalmente os que viviam situação de rua, passou a ter mais visibilidade. Os meios de comunicação passaram a apontar com mais veemência o problema, cujo enfoque oscilou entre a vitimização dos meninos e a sua marginalização, mas de qualquer forma, a verdade é que esse assunto passou a chamar a atenção da imprensa e também da opinião pública. Dessa forma, na campanha eleitoral ocorrida em 1986 a “questão do menor” ganhou mais relevância e tornou-se tema das agendas políticas dos candidatos ao governo de São Paulo. As propostas dos candidatos variavam desde a criação de delegacias especiais para os menores, a criação de creches, de quotas para menores nas empresas, até a descentralização do atendimento.

Elisabete Roseli Ferrarezi, ao discutir a mudança das políticas dirigidas à infância e à adolescência, lembra que Orestes Quércia, então candidato ao governo do Estado pelo PMDB, comprometeu-se a tratar do “problema do menor”, afirmando ser uma de suas principais metas. Assim, logo depois de eleito, Quércia assina o decreto de criação da Secretaria do Menor de São Paulo (SM), como primeiro ato de governo (FERRAREZI, 1995, 65-67).

O Decreto nº 20906, de 15 de março de 1987, que criou a SM, determinava como sendo de sua competência:

1. A definição das metas do governo relativas ao atendimento integral dos cidadãos de 0 a 18 anos de idade;

2. A promoção de programas voltados ao atendimento do menor em conjunto com os demais órgãos do Estado;

3. A coordenação, o acompanhamento e a implementação de programas de atendimento ao menor (idem, p.69).

A SM tinha como principal objetivo construir uma nova política para a criança e o adolescente a partir de um novo paradigma, o da política de direitos, que deveria substituir o paradigma assistencialista-repressor que sempre orientou a ação do Estado nessa área. Foi nomeada para assumir a SM a ex-secretária do Trabalho do governo Montoro, a Sra. Alda Marco Antonio.

A construção dessa nova política, sob o prisma da garantia de direito, era um grande desafio para a SM, ainda mais que dentro da estrutura de governo, historicamente era de responsabilidade da Secretaria da Promoção Social (SPS) toda a gestão da política destinada às crianças e jovens pobres e infratores. A SPS continuou responsável pela FEBEM enquanto que a nova SM, por sua vez, deveria implementar novos programas voltados para os meninos em situação de rua e de risco social e pessoal.

Essa divisão provoca um visível dualismo na política de atendimento a crianças e adolescentes. Assim, duas instâncias de governo são responsabilizadas pelo desenvolvimento de políticas para a infância e a adolescência no estado de São Paulo, com o agravante de que ambas se orientam por princípios diferentes, sendo que o novo paradigma proposto pela SM, o da garantia de direitos, não é assimilado pela SPS, que continua a trabalhar de acordo com uma visão assistencialista-repressora.

Ferrarezi esclarece que, segundo Alda Marco Antonio, a não vinculação inicial da FEBEM à SM dizia respeito à estratégia política adotada, pois o governo entendia que estava sendo criado algo novo, que primeiro deveria criar raízes profundas e só depois seria possível então desmanchar o velho (FERRAREZI, 1995, p. 68).

No processo de construção desse novo modelo de política para a criança e o adolescente, a SM buscou construir um diálogo entre o poder público e outros interlocutores de setores organizados da sociedade civil, para troca de experiências, como aponta Ferrarezi:

Os formuladores, partindo de alguns princípios básicos como a educação com liberdade – sem assistencialismo e sem repressão – e o respeito aos direitos individuais, estabeleceram os interlocutores da sociedade civil organizada e de órgãos públicos para a troca de experiência que respaldasse a formulação da política. Foram procurados representantes da Pastoral do Menor, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Poder Judiciário, Ministério Público e de outras instituições, inclusive aquelas vinculadas ao próprio governo, como no caso do PCR (Programa Criança de Rua, ligado à FEBEM), (Idem, p. 74).

A primeira ação da SM foi, supostamente, enfrentar o problema de crianças e adolescentes que viviam nas ruas e para isso contou com a colaboração importante da Pastoral do Menor, com a sua experiência de trabalho em meio aberto. Assim, a SM absorveu alguns dos educadores da Pastoral do Menor, que foram trabalhar em seus programas, o que significou de fato um ganho para a atuação sócio-educativa da nova Secretaria.

Todavia, é importante salientar que no decorrer da implantação dessa nova política houve um distanciamento da Pastoral do Menor, em virtude de discordâncias quanto às concepções de encaminhamentos, pois algumas pessoas da SM achavam a abordagem da Pastoral do Menor assistencialista. O mesmo também aconteceu com o MNMMR, que num dado momento avaliou que seria mais correto manter um “distanciamento crítico”, assumindo um papel mais fiscalizador. Os maiores conflitos ocorrerão posteriormente, já sob a gestão do Governador Antônio Fleury Filho (1990-1994).

Em 1990, três meses após assumir o governo do Estado, Fleury transferiu a responsabilidade político-administrativa da FEBEM/SP para a Secretaria do Menor (SM), o que, em tese, poderia corrigir a citada dualidade da política de atendimento a crianças e adolescentes. Mas, contraditoriamente, essa transferência criou um grande retrocesso na política da secretaria. Acontece que, apesar de ter assumido essa função com o propósito de implementar sua filosofia educacional anti-repressiva e anti-assistencialista, o que não ocorreu, pois a SM sofreu uma inflexão em sua trajetória., tornando-se incapaz de transformar os métodos corretivos vigentes na FEBEM (idem p. 131).

A Secretária Alda Marco Antonio colocava-se, publicamente, contra as práticas adotadas na FEBEM e propunha a sua extinção:

Não vamos extingui-la por decreto (...) Mas vamos na prática mudar esse quadro que temos hoje (...) Essa instituição deixará de ser uma escola da malandragem (DIÁRIO POPULAR, 28/06/90).

A relação entre a SM e os funcionários da FEBEM foi ficando cada vez mais tensa. Então, deu-se início a uma série de afastamentos de diretores e monitores acusados de violências contra os adolescentes.

As exigências apresentadas pelo ECA, que entrou em vigor a partir de outubro de 1990, fizeram com que os grupos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e o Ministério Público aumentassem as cobranças à SM. A falta de estrutura para encaminhar as mudanças previstas no atendimento perpassava todos os órgãos envolvidos, mas a maior responsabilidade era imputada à SM (FERRAREZI, 1995, p. 136).

Sobre essas dificuldades, a Secretária comentou: “Não fomos nós que idealizamos unidades com 400 crianças. Para mudar essa estrutura, é um trabalho lento. Há muita burocracia” (FOLHA DE S. PAULO, 16/09/91).

O choque entre a SM e os funcionários da FEBEM era cada vez maior, e a relação tornava-se cada dia mais conflitiva. Medidas administrativas eram tomadas para coibir a violação de direitos dos adolescentes por parte dos funcionários, inclusive com anúncio de demissões daqueles acusados de corrupção e maus-tratos, porém, com isso aumentavam as fugas de internos nas unidades da FEBEM do Tatuapé. Só entre janeiro e agosto de 1991 ocorreram 1.358 fugas (FOLHA DE S. PAULO, 31/08/91).

Em sete de novembro de 1991, ocorreu uma fuga em massa da FEBEM do Tatuapé e nos três primeiros meses de 1992 foram registradas cerca de 492 fugas (FERRAREZI, 1995, p. 140).

Várias entidades da sociedade civil, dentre elas a Pastoral do Menor e o MNMMR, denunciavam o envolvimento de funcionários nas fugas de adolescentes, como parte do jogo político para enfraquecer a política proposta pela SM e, dessa forma, atingir diretamente a Secretária Alda Marco Antonio.

As demissões que ocorriam devido à atuação irregular de funcionários, embora estivessem de acordo com a proposta da nova política, acabaram aumentando o clima de instabilidade entre eles, servindo de motivo, muitas vezes, à incitação de rebeliões. Foi o que ocorreu em 05 de abril de 1992, quando aconteceu outra rebelião e, mesmo com aparato militar externo, houve fugas. Os jornais anunciavam que o motivo da rebelião fora a demissão, por justa causa, de dois funcionários acusados de facilitar a fuga de um interno (FERRAREZI, 1995, p. 142).

O Padre João Drexel lembra que era um período de muita violência e que muitos meninos em situação de rua eram detidos pela polícia, mesmo não tendo fugido da Fundação.

As rebeliões continuaram e a tensão entre as secretarias do Menor e da Segurança Pública também. Ficava clara a opção do governo do Estado de adotar medidas mais duras e, dessa forma, reduzir a influência da Secretária Alda Marco Antonio, que seguia pressionada pelas entidades civis de defesa das crianças, pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário e pela opinião pública em geral.

No dia 23 de outubro de 1992, ocorreu a mais longa rebelião da história da FEBEM até aquele momento. A rebelião durou cerca de vinte e seis horas e um grande incêndio consumiu todo o Complexo do Tatuapé. Seiscentos adolescentes fugiram. Ao mesmo tempo em que a imprensa noticiava o ocorrido, denunciava também o imobilismo da Polícia Militar frente ao episódio:

Soldados e oficiais da PM mantiveram-se parados enquanto o fogo consumia o prédio central da administração. Revoltados com as críticas pela atuação da corporação no massacre da casa de Detenção, os policiais e bombeiros permaneceram estáticos e demoraram a agir (O ESTADO DE S. PAULO, 24/10/1992).

As atenções agora estavam voltadas para a Praça da Sé, que, segundo os jornais da época, havia sido ocupada pelos adolescentes fugitivos da FEBEM. O Jornal Folha de S. Paulo de 28 de outubro de 1992 mencionava: “Arrastão da FEBEM aterroriza a Sé” e o Jornal da Tarde, de 29 de outubro trazia como manchetes: “Praça da Sé, Praça de Guerra” e “Exército dos Menores Infratores”. A mídia falava que a Sé se tornara um território ocupado por infratores que se juntaram aos “menores de rua” para usarem drogas e furtarem nas ruas do centro da cidade. Os jornais destacavam, mais uma vez, a falta de ação por parte da polícia,

que alegava não poder fazer nada já que o ECA os impossibilitava de desenvolver uma ação mais dura. Por isso, a polícia alegava que lhe restava somente ficar observando.



Figura 1 (Reportagem Jornal da Tarde, 29/10/1992)

Todavia, os relatos de alguns agentes da Pastoral do Menor revelam que, na verdade, longe dos olhos da mídia, a PM reprimia violentamente a presença de meninos e meninas na Praça. Ao falar sobre esse período, Maria Inês Rondello recorda que, naquele momento, foi preciso que os educadores da Pastoral do Menor montassem equipes, em esquema de rodízio, dia e noite na Praça da Sé, para acompanhar a ação policial e tentar evitar qualquer tipo de atitude violenta contra crianças e adolescentes. A Folha de S. Paulo de 31 de outubro de 1992 relatava a atuação dos educadores da Pastoral, na tentativa de impedir que 20 adolescentes que inalavam cola de sapateiro fossem presos pela PM nas escadarias da Catedral.

Em meio a toda essa confusão, muitos funcionários da FEBEM procuraram a imprensa para criticar a política sócio-educativa da SM e culpabilizar a secretária Alda Marco Antônio pelo caos instaurado na cidade. Dentro do governo crescia o descontentamento com a Secretária e era visível sua falta de apoio. Pressionada por todos os lados e sem o suporte dos diferentes atores sociais, Alda Marco Antônio pede demissão do cargo e logo em seguida é substituída pela secretária da Promoção Social, Delegada Rosmary Correa, que passou a

acumular o cargo interinamente. A substituição da Secretária por uma delegada de polícia já era um indicativo de retorno ao velho paradigma da repressão, como disse um funcionário do alto escalão do governo: “As teses da Alda ruíram” (FERRAREZI, 1995, p. 147). Logo em seguida ocorre a fusão entre a SM e a SPS.

2.5. Institucionalização da Equipe

O ano de 1993 foi de grande crescimento para a equipe de educadores da Praça da Sé. Novos voluntários foram chegando e o grupo chegou a contar com vinte e cinco pessoas para a realização de plantões de rua, visitas domiciliares e reuniões de formação. Apesar da ligação da equipe com a Igreja Católica, desde desse período havia voluntários que professavam outros credos, ou que não estavam atrelados a nenhuma religião. O espírito do trabalho era ecumênico e além dessa diversidade religiosa havia também uma diversificação cultural, pois era significativo o número de educadores voluntários estrangeiros.

Mary Joanne Pundyk (Joana), Missionária Canadense, que mais tarde naturalizou-se brasileira, vivia na zona sul da cidade de São Paulo, e trabalhava num projeto de saúde comunitária na periferia da cidade. Por intermédio do Padre João Drexel, conheceu o trabalho desenvolvido na Praça da Sé com os meninos e meninas em situação de rua, e no mês de julho daquele ano passou a fazer parte da equipe.

Joana recorda que aquele momento foi um período de muitos desafios para o grupo de educadores. A relação com a polícia era cada dia mais tensa. As fugas na FEBEM continuavam e na Praça da Sé constantemente era palco da repressão policial contra os adolescentes que se concentravam no centro da cidade.

Sobre esses fatos comenta Maria Cecília Garcez Leme:

Devido a uma grande rebelião e fuga de vários meninos da FEBEM nesse ano de 93, a Polícia Militar organizou uma operação “limpeza” no centro da cidade, capturando violentamente crianças e adolescentes, utilizando para isso cavalaria, cães e tropa de choque. A Praça da Sé tornou-se um palco de guerra. A equipe de educadores fez um esquema de revezamento e permaneceu 24 horas na rua durante uma semana (HISTÓRICO DA AAMM, 2004).

Nesse relato é possível observar quão complicado era o contexto daquela época e também perceber quanto prevalecia a linha repressora adotada pelo Estado no que diz respeito ao enfrentamento das questões referentes às crianças e adolescentes. Por outro lado, a postura da equipe frente à violência policial na Praça da Sé permitiu uma maior visibilidade do trabalho desenvolvido pelos educadores sociais da Pastoral do Menor, atraindo assim novos voluntários e a atenção dos meios de comunicação.

Para tentar combater e intimidar a postura violenta do Estado, além da ação direta, através da permanência na rua, a equipe adotou também a estratégia de articular-se com outros órgãos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos para, dessa forma, encaminhar denúncias e solicitar apoio e proteção às crianças e adolescentes e aos próprios educadores. As seções da Anistia Internacional da Inglaterra e da Suíça acompanharam com muito interesse as denúncias enviadas pela equipe da Pastoral do Menor. No Brasil, além do apoio dos Conselhos da Criança e do Adolescente, Estadual e Municipal, a Pastoral do Menor da Região Sé obteve a participação de alguns parlamentares e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) nas discussões com o poder público estadual.

Ainda naquele ano ocorreu no Rio de Janeiro o assassinato de oito adolescentes que viviam nas ruas do centro daquela cidade. Esse crime bárbaro chocou todo o país e teve destaque na mídia nacional e estrangeira, ficando conhecido com a Chacina da Candelária. Além da atrocidade do ato, chamou também a atenção o fato de que seus autores eram agentes públicos, todos policiais militares, confirmando assim as denúncias de inúmeros grupos de defesa dos direitos humanos quanto à ação criminosa da polícia nas grandes cidades.

A Chacina da Candelária fez com que, mais uma vez, a opinião pública fosse obrigada a discutir a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua e sua exposição aos vários contextos de violência.

A pressão vinda dos meios de comunicação e de grande parte da sociedade civil em São Paulo, que já acompanhava os confrontos entre a Polícia Militar, as entidades de defesa e as crianças e adolescentes na Praça da Sé, fez com que a Prefeitura iniciasse uma operação de emergência na cidade para acolher meninos e meninas que estavam nas ruas.

Devido ao reconhecimento do trabalho realizado pela equipe de educadores da Pastoral do Menor na Praça da Sé, que naquele momento já era bem conhecido na cidade, a Prefeitura propôs a realização de parceria com essa equipe para desenvolver um projeto de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade, e em parceria com o Centro de Apoio Social e Atendimento (C.A.S.A.), órgão ligado à Prefeitura¹², no mês de julho de 1993, a equipe de voluntários da Pastoral do Menor assumiu o Projeto Abrigo Noturno. Esse abrigo, com capacidade para cem crianças e adolescentes funcionava sob o Viaduto Dona Paulina, na Avenida 23 de Maio.

Sobre essa experiência a educadora Joana conta:

Tínhamos conseguido um acordo com a Prefeitura de se responsabilizar por um abrigo noturno embaixo do Viaduto Maria Paula, no centro da cidade. Esse foi organizado às pressas por causa da violência policial e o pavor criado pelo massacre da Candelária, no Rio. A Prefeitura cedeu o espaço e se comprometeu a providenciar a janta e o café da manhã para as crianças e adolescentes que freqüentavam o abrigo. Então eu fazia plantão de rua e trabalhava no abrigo das oito da noite até as oito da manhã, noite sim, noite não. (Entrevista em 04/04/07)

E sobre a rotina no abrigo noturno comenta:

O trabalho começava antes das 20h, preparávamos o local enquanto outra pessoa da equipe ficava do lado de fora conversando com as crianças e adolescentes, para criar laços, ver se estavam cheirando cola ou usando entorpecentes, portando arma ou precisando de alguma ajuda especial ou até mesmo ver quem tinha mais de dezessete anos (aceitávamos apenas menores de dezoito anos). Uma vez já dentro do abrigo, supervisionávamos onde a turma tomava banho e lavava roupa, preparávamos e servíamos a comida, organizávamos jogos e fazíamos curativos. Eram momentos em que conversávamos muito com eles, ouvíamos as histórias de vida deles. Quando havia algum caso mais sério de saúde levávamos para o Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia, no bairro de Santa Cecília. Às vezes era necessário resolver brigas, expulsar os que não respeitavam as regras do abrigo, que eram construídas com eles. (Entrevista em 04/04/07)

Apesar de toda a dedicação da equipe de educadores de rua, no abrigo noturno, essa parceria com a Prefeitura revela uma característica muito comum nos grupos iniciantes, principalmente os que têm as suas origens ligadas à religião, que é o fato de assumirem desafios sem levar em conta todos os riscos. No caso da equipe da Pastoral do Menor, é importante lembrar que se tratava de um grupo formado por voluntários, que mesmo com toda

¹² Essa parceria ocorreu na gestão Paulo Maluf na Prefeitura da Cidade de São Paulo (1992-95)

a boa vontade e a melhor das intenções, estava se responsabilizando por um projeto de abrigamento para cem crianças e adolescentes, sem a menor infra-estrutura, num lugar inapropriado, sem uma equipe técnica capacitada, sem o mínimo respaldo do poder público municipal, que, como relataram algumas pessoas entrevistadas, não cumpria nem o que havia sido combinado como contrapartida da Prefeitura, além de também ficarem expostos a ameaças de traficantes e da polícia.

A experiência do abrigo noturno serviu de aprendizado para o trabalho. Foi um momento de intensa convivência com os meninos e as meninas, que possibilitou criar vínculos afetivos com muitos deles e amadurecer a relação educador-educando. Mas foi também, inegavelmente, um período de grandes desafios e dificuldades. Quando se vive situações de extrema carência, corre-se o risco de aceitar soluções paliativas, “remendos”, na tentativa de superar ou até mesmo amenizar essas situações.

Não raro, os grupos que trabalham com populações empobrecidas se deparam com situações como essa, que lhes parecem verdadeiras “encruzilhadas”. Todavia, é importante ter consciência de que, em se tratando da luta pela efetivação dos direitos essenciais à pessoa humana, é fundamental ter claro que tais direitos não podem ser negociados, nem divididos. Eles precisam ser garantidos na sua totalidade. Como alerta Fábio Konder Comparato (2007), esses direitos são inalienáveis, intransferíveis e inegociáveis, universais e interdependentes. Sempre que nos submetemos a soluções inconclusas, que não respondem plenamente à complexidade da realidade, podemos estar colaborando para que as questões sociais continuem sendo tratadas sem o devido respeito e a atenção necessária para que sejam enfrentadas e superadas. O abrigo noturno funcionou até fevereiro de 2004.

Ainda no ano de 1993, chegou para fazer parte da equipe um francês chamado Luc Marie Joseph Vicent, o Lucas, que morava na favela da Vila Prudente, zona leste da cidade, e havia criado naquela localidade um Centro de Cultura para crianças e adolescentes.

O Lucas apresentou o trabalho desenvolvido pela Pastoral do Menor na Praça da Sé à comunidade francesa em São Paulo. Nesse momento, é fundamental destacar o envolvimento de Dominique Appy com a equipe e com os meninos. Juntamente com Maria François, esposa do Cônsul da França em São Paulo na época, Dominique abriu as portas para que empresas francesas passassem a contribuir com o trabalho. Essas senhoras iam para a rua juntamente

com os educadores, ao mesmo tempo em que promoviam grandes festas com o intuito de angariar fundos para a estruturação do trabalho. A partir daí é que foi possível pagar os primeiros salários e liberar em tempo integral algumas pessoas da equipe para se dedicar exclusivamente ao trabalho. Alugou-se também uma sala na Praça da Sé, nº184, no 6º andar, onde passou a funcionar a sede do grupo.

Por intermédio da comunidade francesa, a rede Carrefour doou uma casa na Rua Nioac, nº58, próximo à Praça da Sé, para o atendimento a meninas e meninos em situação de rua.

Sobre esse período, Maria Inês Rondello diz:

Dominique foi uma grande benfeitora nossa, junto com a Consulesa da França que é a Maria François, elas começaram a fazer festas “hollywodianas” para juntar recursos financeiros para o nosso trabalho. Começaram a fazer contatos com empresas francesas que ajudavam a pagar salários. O Carrefour nos ajudou com a casa da Nioac e pagava os salários da Coordenação. A Rhodia pagava o salário de um educador, a Tickets Restaurante e a Tok & Stok também, e a Tok Stok ainda mobiliou a nossa casa (Entrevista concedida em 29/05/07).

Como a equipe não possuía personalidade própria, os registros da cada da Rua Nioac ficaram em nome da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

Ainda nesse ano, a Arquidiocese, por intermédio de Dom Paulo, cedeu duas casas na Rua Djalma Dutra, no bairro da Luz para o desenvolvimento de projetos e atividades com crianças e adolescentes em situação de rua. As casas estavam precisando de uma reforma geral. A empresa Atlantic assumiu as reformas e, mais uma vez, a Tok & Stok se responsabilizou pelas mobílias e pela decoração. O Padre Dilermando Luiz Cozatti, salesiano que conhecia a equipe, encarregou-se de acompanhar a “reconstrução” das casas da Rua Djalma Dutra.

A atuação da equipe da Pastoral do Menor foi crescendo cada vez mais. A relação com a comunidade francesa e o contato com grandes indústrias obrigava o grupo a ir sempre aprimorando a sua forma de organização e sistematização das atividades. Sem dúvida, esses contatos favoreceram a institucionalização da equipe. Um outro fator que contribuiu para um processo de maior estruturação do trabalho foi a relação com a Igreja. Apesar de todo apoio

do Arcebispo e da presença do Cônego Dagoberto Boim, padre responsável pela Catedral na época, não era tranqüila a convivência com o Bispo responsável pela Região Episcopal Sé, Dom Antonio Gaspar.

Apesar de todo trabalho ser desenvolvido pelos educadores, o que fazia com que muitos grupos e pessoas doassem recursos financeiros para serem destinados em benefício das crianças e adolescentes que estavam nas ruas, não era o grupo quem decidia como seria aplicado esse dinheiro. Segundo Rondello, esses recursos nem sempre chegavam a ele e, para que o grupo tivesse mais autonomia, o próprio Dom Paulo Evaristo orientou que fosse criada uma entidade sem fins lucrativos e, dessa forma, se pudesse caminhar com mais liberdade. Um advogado da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, indicado pelo Cardeal, foi quem ajudou a redigir o Estatuto da entidade e, assim, no dia três de novembro de 1993, foi criada na Praça da Sé, nº184, 6º andar, a Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé – AAMM.

De acordo com sua ata de fundação, são finalidades da AAMM: a) apoiar, estimular e desenvolver atividades de promoção humana, social, cultural, educacional, em especial junto a meninas e meninos da região Sé da cidade de São Paulo; b) desenvolver mecanismos e formas de difusão das experiências dos que atuam junto ao movimento de defesa dos direitos da criança, ou ainda aqueles que possam contribuir com seu conhecimento àqueles movimentos; c) promover e realizar publicações, seminários, cursos e ciclos de debates, objetivando a prevenção e educação contra a prática de violência e tratamento degradante à pessoa humana, em especial à criança e ao adolescente; d) prestar assessoria jurídica, através de consultoria, pareceres, ou presença de profissionais aos movimentos e às suas assessorias; e) realizar eventos, inclusive em convênio com outras entidades, visando a defesa dos direitos da pessoa humana, sobretudo em questões que digam respeito à defesa da criança e adolescente; f) articular-se ou afiliar-se a entidades e organizações que visem objetivos afins, nacionais ou estrangeiros; g) implantar e manter projetos integrados de ações juntos aos meninos e meninas em situação de rua, podendo para tanto criar ou ampliar unidades de tratamento permanente.

Nessa mesma ocasião, foi eleita a primeira diretoria da AAMM, que ficou assim composta: Jonas Beltrão de Oliveira (Presidente),¹³ Maria Cecília Garcez Leme (Vice-Presidente), Sonia Maria Soares de Almeida (Secretária), e Maria Inês Rondello (Tesoureira), todos com mandato de três anos.

Por causa de diferenças internas na coordenação e para dedicar-se exclusivamente ao mandato de Conselheiro Tutelar, Jonas Beltrão renunciou à presidência da AAMM e foi substituído por Maria Cecília. Marco Antonio Papp foi eleito Vice-presidente (Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo da AAMM, 08 de março de 1994).

No dia dezoito de março de 1994, foi inaugurada a casa da Rua Nioac, número 58, que inicialmente funcionou como Casa de Acolhida com atividades pedagógicas dirigidas a crianças e adolescentes em situação de rua, durante o dia. No mês de abril do mesmo ano, começou a funcionar a Casa Abrigo Provisório, na Rua Djalma Dutra, número 20, acolhendo doze meninos e meninas sob a guarda legal da AAMM e a Casa de Formação, na mesma Rua, no número 70. Esses dois últimos projetos funcionaram até 1998.

2.6. O CEDECA-SÉ

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “Mariano Cleber dos Santos” (CEDECA-SÉ) foi criado pela AAMM, no ano de 1994, funcionando inicialmente numa sala emprestada da Pastoral do Menor, na Praça da Sé, e no começo do ano seguinte foi transferido para a casa da Rua Nioac, 58, no lugar da Casa de Acolhida. O CEDECA-SÉ recebeu esse nome em homenagem ao jovem Mariano Cleber dos Santos, assassinado por policiais no centro da cidade.

Os CEDECA surgem, em São Paulo, a partir do trabalho desenvolvido pela Pastoral do Menor da Igreja Católica. A gênese desse processo é justamente a atuação de lideranças ligadas às paróquias em diversos bairros da periferia, que se utilizam da estrutura dessas paróquias para criar Centros Educacionais Comunitários, como forma de responder à carência

¹³ Assumiram a presidência da AAMM: Jonas Beltrão de Oliveira (1993/94); Maria Cecília Garcez Leme (1994/2003); Renato José Bicudo (2003/06) e Vicente de Paulo Pereira Lima (2006, com mandato até 03/11/2008).

de educação e lazer, sendo uma opção para as crianças e os adolescentes em situação de risco em diversas áreas da cidade. A partir de cada necessidade local vão surgindo projetos ligados à Igreja, que passam a oferecer atividades de pintura, artesanato, lanches e esportes.

Segundo Sueli Maria A. Camargo¹⁴, esse tipo de atendimento foi sendo aprimorado e o trabalho foi se desenvolvendo, tendo como objetivo atender crianças e adolescentes e levando em consideração três dimensões de acompanhamento: social, psicológica e jurídica, que deveriam ocorrer de forma inter-relacionada. Dessa experiência surgem os CEDECA de São Paulo:

Na realidade é isso mesmo, porque os CEDECA de São Paulo nascem dessa sensibilização da Igreja, da necessidade desse menino estar sendo atendido nessas três dimensões (jurídica, psicológica e social), nesse atendimento que venha responder a necessidade dele. Não adiantava nada ter ali o advogado para fazer a defesa se não tivesse alguém que o tratasse de forma especial, que o tirasse do meio e desse o atendimento psicológico, e o inserisse num trabalho social. É nesse contexto que surgem os CEDECA de São Paulo. (Entrevista realizada em 21/05/2007)

Os Centros de Defesa constituem-se de grupos comunitários que agem principalmente na área da criança e do adolescente com a perspectiva da educação civil, isto é, enfatizando a igualdade de direitos para todos os cidadãos. Os Centros tornaram-se uma referência, um lugar onde se podia achar ajuda e onde se oferecia educação sobre os direitos de cidadania às famílias e à comunidade em geral (OLIVEIRA, 2004, p. 72).

A educadora Joana recorda que a primeira equipe do CEDECA-SÉ era composta por cinco Educadores, uma Assistente Social, uma Advogada e alguns voluntários. Eles recebiam uma ajuda de custo, porém não eram registrados.

Eliana da Silva vivia, na época, em situação de rua e freqüentava o CEDECA-SÉ, ao falar sobre esse período diz:

A vida na rua era muito difícil, ainda mais para as meninas que viviam na rua, porque não tinha muito lugar pra gente ir não. Para os meninos era mais fácil, mas se você fosse mulher não tinha muita opção. Já com os tios da Pastoral não. Eles encontravam a gente na rua e trazia para a Casa da Rua Nioac. Eu me lembro de uma vez em que eu estava com muita febre e os

¹⁴ Sueli Maria A. Camargo foi a primeira coordenadora do CEDECA-SÉ e também coordenou o CEDECA Indira Félix Affonso, no bairro da Lapa, zona oeste de São Paulo.

educadores me encontraram nas escadas da Igreja da Sé. Nem sei como cheguei na Santa Casa, devo isso a eles. E olhe que eu era muito violenta, usava droga, mas mesmo assim sempre eles arrumavam um jeito de se aproximar de mim. Lembro bem da Tia Joana e do Vander. Era um tempo muito difícil, mas acho que hoje está pior. (Entrevista em 13/11/2007)

O relato de Eliana mostra que o plantão de rua, realizado pelos educadores do CEDECA-SÉ, era fundamental para a criação de um vínculo de confiança com os meninos e as meninas em situação de rua e que era a partir daí que os encaminhamentos aconteciam, de acordo com cada situação vivenciada na rua. As crianças e os adolescentes atendidos nos plantões de rua eram levados para o CEDECA-SÉ e acompanhados pela Assistente Social e pela Advogada. É importante perceber que, mesmo depois da criação da AAMM, a equipe daquela época ainda é identificada como sendo os “tios da Pastoral”, o que é muito comum quando falamos com aqueles primeiros atendidos pelo CEDECA-SÉ. Atualmente, não há mais essa identificação.

Elda Munari, ao falar dos anos iniciais do CEDECA-SÉ, relembra que conheceu o trabalho da entidade no ano de 1995, assim que chegou da Itália, seu país de origem, para morar no Brasil. Ela começou no CEDECA-SÉ como voluntária e no ano seguinte passou a fazer parte da equipe como educadora social. Ao recordar esse período, Elda fala do contato com as crianças e adolescentes nas ruas e aponta o aumento do uso do crack no centro da cidade como um “divisor de águas” para o trabalho social com meninos e meninas em situação de rua:

Nesse período, o trabalho dos educadores contava com o apoio de voluntários, na maioria estrangeiros. Éramos quatro voluntários: eu, italiana; Sabine, alemã; e dois seminaristas da Costa Rica. Nessa época, o nosso trabalho de voluntários e dos educadores era praticamente o mesmo, a gente trabalhava na rua, com plantões diários no período da tarde, saíamos em grupo de 3 ou 4 e trabalhávamos na Praça da Sé, Anhangabaú e República. A Assistente social trabalhava no CEDECA atendendo as demandas que vinham para ela ou o que os educadores encaminhavam. A advogada também trabalhava meio período e atendia as demandas encaminhadas. Não tinha lugar para desenvolver atividades dentro do CEDECA com as crianças, então tudo era feito na rua. Na verdade, o trabalho era o de fazer contatos, conhecer as crianças, fazer vínculos para conhecer um pouco da história deles e achar possibilidades de encaminhamento. A gente inventava coisas para fazer na rua. Nessa época o uso de crack era muito grande e por isso era difícil conseguir contato com as crianças. No inverno de 1996 a gente fazia plantões noturnos para entrar em contato com as crianças e convencê-las a irem para os albergues noturnos (Entrevista realizada em 05/12/2007).

A chegada do crack na cidade de São Paulo, principalmente a partir de 1994, e sua fácil penetração entre crianças e adolescentes em situação de rua, dentre outros motivos por se tratar de uma droga barata¹⁵, passou a chamar a atenção devido o seu caráter devastador no organismo do usuário e a sua rápida dependência. Segundo o livreto informativo sobre drogas psicotrópicas, elaborado pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), ligado ao Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina (hoje, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP), o crack, por ser um produto derivado da cocaína, produz no cérebro humano os mesmos efeitos provocados por esta droga, porém a via de uso do crack faz toda a diferença. O crack é fumado e por isso atinge as vias pulmonares. O pulmão, que é um órgão com grande superfície e intensivamente vascularizado, favorece a absorção instantânea da droga pelo organismo. Através do pulmão, o crack cai quase que imediatamente na circulação e chega rapidamente ao cérebro. Pela via pulmonar, é encurtado o caminho para que a droga chegue até o cérebro do que por outras vias, levando a dependência muito mais rapidamente. Porém, a duração dos efeitos do crack é muito mais rápida, na média em torno de cinco minutos, enquanto que após injetar ou cheirar, o efeito é de vinte a quarenta e cinco minutos, o que leva o usuário a utilizar a droga com mais frequência. (LIVRETO INFORMATIVO SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS, 2002, p. 37).

O jornal O Estado de S. Paulo trouxe a manchete – Menores: Pesquisa vê crianças de rua em “estado terminal” – em sua edição de 04 de janeiro de 1996:

Nessa reportagem o então coordenador do Programa SOS Criança, Paulo Vitor Sapienza, fala do grande número de meninos e meninas em situação de rua dependentes do crack e do aumento de crimes cometidos por adolescentes para manter o vício. De acordo com Sapienza, o SOS Criança, ligado ao governo do Estado, desenvolveu uma pesquisa entre as crianças e adolescentes em situação de rua, de julho a dezembro de 1995, e constatou que 90% dos meninos e meninas atendidos pelo SOS Criança têm ligação com algum tipo de drogas e era cada vez maior o número de usuários de crack, o que indicava uma expansão vertiginosa da droga no centro da cidade. (O Estado de S. Paulo, 04/01/1996)

O crack mudou a dinâmica de trabalho dos educadores sociais nas ruas. Devido à dependência dessa droga, o comportamento da criança ou do adolescente fica alterado. A compulsão para utilizar a droga rapidamente, conhecida popularmente como “fissura” é

¹⁵ O preço de uma pedra de crack na região central da cidade hoje é de em média R\$5,00.

avassaladora, sendo agravada pelo rápido efeito da droga, o que dificulta o contato com o dependente. O isolamento do usuário de crack é comum. Para fumar o “cachimbo” muitas crianças e adolescentes escondem-se em ruas e becos pouco movimentados do centro da cidade, onde o tráfico corre solto. Em pouco tempo, uma parte do centro antigo de São Paulo ficou nacionalmente conhecida como área de livre consumo da droga: a Cracolândia.

Mas não era somente o uso da droga que colocava em risco a vida de crianças e adolescentes em situação de rua. A dívida contraída por eles com os traficantes era responsável pelo assassinato de muitos meninos e meninas na região central da cidade. Os educadores ficavam expostos a situações de alto risco devido ao seu trabalho nas ruas. Entre os próprios meninos passou a haver uma separação, que era determinada pelo tipo de droga que usavam. De um lado, havia a turma da cola de sapateiro e, de outro lado, a turma dos “sacis”, ou seja, dos que usavam o crack e que eram comparados à figura folclórica do Saci Perê, devido ao uso do cachimbo para o consumo da droga. A divisão era também territorial, cada grupo ocupava um espaço diferente no centro da cidade. Os usuários de crack eram discriminados até mesmo pelos outros meninos e meninas em situação de rua. Esse cenário não mudou ainda hoje.

A partir de 1994 é possível perceber uma melhor sistematização dos trabalhos desenvolvidos pela AAMM. Pode-se encontrar nos arquivos da AAMM um número maior de relatórios de acompanhamento social de crianças e adolescentes atendidos nos projetos da entidade nesse período. Esses relatórios eram feitos pela Assistente Social e pelos Educadores Sociais. Os Educadores apresentavam também um relatório semanal sobre os plantões de rua. A identificação dos atendidos passa também a ser mais bem elaborada. Apesar de haver fichas de identificação e acompanhamento de crianças e adolescentes atendidos pela AAMM datadas de 1993, nos arquivos do CEDECA-SÉ, é a partir de 1994 que se encontra um número bem maior de fichas. E não é só a quantidade de informações que mostra uma melhor organização do trabalho. A qualidade das informações nas fichas também melhorou significativamente.

As fichas de identificação passaram a conter informações mais completas sobre as crianças e os adolescentes atendidos no CEDECA-SÉ. Além das informações comuns como: nome, data de nascimento, apelido, número de documentação, foto etc., foram acrescentados dados sobre a família: nomes do pai e da mãe, informações sobre a existência de irmãos, endereço da família, se tem contato com a família; também passam a conter informações

sobre a vida nas ruas, tempo de rua, porquê está na rua, amigos de rua, projetos que frequenta, uso de drogas, local de permanência na rua e se tem passagem pela FEBEM.

A escolaridade e a situação de saúde também passam a estar presentes e são analisadas. No caso de adolescentes, a questão da gravidez também é observada.

É possível notar que as fichas de identificação e acompanhamento do CEDECA-SÉ vão sendo aprimoradas com o passar do tempo e de acordo com a realidade de cada momento. Isso é determinado pelo próprio contexto de trabalho, que é sempre dinâmico, assim como também por exigências dos financiadores ou parceiros nos projetos.

De acordo com o documento *Estrutura de Atendimento (Programas e Projetos)*, produzido pela AAMM em 1995, naquela época a Associação estava organizada da seguinte forma:

- O CEDECA-SÉ funcionava na Rua Nioac, 58, com atendimento social e jurídico e com plantões de rua realizados pelos Educadores Sociais na região central da cidade. Plantões de rua também eram feitos no período da noite, duas vezes por semana, das vinte às vinte e três horas, por voluntários e pela equipe de coordenação geral da entidade. As atividades desenvolvidas¹⁶ pela equipe do CEDECA-SÉ eram: presença e escuta, para o estabelecimento de uma relação de confiança mútua; atividades esportivas, lúdicas e arte-educação; curativos e identificação de casos médicos; encaminhamentos para a família de origem (quando possível); visitas à FEBEM, à Casa de Detenção, aos Distritos Policiais e outras instituições; acompanhamento e atendimento sociais; atendimento e acompanhamento jurídico; encaminhamento odonto-médico-hospitalar; visitas domiciliares e acompanhamento familiar; encaminhamento de dependentes de drogas para instituições de tratamento; acompanhamento de gestantes; denúncias de casos de desaparecimento de crianças e adolescentes; encaminhamento de bebês para lares substitutos; articulação com outras entidades e instituições que atuam na área da defesa dos direitos humanos (*Estrutura de Atendimento/Programas e Projetos*, 1995, p. 3-4);

¹⁶ Em agosto de 1995 realizou-se uma oficina de vídeo com meninos e meninas em situação de rua. Essa oficina foi patrocinada pelo Instituto Goethe de São Paulo, com o apoio da PUC-SP, SESC do Carmo e Sindicato dos Bancários/SP e desenvolvida pelos educadores do CEDECA-SÉ, sob a coordenação do produtor Júlio Wainer. Desse trabalho resultou o vídeo "As Pedras no Meio do Caminho", com 23 minutos de duração, onde as crianças e os adolescentes falam sobre suas vidas nas ruas de São Paulo e denunciam a violência policial.

- A Casa Abrigo Provisório, na Rua Djalma Dutra, 20, contava com doze meninos e meninas adolescentes sob a guarda legal da AAMM, que ali viviam acompanhados por três Educadores que trabalhavam na casa, e também por voluntários que se revezavam nas atividades da casa. Nos finais de semana, Maria Inês Rondello e Maria Cecília Garcez Leme, ambas da equipe da coordenação geral da AAMM, também ficavam na casa. Os adolescentes estudavam em escolas da região e eram encaminhados para cursos profissionalizantes. A equipe da Casa Abrigo fazia visitas periódicas às famílias dos adolescentes (idem, p. 5);

- A Casa de Formação funcionava na Rua Djalma Dutra, 70, onde se desenvolviam atividades pedagógicas e oficinas de artesanato voltadas para os adolescentes da Casa Abrigo, que eram também abertas para outros adolescentes moradores no entorno. De acordo com Elda Munari, que na época era educadora do CEDECA-SÉ, os meninos e as meninas em situação de rua não participavam das atividades desenvolvidas na Casa de Formação. Havia a compreensão de que crianças e adolescentes em situação de rua não estavam preparados para esse tipo de atividade, fato este que, segundo Elda, era constantemente contestado pelos educadores do CEDECA-SÉ. Na Casa de Formação eram desenvolvidas oficinas de leitura, alfabetização e acompanhamento escolar, cerâmica, datilografia, eletricidade e teatro.

Em relação aos dois últimos projetos apresentados anteriormente, a ausência de dados sobre o cotidiano dos trabalhos foi um elemento complicador para a pesquisa. São muito poucos documentos da AAMM que fazem referência à Casa Abrigo Provisório e à Casa de Formação. Nem mesmo a relação dos adolescentes que foram abrigados durante os quase quatro anos em que a Casa Abrigo Provisório funcionou foi localizado nos arquivos da AAMM.

Na sede administrativa, que funcionava na Praça da Sé, 184, a coordenação geral da AAMM era responsável por: realizar assembleias mensais com todos os funcionários, fazer treinamento quinzenal para educadores e voluntários, acompanhar os visitantes e estudantes que desejam conhecer os projetos, elaborar informativos e artigos para divulgação dos trabalhos, elaborar subsídios e relatórios, estabelecer parcerias com órgãos de governo e organizações não governamentais, assessorar outros grupos que desejam atuar na área da criança e do adolescente, fazer toda a administração financeira e as prestações de contas dos recursos aplicados nos projetos, selecionar novos funcionários, participar dos Fóruns municipal e estadual da criança e adolescente (Fóruns DCA), manter a articulação com o

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e com os conselhos tutelares. À coordenação cabia também a representação da entidade no Conselho da Cidadania da Praça da Sé, que funcionava na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (Estrutura de Atendimento/Programas e Projetos, 1995, p. 12).

A Casa Abrigo Provisório e a Casa de Formação foram fechadas em dezembro de 1997. Os adolescentes foram encaminhados para outras instituições. Segundo os relatos que sempre ouvi das pessoas mais antigas na AAMM, nesses meus anos de trabalho, o encerramento das atividades da Casa Abrigo foi um dos momentos mais duros da Associação. O ano de 1997 foi marcante para a sua história. A grande maioria das empresas francesas que sustentavam os trabalhos deixou de apoiar a AAMM, o que levou a instituição a uma grave crise financeira. A Coordenação tomou a difícil decisão de demitir grande parte da equipe que trabalhava nos projetos, fechar a Casa Abrigo e concentrar as forças no trabalho da rua com as crianças e os adolescentes. Foram feitos vários acordos com os funcionários, de forma a garantir o pagamento dos tempos trabalhados, mesmo que parceladamente. As pessoas que ficavam na AAMM, na Coordenação e no CEDECA-SÉ passaram a trabalhar de forma voluntária, sem nenhuma remuneração, até que se encontrasse alguma outra maneira para se manter a equipe. Sobre esse período de dificuldades Leme comenta:

O que manteve o trabalho e a esperança da equipe, apesar de tantas dificuldades, foi o compromisso político e pedagógico assumido coletivamente, de estar junto às crianças e adolescentes que sofrem pelas ruas, para com eles reconquistar a vida, a cidadania e a dignidade (2004, p. 62).

Todas as energias foram direcionadas no sentido de garantir a sobrevivência da instituição.

2.6.1. Os Convênios com o Poder Público

A busca de recursos para a manutenção dos trabalhos fez com que a AAMM recorresse a convênios com o Poder Público, na tentativa de garantir a continuidade do atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.

Em 27 de fevereiro de 1998 foi assinado um convênio com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para a prestação de Assistência Jurídica Gratuita às crianças e adolescentes. A AAMM, através do CEDECA-SÉ, deveria disponibilizar dois Advogados e dois Estagiários de Direito para esse atendimento. A PGE assumia os custos com os salários dos Advogados e Estagiários, mas toda a infra-estrutura material (local, material de escritório, transporte, luz, telefone, etc.) correria por conta da AAMM.

O convênio com a PGE iniciou simultaneamente em quatro CEDECA da cidade de São Paulo: CEDECA-SÉ (Mariano Cléber dos Santos), CEDECA-Belém (Pe. Ezequiel Ramin), CEDECA-Ipiranga (Casa Dez), e no CEDECA-Sapopemba (Mônica Paião Trevisan). Apesar da PGE não arcar com todas as despesas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos, o convênio foi uma conquista dos CEDECA de São Paulo e favoreceu alguns avanços no trabalho direto com os meninos e as meninas, na luta política pela implementação do ECA e na qualidade do atendimento (LEME, 2004, p. 62).

Ainda no início de 1998, juntamente com alguns outros CEDECA da cidade de São Paulo, a AAMM apresentou um projeto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) com vistas ao financiamento do trabalho sócio-pedagógico do CEDECA-SÉ. Segundo a proposta apresentada, deveriam ser acrescentados no quadro de pessoal do CEDECA uma Psicóloga e um Auxiliar Administrativo. O projeto foi aprovado e o valor financeiro para o convênio repassado pelo FUMCAD¹⁷. Em julho de 1998 foi finalmente assinado o Termo de Convênio entre a AAMM e a Prefeitura do Município de São Paulo¹⁸.

Esse convênio com a Prefeitura possibilitou não somente a manutenção do trabalho como também a ampliação da equipe. O quadro de pessoal para esse convênio ficou assim

¹⁷ O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) foi instituído para reservar recursos voltados a programas e projetos de atenção aos direitos da criança e do adolescente em situação especial. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as políticas de atendimento devem ser implementadas por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, seguindo as medidas de proteção dispostas nos artigos 98 a 102 do ECA. Essas políticas devem ser implementadas por entidades de atendimento, governamentais ou não-governamentais, mediante a inscrição de programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O inciso IV do artigo 88 do ECA dispõe sobre a manutenção de fundos pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Na cidade de São Paulo, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado pela lei municipal nº 11.247, de 1 de outubro de 1992, e é regulamentado pelos decretos municipais 43.135/03 e 43.935/03.(NICOLETTI, 2006, p. 53)

¹⁸ Além do CEDECA-SÉ, foram conveniados os seguintes Centros de Defesa: CEDECA-Belém (Pe. Ezequiel Ramin), CEDECA-Lapa (Indiara Félix Afonso), e o CEDECA-Sapopemba (Mônica Paião Trevisan).

composto: 01 Coordenadora, que acumulava a função de Assistente Social, 01 Psicóloga, 06 Educadores e 01 Auxiliar Administrativo. O projeto também cobria gastos com materiais lúdico-pedagógicos, material de escritório, tarifas públicas (água, luz, telefone e gás) e os encargos trabalhistas. E, pela primeira vez, a equipe de funcionários do CEDECA-SÉ era registrada conforme as exigências trabalhistas. Foi nesse momento que eu entrei na AAMM como educador social para compor o quadro do CEDECA-SÉ.

Porém, as coisas não foram tão fáceis assim. O valor inicialmente aprovado foi reduzido e a verba de implantação do convênio demorou três meses para ser liberada.

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA, o CEDECA-SÉ deveria atender a aproximadamente cem (100) crianças e adolescentes por mês, sem excluir adultos e familiares que buscassem orientação, através das seguintes atividades:

Ações	Carga Horária	Frequência	Horário	Número de Educadores	Região/Local	Conteúdos	Estratégias
1- Plantão de rua	20 horas por semana	De 2ª a 6ª feiras	Das 14 às 18 horas	4 educadores na rua	Bairro da Luz, arredores da estação do trem, ruas Júlio Prestes, Triunfo e Guaianazes	Resgate da cidadania de crianças e adolescentes em situação de risco	Aproximação da criança e do adolescente através de diálogos, estabelecendo vínculos de confiança
2-Oficinas Lúdico/Pedagógicas	12 horas por semana	3 vezes por semana	Das 14 às 18 horas	2 educadores	No Centro de Defesa	Proporcionar alternativas ao uso de drogas e à permanência na rua	Oficinas de vídeo e foto, trabalhos artesanais, teatro e expressão corporal.
3- Encaminhamento sócio/jurídico/psicológico	40 horas por semana	Diária	--	--	--	Implementação do ECA através das garantias básicas dos direitos da criança e do adolescente	- Articulação com os Conselhos Tutelares de São Paulo - Acompanhamento de crianças e adolescentes ao Distrito Policial - Encaminhamento para Instituições de Moradia Provisória - Retorno à família em São Paulo e em outros Estados - Acompanhamento de dependentes de drogas para Instituições de tratamento - Acompanhamento e encaminhamento de portadores do Vírus HIV para Instituições de tratamento - Acompanhamento de gestantes - Encaminhamento e acompanhamento de meninas com seus bebês - Denúncia de crianças desaparecidas - Acompanhamento a hospitais - Visitas à FEBEM - Visitas domiciliares - Regularização de documentos - Acompanhamento de processos judiciais

(Plano de Trabalho do CEDECA-SÉ, 1998, p. 11)

Cláudia Arantes Mathias, que na época de implantação do convênio, em 1998, era uma das educadoras sociais e hoje é assistente social do CEDECA-SÉ, recorda:

O carro chefe do nosso trabalho era o Plantão de Rua, que se constituía no fortalecimento de vínculos com os adolescentes e suas famílias, percorríamos o perímetro central – Estação da Luz, ponto intenso de tráfico e uso de crack, Anhangabaú e Praça da República, onde o consumo maior era o de cola de sapateiro e esmalte, ambos inalantes, e Praça Roosevelt, ponto conhecido de prostituição infantil e consumo de cigarro de maconha. É importante salientar que esse lugar, em particular, era um ponto de encontro entre adolescentes, que não tinham vivência ou histórico de rua, com adolescentes, que já se encontravam em situação de rua. Na rua, convidávamos os meninos e as meninas para participar das atividades realizadas na Casa 20, e também os encaminhávamos, conforme a demanda: Casa de Passagem, Hospital, Visita Domiciliar, entre outros (Entrevista em 21/12/07).

Para comportar a nova equipe o CEDECA-SÉ foi transferido para a Rua Djalma Dutra, 70, onde antes funcionava a Casa de Formação. A Casa de número 20, que antes era o Abrigo Provisório foi reformada para poder realizar as atividades lúdico-pedagógicas com as crianças e adolescentes em situação de rua. Os primeiros meninos que freqüentaram esse espaço deram o nome de Casa 20. Hoje, a Casa 20 é uma referência para as crianças e os adolescentes em situação de rua. Muitas vezes os meninos e as meninas que vivem nas ruas identificam os educadores do CEDECA-SÉ como sendo os “tios da Casa 20”.

A partir de dezembro de 1998, a equipe de educadores sociais do CEDECA-SÉ passou também a desenvolver oficinas pedagógicas com crianças e adolescentes moradores dos cortiços da região da Luz. Essas atividades aconteciam em horário diferente das atividades com os meninos e meninas em situação de rua.

Os convênios com a PGE e com a Prefeitura do Município de São Paulo deram um novo fôlego para o CEDECA-SÉ¹⁹. O Trabalho se reorganizou e quase toda a equipe foi renovada. Era agora preciso formar a grande maioria da equipe, que apesar de toda motivação, nunca havia trabalhado com crianças e adolescentes em situação de rua. A educadora Joana e a Maria Cecília, na época presidente da AAMM, foram as grandes mestras nessa empreitada.

¹⁹ Em 1999, a AAMM conseguiu introduzir no convênio com a Prefeitura a contratação de uma Auxiliar de Serviços Gerais e, em 2001, foi possível substituir um Educador Social pela contratação de uma Advogada.

Todavia, também era novo para a Prefeitura esse tipo de trabalho. As técnicas da Secretaria da Assistência, Família e Bem-Estar Social (FABES), responsáveis pelo acompanhamento do projeto, não tinham a menor noção de como supervisionar as atividades do Centro de Defesa. As suas referências eram as atividades desenvolvidas nas Creches e Centros de Juventude (os CJ). Era difícil para elas, por exemplo, aceitar o fato de que, nas oficinas realizadas com crianças e adolescentes em situação de rua na Casa 20, houvesse uma variação na frequência desses meninos e dessas meninas. Sem dúvida, vários são os fatores que podem interferir na frequência deles na casa, desde o uso de droga, a briga entre eles etc. É muito comum uma criança ou um adolescente que vive na rua dizer que não pode ir à Casa 20 porque está brigado com outro, que também frequenta a entidade. Eles dizem: “Tio, estou com treta com fulano”. Isso faz parte da dinâmica da rua.

Muitas vezes, a relação entre a equipe do CEDECA-SÉ e as técnicas da FABES era muito tensa. É preciso dizer, também, que havia por parte dos membros do Centro de Defesa uma resistência grande para acolher algumas das determinações da Secretaria. O grupo era contrário a muitas posturas do Poder Público e, juntamente com outros grupos e entidades de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, pressionava a Prefeitura no sentido de exigir a efetivação de direitos como: vagas em creches, abrigos, atendimento de saúde, atendimento para o pré-natal para adolescentes gestantes etc. Porém, o CEDECA-SÉ dependia do convênio para a manutenção de seus trabalhos. Era uma situação ambígua, pois ao mesmo tempo em que se combatia a estrutura, se fazia parte dela.

Foi um momento de crescimento mútuo e aprendizado recíproco. Apesar de todos os limites impostos pela burocracia estatal, o contato da AAMM com o Poder Público obrigou a entidade a registrar melhor as suas atividades e avaliar as suas ações, ao mesmo tempo em que a Associação ajudou as técnicas da Secretaria a entender melhor a dinâmica do trabalho com a população infanto-juvenil em situação de rua. Infelizmente, muitas vezes, a rotatividade constante das técnicas que acompanhavam o trabalho, por sua vez, levava a um constante recomeçar.

No ano de 2003, o serviço desenvolvido pelos CEDECA na cidade de São Paulo tornou-se política pública e referência no atendimento sócio-jurídico.

2.7. O Projeto Bem Comer e a Comunidade Terapêutica

O Projeto Bem Comer foi criado pela AAMM em setembro de 1998, com o principal objetivo de ser um espaço de geração de emprego e renda para meninos e meninas que estavam num processo de saída das ruas. O Bem Comer funcionava na casa da Rua Nioac, 58, onde foi montada uma cozinha industrial para a manipulação e preparação de refeições. Com a venda dessas refeições a AAMM arrecadava os recursos que eram empregados para a manutenção do próprio projeto. Uma das principais estratégias para a redução dos custos de manutenção era a busca de doações em dinheiro para a compra de mantimentos ou de gêneros alimentícios para a elaboração das refeições.

A Associação também estabeleceu uma parceria com o Movimento de Integração Campo Cidade (MICC), ligado a assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Através do MICC era possível comprar diretamente dos pequenos agricultores assentados as verduras e os legumes utilizados no Bem Comer, ajudando assim no escoamento da produção e solidarizando-se na luta por melhores condições de vida no campo. Uma das principais bandeiras de luta do MST.

O Bem Comer estabeleceu parcerias com cooperativas de catadores de papel da região central da cidade, a Cooperação na Reciclagem de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (COORPEL) e o Serviço Franciscano de Apoio a Reciclagem (RECIFRAN), para o fornecimento diário de refeições para os trabalhadores, na forma de “marmitex”. Tais refeições também eram vendidas a outros trabalhadores do mercado informal, principalmente os camelôs do centro da cidade e alguns funcionários do comércio local. O valor de cada “marmitex” era de dois reais.

O Projeto contava com: 01 Coordenadora, 01 Cozinheira, 01 Ajudante de cozinha e 02 entregadores de “marmitex”.

Além da geração de empregos, o Bem Comer oferecia a alimentação para as crianças e os adolescentes atendidos pelo CEDECA-SÉ, duas vezes por semana, na Casa 20 e para os funcionários da AAMM.

O Projeto Bem Comer fornecia refeições, sempre que solicitado, para congressos e encontros promovidos por sindicatos, movimentos e pastorais sociais. Também foram desenvolvidas oficinas de culinária, com o apoio dos educadores do CEDECA-SÉ, para adolescentes e jovens acompanhados pela Associação e por outras entidades.

Durante os seis anos de sua duração, cinco adolescentes, uma jovem mãe e um jovem, todos atendidos pela AAMM, foram empregados pelo Bem Comer. A jovem era responsável pela limpeza da casa e auxiliava nos trabalhos de cozinha. Todos os trabalhadores que atuavam no Projeto eram registrados de acordo com as exigências trabalhistas. Como não havia refeitório para o público externo no Bem Comer, a função principal de todos os meninos era a entrega dos “marmitex” nos locais solicitados.

Para implantação e manutenção do Bem Comer, a AAMM contou com o apoio financeiro da Cáritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das Obras Pontificas Missionárias na Áustria (MISSIO), entidade ligada à Igreja Católica daquele país.

O Projeto Bem Comer foi encerrado em outubro de 2004.

Uma outra grande preocupação da AAMM, em todos esse anos de trabalho nas ruas com crianças e adolescentes, diz respeito ao consumo de drogas por essa população. O aumento do uso de substâncias psicoativas, dentre elas o crack, entre crianças e adolescentes em situação de rua, e a falta de equipamentos apropriados para ao tratamento dos que desejam se recuperar têm custado a vida de muitos desses meninos e meninas. Além de todos os danos que as drogas causam no organismo desses pequenos e jovens usuários, comprometendo assim o seu pleno desenvolvimento e em alguns casos levando-os a morte, a violência gerada pelo tráfico de drogas é, muitas vezes, mais letal que a própria droga. São muitos os relatos sobre adolescentes que, por deverem para o traficante, valores às vezes inferiores a dez reais, foram brutalmente assassinados.

Como forma de dar uma resposta positiva a essa triste situação, a AAMM começou, em janeiro de 2000, a partir de uma grande reflexão coletiva envolvendo todos os profissionais e amigos da entidade, a dar os primeiros passos na direção da construção de uma Comunidade Terapêutica para o atendimento e o acompanhamento de até vinte adolescentes e

jovens, entre 14 e 21 anos em situação de rua e de risco, que queiram abandonar o consumo de drogas. Seria assim, a concretização de um sonho, um espaço apropriado para o tratamento de adolescentes e jovens dependentes químicos que vivem nas ruas. Uma extensão do trabalho já desenvolvido pela AAMM, no CEDECA-SÉ.

O espaço para a construção dessa Comunidade Terapêutica seria num terreno que fora doado para a entidade, com 71.000m², em meio rural, na cidade de Embu das Artes, distante cerca de 30 quilômetros da cidade de São Paulo.

A coordenação da Associação empenhou-se na busca de recursos para a construção da casa onde funcionaria a Comunidade Terapêutica. Em 2001, por indicação de Dom Paulo Evaristo Arns, a AAMM apresentou o projeto de construção da casa para a Missão Central dos Franciscanos (MZF), em Bönn, Alemanha. A MZF aprovou o projeto em maio de 2002. No mês de julho desse mesmo ano deu-se início à obra. A construção da casa da Comunidade Terapêutica foi concluída em novembro de 2003. Porém, apesar de todos os esforços em busca de recursos para sua manutenção (contratação de profissionais, despesas com a casa, alimentação etc.), não foi possível implantar o Projeto devido à falta de suporte financeiro. No momento, a casa encontra-se cedida em comodato para uma instituição religiosa.

2.8. A AAMM Atualmente

A Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé (AAMM), está atualmente estruturada da seguinte maneira:

- **Diretoria Jurídica:** A Diretoria Jurídica da AAMM, eleita em 03 de novembro de 2005, com mandato de três anos, é composta pelas seguintes pessoas: Vicente de Paulo Pereira Lima (Presidente); Heidi Ann Cerneka (Vice-Presidente); Friederike Wannemacher, conhecida como Irmã Madalena (Tesoureira); Marina Dughera Vital (Segunda-Tesoureira); Renato José Bicudo (Secretário) e Aparecida Eliane Nicoletti (Segunda-Secretária). A diretoria reúne-se sempre que necessário, cabendo a ela toda a responsabilidade legal pela entidade. Todos os diretores são voluntários.

- **Coordenação Geral:** A Coordenação Geral da Associação funciona da Rua Nioac, 58 e é responsável por toda a parte executiva (organização e administração da entidade, em conjunto com a diretoria jurídica e as coordenações de cada projeto). Fazem parte da Coordenação Geral: Alexandra Alexandre da Silva e Everaldo Santos Oliveira.

São funções da coordenação: prestar acompanhamento avaliativo do trabalho, zelando pelo bom funcionamento geral da Associação de Apoio e pelos seus objetivos institucionais; analisar os planejamentos e o funcionamento de cada projeto, os objetivos propostos e os resultados obtidos; coordenar reuniões regulares com as diversas equipes e reuniões mensais com os participantes de todos os projetos; responsabilizar-se por documentação, relatórios e prestação de contas, bem como pelas demais questões administrativas; supervisionar e coordenar os serviços de secretaria e de tesouraria; elaborar projetos e estabelecer contatos para captação de recursos; sistematizar textos a partir dos relatórios periódicos dos projetos; diagnosticar demandas e organizar discussões sistemáticas sobre as mesmas; criar condições para que a prática da equipe alimente um processo contínuo de aprimoramento da intervenção junto às crianças e aos adolescentes; garantir os recursos materiais e financeiros necessários para o funcionamento das atividades; coordenar as atividades da equipe de trabalho (seleção de pessoal; acompanhamento dos funcionários; avaliação periódica); estabelecer parcerias com outros grupos e movimentos, no Brasil e no exterior; responder pelas emergências, fora do horário habitual de trabalho.

- **CEDECA-SÉ:** Funciona na Rua Djalma Dutra, 70, na Luz. O objetivo principal desse projeto é o de atender, orientar e acompanhar crianças e adolescentes e suas famílias em situação de rua e/ou risco social e pessoal, por meio de uma equipe interdisciplinar que atua nas áreas jurídica, social, pedagógica e psicológica. Dessa maneira, busca-se assegurar a defesa, a promoção e o controle social de seus direitos, favorecendo o resgate da dignidade humana e proporcionando-lhes meios para desenvolver sua afetividade e cidadania.

Os objetivos específicos do CEDECA-SÉ são:

- Oferecer atendimento jurídico à criança, ao adolescente, ao jovem e a família, quando vítimas de violência e lesados em seus direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e legislação correlata;

- Oferecer atendimento social à criança, ao adolescente, ao jovem (até 21 anos) e à família, prestando orientação e encaminhamento, de acordo com suas necessidades;
- Oferecer apoio psicológico à criança, ao adolescente, ao jovem e às suas famílias, prestando orientação e encaminhamento de acordo com a demanda;
- Oferecer atendimento lúdico-pedagógico às crianças e adolescentes em situação de rua e/ou risco social;
- Promover trabalho de intervenção junto às crianças e adolescentes em situação de rua e/ou risco social e, quando necessário, acionando os órgãos legalmente constituídos para esse fim;
- Orientar e encaminhar gestantes de qualquer idade que tenham seus direitos violados, na defesa dos interesses do nascituro;
- Oferecer defesa técnica aos adolescentes em situação de rua acusados da prática de ato infracional;
- Incentivar e participar de discussões sistemáticas para a garantia das políticas públicas já existentes na área da criança e adolescente e formulação de outras;
- Promover a reflexão a respeito de regras e valores de convivência individual e social com os meninos e as meninas atendidos.

A equipe do CEDECA-SÉ, é composta dos seguintes profissionais: uma coordenadora, uma psicóloga, quatro educadores, dois advogados, duas assistentes sociais, um auxiliar de escritório e uma auxiliar de serviços gerais. As atividades desenvolvidas são as seguintes:

- Plantão de Rua

Os plantões de rua são desenvolvidos pela equipe de educadores. Essa estratégia de atuação se justifica porque as crianças e os adolescentes não possuem um local fixo de permanência.

O objetivo principal é criar um vínculo de confiança entre a equipe e os meninos e as meninas, para um levantamento de dados que permita fazer os encaminhamentos. Esse processo exige tempo e paciência e a tarefa do educador é criar na criança e no adolescente o desejo de mudança e transformação, através de conversa e atividades lúdicas.

Quando esse desejo é aflorado, a possibilidade de um encaminhamento efetivo é bem maior. A média mensal é de 90 crianças e adolescentes contatados.



Figura 2 (Plantão de Rua)

- Casa 20 - Oficinas Pedagógicas

A Casa 20 funciona às terças e quintas-feiras, das quatorze às dezessete horas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. São desenvolvidas oficinas lúdico-pedagógicas, com o apoio da psicóloga do projeto.

As atividades artísticas são formas de expressão da subjetividade, e o seu exercício possibilita o desenvolvimento criativo, podendo simbolizar as situações de violência vividas. As atividades propostas e realizadas possibilitam às crianças e aos adolescentes expressar seus sentimentos, alegrias, esperanças, sonhos e dificuldades. Com isso, pode-se trabalhar com eles

a auto-estima, a convivência grupal, o respeito a regras e limites, as possibilidades reais de encaminhamento e de saída definitiva da rua.

O objetivo principal dessas atividades é o estabelecimento e cultivo do vínculo afetivo e de confiança, para a inserção ou reinserção das crianças e dos adolescentes na família, na escola e na convivência social.



Figura 3 (Oficina de Fotografia)

- Atendimento Social e Apoio Psicológico

Diariamente, de segunda a sexta-feira, das nove às dezoito horas, todas as pessoas que procuram o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico a crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de risco são atendidas, orientadas e encaminhadas de acordo com sua solicitação e necessidades. Apesar da prioridade dada ao atendimento direto à criança e ao adolescente, não se deixa de atender à solicitação de adultos que procuram o serviço social e apoio psicológico, em busca de orientação.

A equipe técnica é composta por duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga. Realiza entrevistas individuais e com famílias, elabora relatórios, faz o encaminhamento e o acompanhamento dos casos à rede de serviços: conselhos tutelares, abrigos, Fórum, escolas, hospitais. As famílias acompanhadas encontram-se, geralmente, com seus vínculos rompidos. As crianças e os adolescentes em situação de risco são um indicativo dos sintomas existentes no núcleo familiar. Ainda, o atendimento familiar, busca identificar na criança, no adolescente, as forças desencadeadoras do processo de reorganização familiar e social, seja para aqueles que estão na rua, seja para os moradores dos cortiços do entorno.

O atendimento social busca descobrir junto com a criança e/ou o adolescente e sua família, os grupos de apoio no seu próprio bairro e sua comunidade de origem.

- Atendimento Jurídico

A equipe jurídica do CEDECA-SÉ é composta por 02 advogados e prioriza o atendimento e acompanhamento (defesa) de casos de adolescentes em conflito com a Lei, fiscalização de unidades de internação, acompanhamento de execução de medidas sócio-educativas, atua como assistente de acusação nos casos em que crianças e adolescentes são vítimas, faz pedidos de providências junto ao Ministério Público, interpõe ações de caráter coletivo, visando a garantia dos direitos difusos de crianças e adolescentes. A maior parte das demandas vem dos adolescentes acompanhados pela equipe nos plantões de rua e nas oficinas da Casa 20, mas também da população subalternizada da região que procura o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico a crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de risco.

As atividades propriamente jurídicas são realizadas diretamente nos processos, nos quais os Advogados da equipe atuam como procuradores dos adolescentes.

As principais ações da equipe jurídica compõem-se de plantões no CEDECA-SÉ, visita a delegacias, à Fundação CASA (antiga FEBEM) e a outras entidades; elaboração de petições, acompanhamentos de processos nos diversos Fóruns. Nessas visitas, os adolescentes são informados sobre seus direitos e do andamento de seus processos. Para as entidades, na maioria das vezes é dada assessoria, pois muitas não contam com Advogados em sua equipe.

Nos plantões diários, nos casos de tratamento com a população em geral, busca-se realizar atividades que aumentem a chance de conscientização sobre os direitos e deveres que todo cidadão deve conhecer.

Cabe à coordenação do CEDECA-SÉ, o acompanhamento, a avaliação e o controle dos trabalhos desenvolvidos por todas as equipes, de forma a garantir o bom andamento das atividades. Também é de responsabilidade da coordenação do projeto: o contato com a prefeitura e demais parceiros; efetuar as prestações de contas dos recursos empregados no projeto; acompanhar a rotina dos funcionários (horários, faltas, etc.); participar do processo de seleção (contratação, avaliação e demissão) dos funcionários; fazer os relatórios mensais; participar das reuniões mensais com a coordenação geral da AAMM; promover e participar das reuniões de articulação dos órgãos de atenção à criança e adolescente (fóruns, conselhos, encontros etc.), bem como articulação política e, juntamente com o auxiliar administrativo, zelar pelos arquivos e documentos do projeto.

A Auxiliar de Serviços Gerais é quem cuida da manutenção e limpeza das casas que abrigam o CEDECA-SÉ e a Casa 20. É dela também a responsabilidade pela elaboração dos lanches e das refeições para as crianças e adolescentes atendidos pelo projeto.

- **Projeto SER MULHER** - O projeto Ser Mulher surgiu a partir do trabalho realizado por educadores sociais do CEDECA-SÉ com as adolescentes em situação de rua, que ficavam grávidas. A educadora Mary Joanne Pundyk, a Joana (que não trabalha mais diretamente no projeto), tinha grande preocupação com a situação das jovens grávidas em situação de rua e, em 1995, iniciou um trabalho específico com as jovens grávidas e outras que já eram mães.

A equipe de educadores do CEDECA-SÉ, por meio dos plantões de rua, procurava propor alternativas para essas jovens. Primeiro, buscava criar uma relação de confiança, estabelecendo um vínculo com as jovens. Posteriormente, dialogava claramente com elas sobre as dificuldades de viver naquela situação com seus filhos, desde o alto risco de contraírem doenças – colocando em risco a vida das crianças – até a possibilidade de perda de sua guarda.

Quando as jovens aceitavam os encaminhamentos possíveis, como a permanência em albergues ou abrigos, ou ainda quando retornavam para suas casas, Joana e os demais educadores faziam o acompanhamento dessas pessoas de forma diferente: eram realizadas reuniões mensais com uma educadora e uma enfermeira para discutir questões ligadas à saúde da mulher e da criança, prevenção contra DST e Aids e sexualidade. E, ainda, as jovens recebiam mensalmente apoio financeiro para o fortalecimento da nova família. Esse apoio foi possível graças à iniciativa de uma voluntária francesa junto à associação, que formou um Grupo de Mulheres na França e, desde então, apóia financeiramente o trabalho, com o objetivo fundamental de ajudar essas jovens.

A grande procura pelo projeto por parte das jovens e a maneira positiva como responderam ao atendimento levaram a equipe a estruturar mais sistematicamente um projeto de atendimento às jovens mães: iniciava-se, assim, o Projeto Ser Mulher.

O atendimento seguiu-se dentro do CEDECA-SÉ, o que sempre constituiu uma dificuldade, pois um número significativo de jovens buscava apoio, mas não havia espaço físico adequado e equipe suficiente para esse atendimento.

Elba Couto Teixeira, coordenadora do Projeto, relembra o momento em que o Ser Mulher foi desmembrado do CEDECA-SÉ:

No ano de 2001, passei a fazer parte da equipe do CEDECA-SÉ como assistente social. Dentro das minhas atribuições, assumi também as atividades junto às jovens do Projeto Ser Mulher, tanto pelo interesse em trabalhar com essa população como também pela vontade de contribuir com possíveis mudanças na organização desse trabalho. Em meados de 2003, eu fazia parte da Coordenação Geral da Associação de Apoio e, após várias discussões e levantamentos realizados pela equipe, chegou-se a uma importante decisão: o desmembramento do Ser Mulher do CEDECA-SÉ. Então, em dezembro de 2003, eu, uma estagiária de Serviço Social do CEDECA-SÉ e um auxiliar administrativo contratado na época formávamos a equipe que dava início ao trabalho no Ser Mulher. O projeto passou a ser desenvolvido na primeira casa da associação: Rua Nioac, 58 – Sé. Em pouco tempo, foi preciso alugar uma nova casa, diante do aumento tanto da equipe como o de jovens atendidas. (Entrevista concedida em 21/12/07)

O perfil das jovens foi se modificando com o tempo. No ano de 2002, em um levantamento de prontuários, a equipe apurou que 80% das jovens não haviam vivido nas ruas. Elas eram moradoras dos cortiços e prédios ocupados da região central da cidade.

Em maio de 2004 foi aprovado um projeto encaminhado para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD). Somente em junho de 2006 ocorreu o repasse de verba para a Coordenadoria Municipal de Saúde, com a qual o Ser Mulher realizou um convênio²⁰. Dessa forma, o trabalho realizado com as jovens pôde ocorrer de maneira sistemática. Também nesse ano, o projeto mudou-se para a Rua Nioac, 59/61, Sé.

Atualmente, a equipe tem a seguinte composição: coordenadora do projeto; uma assistente social; uma estagiária de Serviço Social; dois educadores; uma advogada; uma pedagoga; uma auxiliar de serviços gerais, uma psicóloga e uma auxiliar de escritório.

O Projeto Ser Mulher tem os seguintes objetivos específicos:

- Oferecer acompanhamento social para as jovens gestantes e jovens mães e também para as demais jovens que tenham interesse em nosso atendimento;
- Proporcionar atividades específicas para gestantes;
- Proporcionar atividades específicas nos grupos de gestantes, jovens mães e de corporalidade, para reflexão sobre a importância do aleitamento materno: “Aleitamento materno ou mamadeira?”;
- Oferecer acompanhamento psicológico, em grupo ou individualmente;
- Proporcionar atendimento e orientação jurídica;
- Promover oficinas com as seguintes temáticas: Gênero e desigualdade; Direitos da criança e do adolescente; Direitos da mulher; Violência doméstica; Sexualidade – o corpo masculino e o corpo feminino; Menstruação, gravidez, saúde da mulher e prevenção de doenças DST/Aids; Métodos contraceptivos; Planejamento familiar; Exercícios corporais e relaxamento; Sexualidade e prazer; Namoro, a primeira transa; Teatro; Corporalidade;
- Promover oficinas de moda e corte e costura;
- Realizar grupos de psicodrama;
- Articular recursos da comunidade e encaminhar as usuárias, conforme a demanda;
- Desenvolver atividades na brinquedoteca para as crianças que necessitem acompanhar suas mães nos atendimentos; capacidade máxima de 15 crianças por oficina ou grupo;

²⁰ Atualmente, o repasse tem sido feito pela Secretaria Especial para Participação e Parceria do Município de São Paulo.

- Proporcionar o fortalecimento do vínculo entre mãe e bebê, estimulando o aleitamento materno, já que se constitui em uma excelente oportunidade de contato e de oferecer todas as vantagens para mãe e para o bebê;

- Manter o cadastro de jovens que realizaram o curso profissionalizante em um banco de dados do Ser Mulher, para que pessoas interessadas em adquirir seus produtos possam realizar encomendas;

- Colaborar para uma melhor qualidade de vida das jovens gestantes e seus bebês, através do trabalho de corporalidade;

- Tornar-se referência, enquanto projeto, no apoio à rede de saúde da região central, para o acompanhamento de jovens gestantes.

Além da Secretaria de Participação Especial para Participação e Parceria, Ser Mulher recebe financiamento de:

- Global Fund for Children (GFC) – EUA, cuja missão é identificar e investir nas organizações não-governamentais em diversos países que trabalham em defesa das crianças e dos adolescentes. Apóia ações nas áreas de educação, saúde, segurança social e defesa dos Direitos Humanos;

- Congregação dos Santos Nomes de Jesus e Maria – Canadá, cuja missão é desenvolver um trabalho de solidariedade às pessoas empobrecidas, sobretudo as mulheres; busca a transformação de estruturas injustas; estimula a espiritualidade e a teologia eco-feminista;

- Grupo Jangada – Itália, trata-se de uma associação sem fins lucrativos constituída de voluntários. Iniciou suas atividades de maneira informal no ano de 1995 e configurou-se juridicamente em 1999. Apóia atividades de assistência social, direito civil e ações culturais. Dentre seus princípios destacam-se: fraternidade e solidariedade, com vistas a um mundo mais igualitário, com o respeito às diferenças étnicas, culturais e religiosas. Essa entidade arrecada fundos através de seus associados, doações voluntárias, venda de artesanatos, publicações, verbas públicas e de instituições privadas;

- Obras Pontifícias Missionárias na Áustria (MISSIO) – é uma organização da Igreja Católica que apóia diversas iniciativas na África, Ásia, América Latina e Oceania. Financia projetos dirigidos por comunidades cristãs, iniciativas privadas e organizações de base e que são realizadas de maneira independente. A MISSIO direciona seus esforços para grupos que apóiem a igualdade entre homens e mulheres e que se oponham às desigualdades sociais.

- Grupo de Mulheres na França – formado a partir de uma voluntária francesa que colaborou com o trabalho na associação, ainda no início de sua atuação. Atualmente, existem mais de vinte e cinco mulheres associadas, que realizam doações com o objetivo de distribuição de renda para adolescentes mães. O valor mensal para cada adolescente é de R\$ 70 (setenta reais), sendo que o Grupo atende um total de vinte e cinco pessoas;

- Grupo Apelo do Pobre – Canadá, é um grupo de leigos e leigos que arrecada verbas para financiar projetos principalmente no Brasil, Peru e Haiti. A verba é proveniente de pessoas da sociedade civil que realizam doações de acordo com suas possibilidades.

- O Projeto Revista Viração - O Projeto Revista Viração nasceu em março de 2003 com o objetivo de unir adolescentes e jovens de todo o Brasil em torno de princípios como a defesa e a promoção dos direitos humanos, da educação para a Paz, da solidariedade entre os povos e da pluralidade étnica e racial. A Viração é hoje um projeto social que recebe apoios institucionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

O objetivo geral desse projeto é promover junto a jovens e adolescentes atividades na área de educação e comunicação e fornecer uma revista que se constitua num fórum de debates sobre a realidade de adolescentes e jovens, tendo como eixos editoriais: os direitos humanos, os deveres e direitos do jovem cidadão, a educação para a paz e a solidariedade entre os povos e o respeito à diversidade cultural e religiosa e, ainda, seguindo as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a defesa da ética, da saúde, do meio ambiente, da pluralidade cultural, da educação sexual, do trabalho e do consumo responsável.

O Projeto Revista Viração traz como grande inovação, em termos de produção de mídia pelos jovens e adolescentes, o Conselho Editorial Jovem “virajovem”, composto por representantes de escolas públicas, escolas privadas, ONGs, fundações, movimentos sociais de jovens etc. Iniciamos 2006 com 13 “virajovens”. Hoje, os conselhos atuam em 17 capitais e reúnem, em média, de 15 a 20 jovens. São essas as capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Goiânia, Campo Grande, Manaus, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Salvador e Vitória.

O Projeto Revista Viração desenvolve outras atividades voltadas para jovens e adolescentes, buscando dar visibilidade às suas iniciativas e fornecendo-lhes ferramentas para que possam se expressar por meio de uma comunicação cada vez mais democrática. Com oficinas organizadas por educadores ligados à Viração, os participantes debatem conceitos importantes como o direito à comunicação, o respeito à ética e à diversidade, e socializam suas experiências com jovens de diferentes realidades sociais. Os produtos desses encontros são jornais, murais e blogs, nos quais eles(as) têm a oportunidade de exercer sua cidadania e divulgar suas ações. Entre as principais atividades estão: Projeto Revista Viração Jornal Mural nas Escolas, Agência Virajovem de Notícias e Geração Cidadã.

O Projeto Revista Viração Jornal Mural nas Escolas é desenvolvido em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. O projeto se desenvolve por meio do Programa de Incentivo à Leitura, no qual participam 300 alunos e professores de 100 escolas públicas estaduais do Ensino Médio da cidade de São Paulo. Eles recebem formação para criar equipes de comunicação e produzir jornais murais em suas respectivas escolas. O Projeto está dividido em quatro etapas, a saber:

- 1ª Etapa: Convocação e contatos junto às 100 escolas de Ensino Médio;
- 2ª Etapa: Oficinas de capacitação e avaliação;
- 3ª Etapa: Acompanhamento e Assessoria Técnica;
- 4ª Etapa: Exposição e formatura.

Já a Agência Virajovem de Notícias é uma iniciativa itinerante, que capacita jovens da cidade de São Paulo, oriundos de diferentes realidades para a produção de materiais jornalísticos, como notícias e entrevistas com jovens e especialistas, durante toda a duração de determinados eventos, em geral de cunho social. Ela teve origem em janeiro de 2005, durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, quando a Viração e o Projeto Agente Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), promoveram a cobertura jovem do evento. A Agência foi reeditada durante o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, realizado em junho de 2007 em Brasília/DF, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O projeto Geração Cidadã é uma iniciativa do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que busca inserir o jovem no mundo do trabalho. Como projeto, de novembro de 2005 a abril de 2006, coordenamos a

comunicação do Consórcio Social da Juventude de “Geração Cidadã”, que abrange os municípios de Embu das Artes, Embu-Guaçu (SP), entre outros. Conta com o trabalho de vários profissionais, entre jornalistas, oficinairos, designers gráficos e ilustradores.

Atualmente, dois mil jovens são atendidos pelo Geração Cidadã e cerca de 30 deles participaram da Oficina-Escola de Educomunicação, fruto da parceria com o Projeto / Revista Viração. Eles foram responsáveis pela produção de um jornal impresso mensal, um jornal mural, uma revista de conclusão do curso, e a produção de conteúdos para a página na internet, além de criar formas alternativas de participação de todos os jovens do consórcio.

CAPÍTULO 3 – Vidas nas Ruas - Análise das entrevistas

A condição de ter que viver nas ruas enfrentada por crianças e adolescentes não é um fenômeno exclusivo do Brasil ou apenas dos países em desenvolvimento. Considerando os contextos sociopolíticos diversos, em maior ou menor grau, a vivência dessas pessoas nas ruas tem sido uma questão mundial. No país, segundo o Levantamento Nacional sobre o uso de drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (2003), nas 27 capitais brasileiras, realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), mostra que em todas elas existem meninos e meninas em situação de rua e, portanto, de risco social, em que pese tais situações possam apresentar diferentes características.

Essa é uma constatação vergonhosa, uma vez que já se passaram quase dezoito anos da publicação do ECA, e a realidade brasileira de abandono e de violência, na qual uma parte significativa de crianças e adolescentes estão submetidos, tem se perpetuado. O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e considera dever de todos (família, comunidade, sociedade e poder público – artigo 4º) assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar, para todas as crianças e adolescentes do Brasil.

A realidade dos meninos e meninas, obrigados a sobreviver nas ruas é a negação de todas essas afirmativas legais e tem que se reconstituir numa denúncia perene, viva e constante, por parte daqueles que não perderam a capacidade de indignar-se diante dessas iniquidades presentes em nosso país.

Para isso é necessário, portanto, olhar essas contradições de forma crítica, desde o primeiro momento. O fato de encontrar relatos sobre crianças e adolescentes vivendo e trabalhando pelas ruas das nossas cidades, desde os tempos mais antigos da história do Brasil e ainda hoje, mostra que essa realidade se repete, mostra que esse fenômeno pode ser perpetuado. E a ninguém é lícito ignorar que essa situação não é fruto do acaso nem sequer da natureza, mas sim do descaso de sucessivos governos ao longo dos tempos. Vale dizer: trata-se de uma construção histórica e social, que revela a dominação de alguns grupos sobre

outros, a predominância dos interesses de uma minoria abastada, sobre os da grande maioria subalternizada.

Nesse cenário, o Estado tem cumprido, sobretudo, o papel de defender os interesses das classes que compõem a elite econômica, política e intelectual do país. Mesmo que em determinados momentos ocorram alguns “lampejos” de cidadania e alguma melhoria nas condições de vida da população mais pobre, as desigualdades sociais permanecem e servem inclusive para justificar várias ações de controle sobre as classes subalternizadas.

É preciso superar o pensamento liberal positivista, que ainda hoje prevalece, sobre a naturalização da miséria e a culpabilização das vítimas, acusando-as de “incompetência, preguiça, falta de vontade etc.” por não lutarem contra as situações adversas, mas sim sucumbirem às condições desfavoráveis provocadas pela degradação humana.

Apesar de no Brasil existirem leis modernas e internacionalmente reconhecidas, como é o caso do ECA, contraditoriamente, não é a lei que garante o seu direito, mas sim o lugar social de onde você vem é que irá dizer se realmente você é reconhecido ou não como possuidor desse ou daquele direito.

O adolescente André²¹, de dezesseis anos, vive há sete anos nas ruas. É o segundo filho de uma família de cinco irmãos. Antes de acabar morando na rua, vivia com a mãe, os irmãos e o padrasto no Parque Cocaia na Zona Sul de São Paulo. Segundo seu relato:

[...] Uma vez no Vale do Anhangabaú, nas escadas os policiais de moto parou a gente. Estava todo mundo cheirando cola e eles tomaram o saco de cola das nossas mãos e bateram em nós. Eu falei que eles não podiam bater na gente porque todo mundo era menor e que ninguém estava fazendo nada de mais. Disse que a gente tinha os nossos direitos, Daí foi que eu apanhei mais ainda e ele disse que direito de vagabundo era bala.

Nesse breve relato é possível perceber várias situações de violência que permeiam o universo das ruas e que atingem a vida desses meninos e meninas. Sem dúvida, a própria realidade de abandono já é – por si só – uma grande violência, que se soma com outros fatores de risco, por exemplo a exposição involuntária às drogas. A violência policial é um aspecto que agrava muito tal situação, sobretudo quando usada contra qualquer pessoa ao reivindicar

²¹ Os nomes foram trocados a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

um direito seu (mesmo que esse “direito” seja questionável...) e é punido com agressões físicas e verbais, por si um negativa de direito: o de não apanhar, o de não ser constrangido.²²

A vivência na rua entre essa população, é considerada por muitos autores como consequência de inúmeros fatores em interação como: a pobreza, a inadequação geral da educação, o rápido processo de industrialização, o descompromisso dos órgãos governamentais frente a essa questão; as famílias que vivem expostas a inúmeros desafios contemporâneos como o desemprego, a violência, a sobrecarga de atividade principalmente sobre as mulheres, chefes de família (ALVES, 1991; LUCCHINI, 2003; CEBRID, 2003).

Trata-se de um fenômeno complexo e por isso não cabe qualquer análise que deixe de levar em consideração os diversos fatores que compõem essa realidade. Ademais, é importante salientar o quanto é preciso ter presente o fato de que cada criança e adolescente que encontra-se em situação de rua é único, singular. Trás consigo a sua história, seus sonhos e medos e os seus reais motivos que o fez sair para rua. As suas histórias podem ser semelhantes, da mesma maneira, o contexto que os motivaram a saída da família para a rua, porém é necessário ter presente a singularidade de cada caso.

Porém, ao reconhecer a complexidade dos fatores que compõem a realidade dos meninos e meninas em situação de rua, não se deve acreditar que nada pode ser feito, ou paralisar-se frente a esse fenômeno. Ao contrário, essa constatação deve exigir do poder público uma postura de prontidão e de urgência frente a essa realidade perversa. Toda sociedade deve agir com absoluta prioridade social para que essas crianças e adolescentes possam encontrar alternativas positivas à vida nas ruas e se desenvolverem com dignidade e respeito.

A expressão “criança e adolescente em situação de rua”, é resultado da evolução na compreensão dessa realidade, e tenta abarcar de forma mais completa a complexidade desse fenômeno, uma vez que nos alerta para o fato de que cada criança e cada adolescente vivendo nas ruas é decorrência de uma situação de vida peculiar, que lhes é imposta. Apesar de, em muitos casos, as motivações serem semelhantes, é preciso conhecer e ter presente a história de

²² Ninguém em sã consciência pode admitir que o uso de drogas entre crianças e adolescentes seja uma opção. E, ademais, não se trata de defender o direito ao uso de drogas, mas sim de ser tratado com dignidade e respeito.

vida de cada uma dessas pessoas e os vários tipos de relações que elas têm com o universo das ruas, o que varia de indivíduo para indivíduo.

O maior argumento de meninos e meninas para a saída de casa, apesar da pobreza absoluta em que a maioria se encontra, é o conflito na família, havendo inclusive violência física. Dos cinco entrevistados, três deles contam que foi após uma briga que acabaram saindo para as ruas:

Eu brigava muito com meu padrasto e cheguei a “sair na mão” com ele. Aí decidi ir embora. (André, 16 anos).

Eu fui para a rua porque “saía” muito na porrada com minha irmã. (Roberta, 14 anos).

Eu fui para a rua porque minha mãe me batia. (João, 17 anos)

As famílias de crianças e adolescentes em situação de rua que atendemos no CEDECA-SÉ vivem em situação limite de pobreza e tensão com os inúmeros conflitos que se vêem obrigadas a enfrentar. Em geral, quando chegamos até as famílias dessas pessoas, a partir do vínculo desenvolvido com elas nos plantões de rua e atendimentos na Casa 20, nos deparamos com indivíduos que vivem na periferia, em locais de péssimas condições de moradia e, com uma rede de serviço social precária: falta de vagas na escola, ausência de creches, postos de saúde, lazer ou emprego.

A equipe normalmente consegue entender melhor a saída de crianças e adolescentes para a rua, após uma visita domiciliar. Ao mesmo tempo precisamos tomar cuidado para, mais uma vez, ressaltar que não existe um fator determinante para ter que buscar a vivência nas ruas. Se essas pessoas se encontram em abandono, suas famílias quase sempre vivem essa mesma situação. Portanto, não é lícito culpabilizar apenas a família por esse fenômeno, aliás, quase sempre órgãos e instituições como Conselhos Tutelares, Varas da Infância e profissionais responsabilizam – em primeiro lugar – os familiares por essa situação e cabe dizer que tal postura nem sempre ajuda, quando não atrapalha.

É importante ressaltar que seria fundamental estudar de forma mais aprofundada as famílias, pois existem crianças e adolescentes em situação de risco social que permanecem com suas famílias, apesar da pobreza, dos conflitos e da violência física, não indo para as ruas, assim como existem algumas delas que, apesar de irem para as ruas, não perdem seus vínculos familiares. Em geral, as pesquisas que tratam dessa o fazem a partir da fala dos

meninos e das instituições pesquisadas. A presente pesquisa também não aborda as famílias dessas pessoas, mas consideramos a possibilidade de aprofundar esse aspecto em estudos futuros e, dessa forma, contribuir para o entendimento da questão.

A saída para as ruas é permeada de “idas e vindas”. Em nosso trabalho costumamos dizer que nenhuma criança ou adolescente acorda um dia e diz “hoje vou para rua”. Trata-se de um processo que leva a criança a buscar na rua uma outra forma de vida, diante da vivência da pobreza, da falta de um vínculo na família no qual ela se sinta protegida, por exemplo. Muitas vezes, quando a criança ou o adolescente vai para a rua, as famílias vão em sua busca, por uma, duas, três, várias vezes. As famílias são “chamadas a responder” por aquela situação, seja pelo Conselho Tutelar, pela Vara da Infância ou por outras instituições pelas quais seus filhos são atendidos.

As crianças e os adolescentes, por sua vez, quando voltam para casa também procuram se reorganizar, o que sem dúvida é difícil. A rua parece ter lá os seus atrativos, como o descompromisso com horários e obrigações; as formas de conseguir dinheiro, pedindo ou realizando pequenos furtos; o uso de drogas, ostensivo ou não; enfim, a “liberdade”. É possível até afirmar que meninos e meninas advindos de ambientes em condição de extrema pobreza, profundamente restritivos e muitas vezes violentos, ficam maravilhados pela dinâmica do centro da cidade, pois ela funciona como um protótipo de “luz, câmera, ação”...

O entrevistado João tem 17 anos. É o filho primogênito de uma prole de oito filhos. Seus pais são separados. Há sete anos ele vive em situação de rua. Saiu de casa, porque sua mãe lhe batia. Passou por vários abrigos para crianças e adolescentes. Já foi várias vezes para casa, mas acaba voltando para as ruas. Quando perguntamos se ele tem vontade de voltar novamente, ele responde:

Eu não vou voltar mais para casa. É, talvez eu vou em casa só no Natal.

A entrevistada Roberta tem 14 anos. Tem mais três irmãos que ficam sob os cuidados de seu pai, sendo sua mãe falecida. Há dois anos vive em situação de rua. Também quando perguntamos se tem vontade de voltar para casa ela diz:

Eu já voltei, já saí de novo. Sei lá Tô acostumada com as ruas.

Dessa forma, percebemos através dos relatos dos entrevistados que a ida para a rua é um processo, assim como a saída dela também, ambos muito penosos, provavelmente a saída muito mais difícil. Isso significa que assim como a criança e o adolescente podem encontrar, o quanto antes, motivos que a levem a desejar reconstruir seu caminho, com o retorno para sua família ou através da tutela de uma instituição, eles podem também permanecer por anos na rua e, assim, perder anos de vida que são fundamentais para o seu desenvolvimento amplo enquanto pessoa, nos aspectos humano, psicológico, social e profissional, deixando de contribuir efetivamente para o seu próprio e para o desenvolvimento da sociedade.

Essa é uma dificuldade que enfrentamos no cotidiano de nosso trabalho, pois somos constantemente inquiridos quanto ao número de crianças que conseguimos “tirar” das ruas, quais os resultados mais imediatos de nossas ações. Temos procurado ao longo desses anos informar a todos que nos abordam que “não se tira a criança da rua” como se isso fosse um ato mágico. Muitos profissionais concordam com esse entendimento, já que são diversas as situações de risco que obrigam crianças, adolescentes e jovens a fazer das ruas seu *locus* concreto no dia-a-dia, seu espaço de luta, de sobrevivência. Essas pessoas precisam acreditar que, para além das ruas existem espaços que lhes possam trazer “ganhos de vida”.²³

Nas ruas tudo é rápido, imediato, desde a “facilidade” de conseguir comida, ao acesso, mesmo que acompanhado de muitos riscos, à droga. É mais fácil também encontrar pessoas que ajudem, já que são muitas as entidades no centro da cidade que se dedicam ao atendimento dessa população. E, em decorrência dessa nebulosa perspectiva, planejar o futuro, investir no porvir é algo que, certamente, passa longe da realidade desses meninos e dessas meninas.

Quando questionados sobre os “ganhos” que a rua lhes oferece, os cinco entrevistados foram unânimes: **nada!**

Mas, ao mesmo tempo, não conseguem encontrar uma saída para essa situação:

Eu tenho vontade de voltar para casa, mas ninguém tem condições de cuidar de mim. (André, 16 anos).

²³ Por “ganhos de vida” entendemos: bem-estar, auto-afirmação, amor próprio, felicidade, identidade, solidariedade, alteridade.

Em seu relato, André toca num aspecto importante de ser analisado, pois além de não acreditar que sua família tenha condições de cuidar dele, é muito provável que tal avaliação seja extensiva às instituições que ele conhece, que também não teriam essa competência. André frequenta a Casa 20 há uns cinco anos, segundo seu relato, além disso conhece outros serviços que atendem meninos em situação de rua na região central de São Paulo e, mesmo assim, acredita que ninguém pode cuidar dele.

Este é, sem dúvida, um dado desesperador. E deve servir para que esse projeto, e não somente ele, mas todos os grupos que atuam sob essa temática, se auto avaliem e reflitam também em conjunto, não somente sobre as suas próprias práticas, mas principalmente acerca do papel político que têm cumprido. A efetiva rede de atendimento na área da criança e do adolescente deve ser alcançada para que se possa atingir resultados favoráveis a mudanças significativas nas situações adversas constatadas.

Mais, ainda. Ao mesmo tempo em que André não acredita que alguém possa cuidar dele, apesar da situação de extrema exclusão em que vive, ele mostra que, além de vítima, tem consciência de que tem direito a um atendimento mais adequado, a ponto de mostrar-se insatisfeito com os atendimentos que lhe são oferecidos.

É comum, quando se fala em crianças e adolescentes em situação de rua, que as pessoas as enxerguem de maneira extremada e polarizada; ou seja, ou elas são “delinquentes, perigosas e trombadinhas”, ou são “coitadas, inocentes e vítimas”. Acreditamos que se trata de crianças e adolescentes que têm os seus direitos básicos violados, como moradia, proteção (seja ela da família, do Estado ou da sociedade), educação, saúde, lazer. Mas, as crianças e os adolescentes precisam ser ouvidos, quando se trata de pensar estratégias de ação na resolução da problemática em questão.

Perguntamos aos entrevistados sobre o que mais gostavam e o que menos gostavam do atendimento da Casa 20. Cabe lembrar que essa pesquisa busca também contribuir, para além da sistematização do trabalho realizado, através das falas dos entrevistados, para a melhoria do trabalho realizado no CEDECA-SÉ.

João (14 anos) refere-se ao que gosta no atendimento da Casa 20:

Ah... eu gosto de ficar na Casa 20. Passa o tempo e fico ocupando minha mente com coisa boa. Lá na rua fico ocupando minha mente com droga. Eu não gosto de lavar a roupa.

Paulo tem 16 anos e não sabe há quanto tempo está nas ruas. É proveniente do município de Praia Grande/SP, um exemplo do quanto essas pessoas que vivem no centro podem vir de outras cidades e Estados. Não gosta de falar de sua família, muito menos dos motivos que o levaram a sair para a rua. Já passou por várias instituições, tentando parar de usar drogas. Mas responde rápido quando queremos saber o que mais gosta na Casa 20: “De tomar banho!”. Mas não sabe dizer do que menos gosta.

O adolescente já manifestou o desejo de se submeter a um tratamento de drogadição e segundo os dados do relatório de acompanhamento personalizado do CEDECA-SÉ, Paulo já passou pela Casa de Recuperação Missão e Paz, mas fugiu de lá. No dia em que o adolescente concedeu essa entrevista, ele estava solicitando aos educadores e à assistente social do CEDECA-SÉ um lugar para se tratar e posteriormente retornar para a casa de seu pai. Os profissionais do projeto falaram da dificuldade de conseguir um tratamento para ele, uma vez que não existe na rede de atendimento, nenhum serviço apropriado para o caso de internação de crianças e adolescentes que necessitem de um tratamento como esse.²⁴

O uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, como já mencionamos anteriormente, tem sido comum. Os estudos realizados sobre essas crianças e adolescentes revelam um elevado índice de uso de drogas (CEBRID, 2003). Um dado importante apontado por esses estudos é que a maioria das pessoas nessa condição teve o primeiro episódio de consumo de bebidas alcoólicas e tabaco, antes da situação de rua. Já com relação às demais drogas, em geral, o primeiro episódio ocorre depois de estar na rua, com o uso de solventes e/ou maconha. O uso de drogas faz parte da “identidade” de alguns grupos e, provavelmente, o desejo de ser aceito pode ser decisivo para drogar-se. Mas esse aspecto não é o único. Existem vários outros fatores, como a hostilidade da situação de rua, o rompimento

²⁴ Conforme já mencionado, a Associação de Apoio entre os anos de 2000 e 2004 construiu uma casa em Embu das Artes com o intuito de manter uma comunidade terapêutica especificamente para atendimento de meninos e meninas dependentes de drogas. Por falta de apoio financeiro a Associação não pôde concretizar esse sonho. A história de Paulo reforçou a importância da rede de serviços oferecer atendimento adequado a essa problemática. O que se vê hoje, em geral são meninos ou meninas em situação de risco e dependentes de drogas, serem encaminhados para abrigos nos quais lidam com os mais variados problemas no mesmo espaço. Existem clínicas para adolescentes dependentes de drogas, mas em sua maioria elas são particulares e, portanto, os adolescentes em questão não têm acesso. Acreditamos de fundamental importância o investimento do governo no tratamento para a dependência de drogas, sendo um problema de saúde pública no Brasil.

do vínculo familiar, a relação com os limites, os medos, as expectativas e o fascínio dos “desafios”. Ou seja, trata-se de uma condição perversa e muito complexa.

Quando crianças e adolescentes que estão nas ruas usam drogas, em muitas situações eles não vislumbram motivos para não usá-las, pelo contrário, já que sua percepção da realidade pode adquirir um caráter lúdico, com a vivência de momentos mágicos, sensações de euforia e, inclusive, de poder. É como se isso fosse um elixir de vida: “até as drogas eles tiram de mim...”.²⁵

Por óbvio, o rompimento do vínculo familiar, a falta de planejamento de vida, a ausência de pertencimento a grupos sociais, por exemplo, religiosos, ou ainda a não consolidação de valores morais, são fatores que facilitam a dependência de drogas. É importante ressaltar que existem diferentes graus de vinculação com as drogas, ou seja, apesar de muitos usá-las com frequência, alguns mantêm uso eventual e outros apenas as experimentam. Chegamos a atender no CEDECA-SÉ pessoas que mesmo vivendo em situações de risco, nunca usaram qualquer tipo de droga ilícita.

Andando pelas ruas do centro da cidade de São Paulo não é difícil perceber essa realidade citada no cotidiano de meninos e meninas em situação de rua. Se olharmos um pouco mais atentamente para essas pessoas, vamos perceber o uso de cigarros, bebidas, solventes, maconha e crack. Nos plantões de rua realizados pela equipe de educadores do CEDECA-SÉ procuramos não abordá-los quando estão sob o efeito de certas drogas, já que o contato e o possível estabelecimento de vínculo torna-se muito difícil nesse momento. Mas mesmo assim tentamos mostrar nossa presença, voltamos várias vezes naquele local onde as crianças e os adolescentes estão e, em algum momento, conseguimos conversar com eles e convidá-los para uma atividade na Casa 20.

Após esses primeiros contatos nas ruas e quando os meninos finalmente nos procuram na Casa 20, o que pode acontecer logo após ou meses depois, eles chegam a procura de banho, de comida, ou porque estão doentes, estão sendo ameaçados de morte, geralmente por dívida de droga, ou porque querem voltar para casa. Antes de entrarem na Casa 20 fazem uma roda com os educadores e tecem comentários sobre o dia, discutem as regras de

²⁵ Frase pronunciada por um adolescente durante um plantão de rua em 2000, no vale do Anhangabaú, após a polícia ter retirado dele um saco contendo cola de sapateiro.

convivência; isto é, têm que respeitar os colegas, não podem usar drogas lá dentro, precisam participar das atividades antes de comerem etc.

Quando as crianças e os adolescentes entram na Casa 20, tomam banho, guardam seus pertences, conversam, pedem ajuda. É através dos cuidados mais imediatos que os educadores constroem e reforçam os vínculos com essas pessoas. Os educadores sociais têm o papel de acolher, de ouvir, de cuidar, de socorrer as mais imediatas necessidades desses meninos e meninas. Esses profissionais, muitas vezes, não são reconhecidos no trabalho que realizam, mas acreditamos que a função por eles assumida é de fundamental importância no processo de construção, com as pessoas atendidas, da possibilidade de um caminho diferente da rua em suas vidas.

Bianca tem 16 anos e está na rua há quase cinco. Durante diversos plantões de rua os educadores já a haviam convidado para participar de atividades na Casa 20. Num dos dias em que estávamos realizando entrevistas para este trabalho, a adolescente foi até o CEDECA-SÉ pedir ajuda. Estava acompanhada pelo namorado, que está na mesma condição, sendo que ele tem 19 anos, ou seja, é também um jovem em situação de rua. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la. Bianca está grávida de quatro meses, mas ainda não aceita encaminhamento para um abrigo ou retorno para sua família:

Estou com medo de ficar na rua, agora que vou ter meu filho, porque alguém pode tirar ele de mim. Mas, para casa agora eu também não vou, porque quero ficar com o pai do meu filho. Eu acho que meu namorado vai conseguir arrumar algum lugar para a gente ficar.

Em anos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua foi possível presenciar muitas cenas como essa vivenciada por Bianca. Desde o início dos nossos plantões, quando ainda não havíamos sistematizado o atendimento do Cedeca, existia uma grande preocupação com as meninas que estavam grávidas e em situação de rua. Foi assim que iniciamos nossas primeiras atividades com adolescentes grávidas e hoje esse atendimento cresceu e está mais especializado, resultando assim no Projeto Ser Mulher.

Tem sido comum, durante toda a nossa experiência profissional, conseguirmos trabalhar de uma forma mais significativa com algumas adolescentes, somente em situações de gravidez como essa. No Projeto Ser Mulher são atendidas muitas meninas que vivem em

abrigos com seus filhos. Claro que nem todas as meninas que engravidam conseguem mudar significativamente suas vidas, mas existem aquelas que, após assumir o papel de mãe, saem das ruas, deixam as drogas, algumas retomam o contato com a família. Acreditamos que muitas dessas meninas enxergam no fato de serem responsáveis por alguém algo que pode levá-las a buscar trilhar um caminho diferente em suas vidas. Durante anos, ouvimos meninas nessa condição dizerem o quanto estavam dispostas a trabalhar e a proporcionar uma vida melhor para seus filhos. Mas, lamentavelmente, muitas não conseguem realizar esse sonho.

Algumas pessoas que buscam entender o nosso trabalho, até mesmo alguns profissionais na área da criança e do adolescente, não acreditam que essas pessoas possam “mudar de vida” a partir da gravidez. Assim, não raro, quando dizemos que atendemos gestantes em situação de rua, meninas que durante a gravidez ou após terem seus filhos saem das ruas, nos questionam se elas “costumam dar os seus filhos”. Isso mostra uma certa desconfiança de que o sentimento maternal dessas jovens mães seja capaz de motivá-las a superar sua perversa condição de vida. Isso revela quanto a vivência de rua é marcada por abandono e preconceito.

Em outras situações, por exemplo, quando adolescentes e jovens são detidos e encaminhados para cumprir medida sócio-educativa²⁶ de internação, a equipe do CEDECA-SÉ consegue – nesse exato momento – colaborar efetivamente com eles e suas famílias, na busca de um modo de viver diferente daquele proporcionado pelas ruas, mesmo que não imediatamente.

Ou seja, as situações-limite, como as já citadas – gravidez e internação – são momentos privilegiados para oferecer atendimento jurídico, social e psicológico etc., tanto para os jovens como para suas famílias, apoiando-os em situações extremamente difíceis de suas vidas. Vale dizer: tais momentos parecem “únicos”, pois potencializam as possibilidades de mudança; de um lado, porque esses adolescentes e jovens estão vivenciando uma situação existencial realmente limite, por outro lado se faz iminente uma possibilidade concreta de ajuda por parte daqueles que desejam fazê-lo.

²⁶ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente o Artigo 112 refere que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI – internação em estabelecimento educacional.

De maneira alguma queremos com essa observação afirmar que o menino precisa ser preso para desejar uma vida diferente, ou que a menina precisa engravidar para aceitar ajuda, ou seja, para que ambos desejem uma vida diferente e aceitem ajuda. Buscamos através desses relatos, após anos de observação, dizer o quanto as ruas impõem limites às vidas de crianças, adolescentes e jovens e, por outro lado, o quanto o trabalho que o CEDECA-SÉ desenvolve pode ser efetivo, quando, na visão dessas pessoas, a rua já não apresenta mais atrativo suficiente e a vida parece estar ameaçada.

Outro aspecto importante que analisamos nos relatos dos entrevistados é o quanto todos circulam por diferentes serviços de atendimento no centro da cidade. Essa é uma estratégia de sobrevivência nas ruas, onde muitas vezes a relação com as entidades e os serviços de assistência visa à satisfação imediata de suas necessidades materiais (LUCCHINI, 2003, p. 83). Porém, tal “circulação” não se dá somente entre as instituições e os serviços de atendimento. É uma característica da própria dinâmica que essas pessoas constroem nas ruas com os inúmeros agentes e cenários que se entrelaçam nas suas vidas. As idas e vindas para as suas famílias, as diversas rupturas com as escolas e outras instituições são exemplos dessas experiências de “viração”, como aponta Maria Filomena Gregori (2000), e fazem parte dessa luta constante das crianças e dos adolescentes em busca de proteção e sobrevivência.

Outro exemplo da “viração” desses meninos e dessas meninas pode ser constatado no fato de que muitos deles nos meses de janeiro e fevereiro saem da cidade de São Paulo rumo ao litoral do Estado, principalmente para o município de Santos, atraídos pela agitação – pessoas, festas, enfim, atrativos lícitos e ilícitos – comum nesse período. Eles procuram por lazer, aventura, dinheiro e uma grande dose de novidade.

Também chama atenção o nível de escolaridade dos entrevistados. Dos cinco adolescentes, somente uma havia estudado até o 7º ano do Ensino Fundamental e, não por acaso, ela foi a única entrevistada que tinha o menor tempo de vida morando nas ruas: aproximadamente dois anos. Ou seja, parece existir uma relação inversa entre o tempo de vivência nas ruas e o nível de escolaridade.

O entrevistado Pedro, 14 anos, quando questionado sobre o que mais ele gostava na escola responde entusiasmado:

Ah... O que eu mais gostava na escola era de aprender as coisas!

E, logo em seguida, completa dizendo o que não lhe agradava:

Mas eu não gostava de ir para escola porque tinha uns moleques que “folgavam” comigo. Ficavam o tempo todo me tirando...

Roberta, 14 anos, também entrevistada, diz:

Na escola eu gostava era da minha professora e das lições que ela passava. Os moleques na sala não queriam fazer lição, mas eu gostava de fazer lição. O que eu não gostava mesmo era da comida. Era muito ruim. Ninguém merece...

Foi interessante perceber através dos relatos que a escola possui uma “aura” de lugar bom, onde se ensina coisas boas. É o lugar de se aprender. Existem lembranças de professores e de colegas, mas também o universo da escola produz lembranças negativas. Muitas vezes o ambiente escolar é tido como hostil. E é inegável que há muito a violência atravessou os muros da escola atingindo a todos.

Todavia, a violência produzida dentro da estrutura escolar é tão ou mais nociva ainda, e atinge essas crianças e esses adolescentes de forma direta. Carlota Boto, cita Pierre Bourdieu ao lembrar que a educação escolar exerce sobre as camadas populares níveis sobrepostos de violência simbólica e, dessa forma, convence aquelas pessoas de que não são “herdeiras” da mesma cultura erudita e de que são elas as responsáveis por seu próprio malogro na escola. (BOTO, 2005, p. 120)

Outros autores apontam para esse papel que a escola desenvolve como reprodutora de desigualdades sociais (GRACIANI, 1997; APPLE, 2002). Porém, sem negar esse aspecto perverso da escola, é importante perceber a natureza contraditória da educação escolar, pois ao mesmo tempo em que a escola reproduz as estruturas conservadoras da sociedade, possui também uma função inovadora (CORTELLA, 1998). A escola pode servir para reproduzir as injustiças sociais, mas, concomitantemente, é capaz de funcionar como instrumento para mudanças.

As famílias das crianças e adolescentes em situação de rua são chefiadas em sua maioria por mulheres, e expressam a realidade das famílias brasileiras, isto é, têm aumentado significativamente nos últimos anos, mulheres como a responsável pelo sustento da família. Dos cinco entrevistados dois deles referem que o pai mora com a família e estavam envolvidos na tentativa de que seus filhos voltassem para casa. De qualquer modo apesar da amostra pequena dos entrevistados, três deles não tinham em suas famílias a figura paterna.

A vida nas ruas é marcada por várias limitações, que afetam indelevelmente crianças, adolescentes e jovens e suas estratégias de sobrevivência, variando de acordo com cada indivíduo. Mas não se pode negar que a responsabilidade desse processo jamais pode ser atribuída apenas ao próprio indivíduo, sem ignorar seu potencial de reação a qualquer circunstância que considere adversa; vale dizer: se concebemos todo ser humano como pessoa livre e potencialmente passível de se tornar crítica, não há também como ignorar sua parcela de responsabilidade sobre os processos que vivencia. Mas, o mais relevante nessa questão, é a responsabilidade do poder público, que não tem o direito de se omitir nesse processo.

As ações da AAMM nestes últimos anos têm buscado colaborar na superação da realidade dos meninos de rua. Mas, diante do contexto de exclusão em que vivem essas crianças, o nosso trabalho isolado, lamentavelmente se torna paliativo. Daí a importância da participação de todos os atores envolvidos na questão da criança e do adolescente em situação de rua, ou seja, os profissionais, as famílias dessa população, o poder público, as organizações não governamentais e, com toda certeza, as próprias crianças e adolescentes possam discutir e definir – democraticamente – as ações urgentes para solucionar essa problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomo neste momento algumas reflexões e considerações que fizeram parte de todo o processo de construção dessa pesquisa, com a clara convicção de que não temos a intenção de apresentar respostas prontas e nem de ter a palavra certa ou a última palavra sobre um fenômeno tão complexo e injusto, como o da situação de crianças e adolescentes que são obrigados a viver nas ruas das nossas cidades. Todavia, esse trabalho procura ser um instrumento de denúncia dessa realidade perversa que, não por acaso, persiste no país, ao mesmo tempo em que busca contribuir para a reflexão e a superação desse grave problema. Além disso, ao sistematizar a história da AAMM, recuperamos toda a experiência acumulada nesses quinze anos de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo.

No processo de sistematização de nossas ações foi possível refletir sobre a nossa própria prática, assim como sobre a atuação da AAMM e, dessa forma, foi possível ampliar a nossa capacidade de inovar, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista prático, com a colaboração essencial dos meninos e das meninas, cujas entrevistas permitiram a realização desse nosso trabalho.

A presença de crianças e adolescentes vivendo nas ruas não é algo recente. Relatos antigos dão conta dessa realidade desde os tempos mais remotos do Brasil. A história da cidade de São Paulo é um triste exemplo de como a sociedade brasileira tem tratado os mais empobrecidos, em especial crianças e adolescentes. O contexto de abandono e de violência no qual uma parte significativa dessas pessoas está submetida se perpetua, o que é inaceitável.

Porém, ao reconhecer a complexidade dos fatores que compõem a realidade dos meninos e das meninas em situação de rua, não se deve acreditar que nada pode ser feito, ou ficar paralisado diante desse fenômeno. Ao contrário, essa constatação deve exigir do poder público uma postura de prontidão e de urgência frente a essa realidade perversa. Toda a sociedade deve agir para impor, com absoluta prioridade, que essas crianças e adolescentes sejam tratadas por todos com respeito e dignidade, para que possam encontrar alternativas positivas à vida nas ruas e se desenvolvam de forma a se tornarem cidadãs(ãos), na acepção mais ampla do que se entenda por cidadania.

Nesse contexto, algumas intervenções do poder público e da sociedade podem melhorar muitos aspectos, por exemplo, o fortalecimento da rede de suporte social (atendimento adequado de saúde, educação, moradia etc.), o nível de conscientização da população sobre a importância do cuidado com aqueles meninos e aquelas meninas que se encontram em situação de rua, que não se trata simplesmente de uma opção de vida.

É necessário caminhar no sentido de transformar a instituição Estado, que tem cumprido, historicamente, quase que apenas um papel de defesa dos interesses das elites, utilizando para isso do controle e da repressão sobre as camadas mais subalternizadas da sociedade. E, sem sombra de dúvida, a violência policial tem sido a forma mais visível dessa repressão. Os meninos e as meninas que vivem nas ruas são, constantemente, atingidos por essa violência.

Tal repressão contra crianças e adolescentes em situação de rua tem sido denunciada por muitos grupos e organizações que atuam na defesa dos direitos dessas pessoas e, inclusive, pela AAMM. Mas, apesar de todos os esforços coletivos e individuais, apesar de todos os dispositivos legais preconizados – sobretudo pelo ECA –, que garantem um tratamento humano e digno para crianças e adolescentes, mesmo nos casos em que cometem atos infracionais, a atuação de algumas autoridades constituídas e de muitos agentes policiais vão de encontro a tudo isso, agindo com desrespeito à cidadania e com truculência contra esses pretensos cidadãos.

Muito já se falou sobre a importância de se investir nas comunidades locais onde vivem as famílias de baixa renda. Sem dúvida, pode-se afirmar que essa seria uma das medidas fundamentais na luta para que crianças e adolescentes deixem as ruas. Sendo assim, reiteramos a importância da adoção de medidas como essa, a fim de viabilizar as oportunidades para crianças e jovens, efetivando o rompimento do ciclo de pobreza, na medida em que se ampliam as oportunidades de estudo, de trabalho, de saúde, de cultura, de lazer, enfim de tudo aquilo que nos torna humanos.

É importante também salientar o quanto é necessária a participação de todos os atores envolvidos na questão da criança e do adolescente em situação de rua, isto significa que é fundamental que os profissionais, as famílias dessa população, o poder público, as organizações não governamentais e, com toda certeza, as próprias crianças e adolescentes

possam discutir e definir – democraticamente – as ações urgentes para solucionar essa problemática. Ao contrário, o que temos visto são ações isoladas, sobreposições de atendimentos e desmanche de serviços com histórias importantes de atendimento nessa área, sem falar da contumaz ausência dos serviços públicos.

Acreditamos que a sociedade civil deve cobrar o poder público na solução do problema da vivência nas ruas por crianças e adolescentes. Nesse sentido, o governo não pode se omitir. O Estado não pode permitir que os governos se omitam!

É preciso ter presente a clara noção de que os nossos trabalhos com essa população deve se alimentar de uma convicção de que trabalhamos hoje para que essas atuações não precisem existir amanhã. A nossa ação deve partir da esperança de que o ideal é que no futuro não seja mais necessário projetos ou serviços de apoio para crianças e adolescentes em situação de rua. Mesmo sabendo das complexas teias que compõem essa realidade, e de todas as contradições presentes nesse universo, inclusive no que diz respeito à própria sustentação das entidades e dos empregos gerados por elas, as nossas intervenções devem se guiar na direção de superação dessa realidade.

Esta pesquisa procura ser uma pequena contribuição nesse sentido. É uma tentativa de não somente apresentar a vida dessas crianças e desses adolescentes em situação de rua, mas, além disso, ser um canal para que através dos seus relatos apresentem sua história, seus desejos e sonhos e as suas dificuldades. E nesse momento é importante recordar um dos primeiros ensinamentos que tivemos da educadora Joana, nos plantões de rua. Ela nos chamava a atenção para a nossa responsabilidade, nós que tínhamos um contato direto com os meninos e as meninas nas ruas, como educadores sociais, para o fato de que era nossa obrigação mostrar para toda sociedade que esses meninos e essas meninas são seres humanos, que têm seus direitos violados e são constantemente inferiorizados, discriminados, estigmatizados.

O estigma impossibilita ver a pessoa como ela é. Nessa pesquisa, o nosso grande esforço foi o de estar atento para cada história individualmente, as situações familiares de cada adolescente entrevistado, e todos os fatores que se relacionam com a sua vida nas ruas e, a partir dessa pequena amostragem, poder construir uma análise que esteja o mais próximo possível da realidade desses meninos e dessas meninas, e que favoreça a construção de

alternativas concretas e eficazes que garantam a proteção social e a efetivação dos seus direitos.

Se, por um lado, não temos qualquer pretensão de convencer quem quer que seja sobre o fato de que as constatações aqui feitas – no que se refere à situação dos meninos e das meninas que constituíram o objeto central dessa pesquisa – possam significar um retrato da realidade brasileira; por outro lado, não é lícito ignorar que o que já se sabe sobre a realidade de meninos e meninas em situação de rua em outros locais neste país continental revela uma condição assaz semelhante à aqui tratada. Mera coincidência? O bom senso sugere que não...

Este é o motivo do título deste trabalho: Crianças e adolescentes em situação de rua — condição inexorável? A experiência da Associação de Apoio as Meninas e Meninos da Região Sé (AAMM).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- ALMEIDA, José Luis Vieira de. *Tá na Rua: Representações da prática do Educadores de Rua*. São Paulo: Xamã Editora, 2001.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas. Saber Jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: IBCRCRIM, 2003.
- Anais da Semana de Estudos do Problema de Menores 1948-1951. São Paulo: Imprensa Oficial, 1952.
- APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.
- AQUINO, Julio Groppa. *Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- BACILA, Carlos Roberto. *Estigmas: Um Estudo sobre os Preconceitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2005.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Vega/ Novo Espaço, 1985.
- BIANCHETTI, Roberto. *Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BOFF, Clodovis. *Como Trabalhar com os Excluídos*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- BOTO, Carlota. *A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos*. In: SCHILLING, Flávia. *Direitos Humanos e Educação. Outras Palavras, outras práticas*. São Paulo: FEUSP/Cortez Editora, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.
- BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em Educação. Conversando com Pós-Graduandos*: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.069 de 13/07/1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente, São Paulo, SP: CMDCA, 2005*.
- BUYST, Ione. *Medellín na Liturgia*. In: *Medellín: Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CÂNDIDO, Marcos. *Meninos de rua, meninos na rua: as novas formas de Ver e Enfrentar a questão*. Salvador: Mimeo, 1996.

CAFFÉ, Carla. *Cidade Nua*. Revista Folha. São Paulo, 13 fev. 1994.

CEBRID. *Levantamento Nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo, 2003.

_____. *Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas*. São Paulo: UNIEESP, 2002.

CNBB. *Cartilha da Pastoral Social*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CNBB. *O Que é Pastoral Social?* São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CONANDA. *Diretrizes Nacionais para a política de Atenção Integral à Infância e a Adolescência – 2001/2005*. Brasília, out. 2000.

CORTELLA, Mario Sergio. *A Escola e o Conhecimento – fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 1998.

CRUZ NETO, Otávio. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: MINAYO, Maria Cecília Souza (org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

DEL PRIORE, Mary (org). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1995.

_____. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e Castigo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERRAREZI, Elisabete Roseli. Dissertação de Mestrado. *Evolução das Políticas Dirigidas à Infância e a Adolescência: A Secretaria do Menor de São Paulo e a introdução de um novo paradigma*. FGV/EASP, 1995.

FERRARO, Alceu Ravanello, MACHADO, Nádie Christina F. *Da Universalização do acesso à Escola no Brasil*. Educação & Sociedade, Campinas, volume 26, nº 79, p. 213-241, agosto/2002.

FIPE/ SMADS. *Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*, 18ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____. *Microfísica do Poder*, 20ª edição. São Paulo: Graal, 2004.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e Adolescentes nas Ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Estigmas: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. *Educação: As Falas dos Sujeitos Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GRACIANI, Maria Stella S. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de Meninos nas Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- IANNI, Octávio. *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. *Cadernos Cidade de São Paulo*. São Paulo, 1996.
- LAHIRE, Bernard. *Sucesso Escolar nos Meios Populares: As razões do Improvável*. São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- LEME, Maria Cecília G. Dissertação de Mestrado. *Ousando Dizer a própria História: O Protagonismo político-pedagógico da Educação Social de Rua*. FEUSP, 2004.
- LONDOÑO, Fernando Torres. *A Origem do Conceito Menor*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.
- LUCCHINI, Riccardo, *A criança em situação de rua: uma realidade complexa*. In: RIZZINI, Irene. *Vidas nas Ruas. Crianças e Adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?* PUC-RIO/São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Brandel, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e História Na Modernidade Anômala*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.
- _____ *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2003.
- NETO, João Clemente de Souza. *A Trajetória do Menor Cidadão: Filantropia, Municipalização e Políticas Públicas*. São Paulo: Expressão e Arte ed., 2003.
- NICOLETTI, Aparecida Eliane. Dissertação de Mestrado. *Valores dos Direitos Humanos: Meninos e Meninas em situação de rua na Região Central de São Paulo*. PUC-SP, jul. 2006.

- NOGUEIRA NETO, Wanderlino. *Direitos Humanos da Infância e da Adolescência no SIPIA*. 1ª edição. Fortaleza: CEDAC, 2004.
- OLIVEIRA, Walter Ferreira de. *Educação Social de Rua. As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*. Porto Alegre: Artemed Editora, 2004.
- PEREIRA, Rosemary Ferreira. *Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: do alternativo ao alterativo*. PUC-SP, 1998.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad Editora, 2003.
- PORTO, Antônio Rodrigues. *História da Cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago, 2006.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RAMIREZ, Ricardo. *Medellín e Puebla: Um ponto de vista americano*. In: *Medellín: Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- REGO, Tereza Cristina. *Memória de Escola: Cultura Escolar e Constituição de Singularidades*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- REVISTA VISÃO, 09 jan. 1978.
- RIZZINI, Irene. *Vidas nas Ruas. Crianças e Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis?* PUC-RIO/São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- ROCHA, Heloísa Helena P. *Educação Escolar e Higienização da Infância. Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, nº 59, p. 39-56, abril/2003.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*, 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SANTOS, Marco Antonio Cabras dos. *Trabalho urbano e ação policial em São Paulo (1890-1920)*. In: MOURA, Esmeralda Banco Bolsonaro e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org). *História Econômica: Agricultura, Indústria e Populações..* São Paulo: Ed. Alameda, 2006.
- SCHILLING, Flávia (org). *Direitos Humanos e Educação. Outras Palavras, Outras Práticas*. São Paulo: FEUSP/Cortez Editora, 2005.
- SIMON, Álvaro Afonso. *Sistematização de processos participativos: O caso de Santa Catarina*. Revista Brasileira Agroecologia. Florianópolis, 2007.